

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

ANGELO LUIZ DIAS DE LIMA

**AS SUBJETIVIDADES E AS RELAÇÕES DE PODER NOS
DISCURSOS DE POSSE DE ARTHUR VIRGÍLIO NETO**

MANAUS

2019

ANGELO LUIZ DIAS DE LIMA

**AS SUBJETIVIDADES E AS RELAÇÕES DE PODER NOS
DISCURSOS DE POSSE DE ARTHUR VIRGÍLIO NETO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Amazonas como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras – Estudos da Linguagem, sob a orientação do Prof. Dr. Leonard Christy Souza Costa.

MANAUS

2019

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

L732d Lima, Angelo Luiz Dias de
As subjetividades e as relações de poder nos discursos de posse
de Arthur Virgilio Neto / Angelo Luiz Dias de Lima . 2019
122 f.: 31 cm.

Orientador: Leonard Christy Souza Costa
Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do
Amazonas.

1. Foucault. 2. Discurso. 3. Poder. 4. Saber. 5. Subjetividade. I.
Costa, Leonard Christy Souza. II. Universidade Federal do
Amazonas III. Título

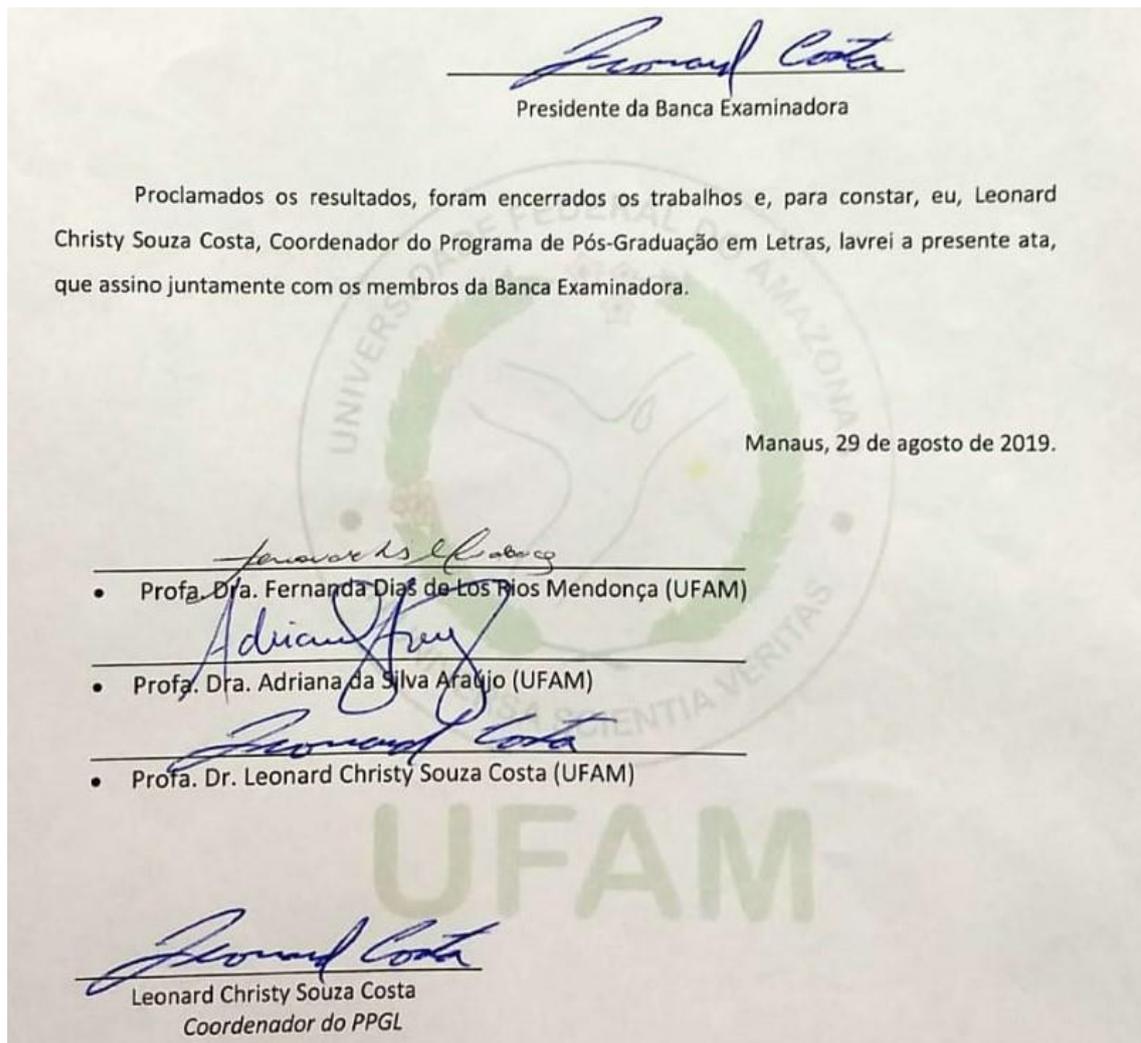
ANGELO LUIZ DIAS DE LIMA

**AS SUBJETIVIDADES E AS RELAÇÕES DE PODER NOS
DISCURSOS DE POSSE DE ARTHUR VIRGÍLIO NETO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Amazonas como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras – Estudos da Linguagem.

Aprovada em: 29 / 08 / 2019.

BANCA EXAMINADORA:



Dedico aos meus herdeiros, Thierry e Jolie. O tesouro que deixarei é a busca pela verdade com moral e ética. Princípios que valem mais que qualquer herança.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, antes de tudo, a Deus, que permitiu minha estada na terra possibilitando todas as minhas conquistas.

Agradeço aos meus pais por terem investido e acreditado na minha educação. Especialmente à minha mãe, que sempre proporcionou mais do que podia, uma guerreira e tanto.

À minha esposa, Paloma Mamede, por todo o suporte e paciência para que eu pudesse trilhar o caminho acadêmico e por sempre acreditar e me encorajar a enfrentar todos os desafios.

Agradeço aos meus filhos, Thierry e Jolie, por serem a minha motivação e o foco de cada conquista, a quem amo sem limites. É tudo por eles.

Agradeço, é claro, àquele me mostrou os caminhos da iluminação com suas analogias incríveis, meu orientador, Prof. Dr. Leonard Christy Souza Costa que me aceitou como orientando e acreditou no meu potencial, e a quem tenho profunda admiração.

Agradeço ao PPGL, na pessoa de Angélica Castro, sempre muito prestativa e com um atendimento que vai além de suas obrigações;

Aos meus colegas do mestrado da turma 2017, com quem desfrutei momentos ímpares durante essa jornada e que sempre foram muito solícitos quando precisei. Especialmente ao amigo e colega, Thiago Eugênio Gomes, com quem pude partilhar os estudos, as angústias e as orientações dessa aventura que é o mestrado.

Por fim, reconheço a todos que de certa forma, tornaram esse momento crucial tão especial na minha vida e que eu jamais esquecerei.

RESUMO

A compreensão do mundo se dá por meio de uma leitura, de uma interpretação incessante dos contextos sociais. Essa compreensão, assim como o mundo, está em constante mudança e não há razão para as interpretações atuais ficarem estagnadas por análises ultrapassadas. Compreender os discursos que movem o mundo, é compreender as relações que se estabelecem nele. A análise de discurso promove as reflexões necessárias para o entendimento dessas relações e com isso, é possível atingir camadas ocultas onde não há palavras escritas, onde o que existe é o teor discursivo intangível, gerado por relações entre o poder, o saber, a verdade e o sujeito. A análise de um discurso político é capaz de demonstrar o poder de coerção dessas relações que atuam em conjunto e que atingem a sociedade. Ao analisarmos dois discursos políticos proferidos por uma mesma pessoa em épocas diferentes, pudemos averiguar se a verdade do sujeito de ontem ainda é a mesma do sujeito de hoje, mesmo não havendo uma mudança ideológica descrita no próprio discurso, pois, a verdade, pode sofrer mutações conforme o tempo passa e o que antes era verdadeiro, pode ser o falso de hoje. Michel Foucault nos traz inquietações e contestações sobre a ordem do discurso, o que devemos considerar numa análise discursiva e métodos de como essa investigação pode ser realizada. Em algumas de suas obras, a análise do poder e suas relações é muito evidente e é com base nessas acepções que utilizamos a genealogia do poder de Foucault e nos empenhamos a analisar as relações de poder em dois discursos políticos da posse de Arthur Virgílio Neto, o primeiro ocorreu em 2013 e corresponde ao seu segundo mandato em sua carreira como prefeito de Manaus. Já, o segundo discurso ocorrido no dia primeiro de janeiro de 2017, refere-se à sua reeleição como prefeito. Ainda pudemos dar outro foco e realizar uma análise que evidenciou os modos de subjetividade de Arthur Virgílio Neto, relatando-se nos dois discursos: o sujeito ainda é o mesmo do discurso de 2013 ou não? E com isso, ratificar a importância da análise do discurso e como ela é capaz de questionar discursos dos mais diversos campos do saber.

Palavras-chave: Análise de discurso. Poder. Verdade. Subjetividade.

ABSTRACT

The world comprehension occurs through a reading of an incessant interpretation of the social contexts. This comprehension, as well as the world, is constantly changing and there is no reason for current interpretations to be stagnant by outdated analysis. To understand these discourses that move the world, it is to understand the relationships that are established in it. Discourse analysis promotes the necessary reflections to understand these relations and makes it possible to reach hidden layers where there are no written words, where exists the intangible discursive content generated by relations between power, knowledge, truth and subjectivity. The analysis of a political discourse is able to demonstrate the coercive power of those relations that act together affecting society. The analysis of two political discourses uttered by the same person at different times, allow us to ascertain whether the subject's yesterday truth as the same as the subject's, today truth even though there is no ideological change described in the discourse itself, since truth may suffer mutations as over time. Michel Foucault brings us concerns and contestations about the order of discourse that describes what we must consider in a discursive analysis and which methods should we consider performing that kind of investigation. In some of his works, the analysis of power and its relations among knowledge, truth and subjectivity is very evident. Based on these concepts of Foucault's genealogy of power that we endeavor to analyze the power relations in two Arthur Virgilio Neto's political inaugural speech. The first one occurred on January 1st, 2013, that corresponds to his second term as Manaus mayor. The second speech occurred on January 1st, 2017 that refers to his reelection as Manaus mayor. We could also perform another analysis that evidenced the modes of Arthur Virgílio Neto subjectivity, reporting whether, in case of those inaugural speeches: is the subject still the same of 2013 or not? Thus, ratifying the importance of how discourse analysis is able to question discourses of the most diverse fields of knowledge.

Keywords: Discourse analysis. Power. Truth. Subjectivity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. PODER EM FOUCAULT	13
1.1 Conceito de poder	13
1.2 O poder-saber	16
1.3 O poder sobre o corpo	17
1.4 O poder sobre as vontades	19
1.5 O poder sobre o pensamento do outro.....	22
1.6 A meticulosidade nos detalhes	25
1.7 Procedimentos e táticas	26
1.8 O poder disciplinador.....	28
1.9 A política e o poder	36
2. O DISCURSO EM FOUCAULT	40
2.1 Controle discursivo.....	41
2.2 Procedimentos de exclusão	42
2.3 Procedimentos internos	44
2.4 Procedimentos de rarefação	48
3. SUJEITO EM FOUCAULT	53
3.1 Constituição do sujeito foucaultiano.....	53
3.2 O sujeito e a verdade	55
3.3 Sujeito político	56
3.4 Parresía.....	58
4 METODOLOGIA DE ANÁLISE	67
4.1 Arqueologia	67
4.2 Genealogia	67
4.3 Questionamento da Vontade de Verdade.....	70
4.4 Restituição do caráter de acontecimentos do discurso.....	71
4.5 Suspensão da Soberania do Significante	72
5. ANÁLISE DE DADOS	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
REFERÊNCIAS	99
ANEXO A.....	101

INTRODUÇÃO

O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos.
(Michel Foucault, A ordem do discurso, 1999a)

A presente pesquisa tem o intuito realizar uma análise discursiva acerca de dois discursos de posse de uma figura política em dois momentos distintos de sua carreira. Essa análise discursiva visa comparar os dois discursos de posse que constituem o *corpus* com o objetivo de responder as seguintes perguntas: Quais os modos de subjetividade que possibilitam o surgimento do discurso aqui evidenciado? Quais são as relações de poder estabelecidas pelo dispositivo analítico?

Quanto à análise do sujeito nos discursos, serão elencados os pontos principais do pensamento foucaultiano, para que sejam evidenciadas as subjetividades que possam vir a aparecer nos discursos propostos para análise. Os modos de subjetividade serão elucidados conforme seu surgimento durante a análise, proporcionando um melhor entendimento de como Foucault problematiza as instituições e aqueles que as compõem. Para tal, a instituição conhecida como prefeitura, será trivialmente utilizada como modelo para compor as analogias e explanações necessárias, uma vez que o *corpus* é de ordem política.

Foucault, foi um estudioso bastante crítico com as instituições e, por isso é comum em suas obras, a forma ímpar da crítica foucaultiana, o comportamento das mesmas em relação aos efeitos que essas detinham no controle da sociedade, a forma como elas sugestionavam ou, até mesmo de forma coercitiva, manipulavam o andamento dos acontecimentos. Toda essa discursividade parecia ser itinerante, mas Foucault conseguiu estabelecer as relações de poder que estavam nelas implantadas.

Em nossa investigação, por meio de reflexões discursivas, vamos descobrir as relações de poder contidas no *corpus* e com isso desvendar as articulações que se fazem ali presentes, mostrando, se elas possuem ou não uma relação harmônica entre soberania e sujeição. Toda essa análise será aplicada pela genealogia do poder, método de análise com teor discursivo que compreende de maneira eficaz o pensamento foucaultiano.

O saber e o poder andam juntos, se sustentam e apoiam-se reciprocamente, então para compreender o funcionamento do poder e a filosofia política de Foucault é necessário também estudar o saber, suas práticas discursivas e não discursivas. A verdade é parte essencial do poder e será abordada para investigar seus vínculos com ele. A verdade é produzida na duração da história e por isso nem sempre será a mesma e assim como a *episteme*, – na arqueologia – tem

um espaço e um período localizado para a sua produção sendo constituída na formação dos saberes reconhecidos como verdadeiros. A verdade, o saber e o poder refletem dado momento histórico e estão intrinsicamente ligados ao sujeito.

Foucault (1987), procura entender a sociedade e as suas identidades que estão em circulação pensando basicamente em três aspectos: poder, saber e subjetividade. Ele também faz uma proposição à relação entre verdade e teoria com valores, instituições e práticas sociais nas quais elas surgem além dos três aspectos primários. Quem domina uma determinada área do saber, disciplina, ciência, detém as “verdades”, ou seja, significa que detém o “poder”. O poder dos controles discursivos e da produção discursiva.

O *corpus* do trabalho é composto pelos discursos de posse de Arthur Virgílio Neto, um sujeito político que, assim como inúmeras outros políticos, conseguiram alcançar o poder. O desejo pelo poder é algo estudado discursivamente por Foucault, e é possível que a figura política em questão, seja capaz de demonstrar em seus discursos, os desejos em relação à obtenção do poder. Os discursos referem-se a atos de posse de diferentes épocas, ambos em âmbito municipal. Foucault preconiza que uma subjetividade é formada no decorrer de um ato discursivo, assim sendo, cada discurso de posse pode nos evidenciar o aparecimento de uma subjetividade, formações discursivas, tipos de verdades e saberes.

Arthur é um político bem conhecido e se manteve filiado a um mesmo partido político praticamente durante toda a sua carreira política. Ele possui experiência em outras esferas, como: Ministro-Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Deputado Federal e Senador da República. Em nossa investigação, verificaremos se os modos de subjetividade foram influenciados pelo saber e pelo poder adquiridos ao longo de sua carreira política, uma vez que a relação correlata poder-saber está inserida nos discursos e é um dos eixos de estudo da teoria foucaultiana.

Foucault em sua aula sobre discurso no *Collège de France*, nos deixa inteirados e intrigados a respeito de como o discurso funciona e as relações que ele estabelece. São reflexões sobre essas relações que também visamos ilustrar pautados nos parâmetros de uma luz foucaultiana.

Foucault, por meio de suas obras, fornece o aporte teórico necessário para que sejam feitas as análises. O encadeamento teórico é sustentado pelas suas principais obras, perpassando inicialmente pela: A ordem do discurso (1999a), Arqueologia do saber (2008), Vigiar e Punir (1987), História da Loucura (2017) e A Hermenêutica do Sujeito (2006a). As histórias que Foucault escreveu tiram o foco da consciência originária do discurso e se focam no próprio discurso – em sua materialidade – para uma análise em teor interdiscursivo e como também

extra discursivo, abrangendo as instituições sociais. Conforme Foucault, em relação à análise, devemos considerar a subjetividade de um sujeito e não o autor do discurso como uma pessoa – Foucault faz uma crítica quanto à noção de autor em suas obras *Arqueologia do Saber* (2008) e a *Ordem do Discurso* (1999a) – pois, é necessário separar para que somente a subjetividade formada no discurso seja a referência para a análise, caso contrário sempre estaremos a mercê de uma nova interpretação sobre os pensamentos do autor como pessoa, e com isso, as possibilidades de interpretação possam vir a ser demasiadamente numerosas.

Para que a compreensão da escolha do método a ser utilizado nas análises seja mais completo é importante tecer o seguinte comentário: Foucault costuma ser comparado, ao menos, em duas épocas, uma do período arqueológico e outra do período genealógico. Trabalharemos com o período genealógico, tendo o dispositivo como ferramenta de análise. Os dispositivos foram utilizados para analisar instituições nas obras *Vigiar e Punir* (1987) e *História da Loucura* (2017), o que ressalta a importância de como a configuração do dispositivo analítico para as análises propostas se torna indispensável. Trabalharemos o dispositivo de análise esclarecendo cada etapa de sua constituição, para que seja evidenciada a sua relevância como um dos fatores da análise. As definições em que trabalharemos dispositivo serão difundidas no decorrer do texto, para que fique claro onde e como ele se encaixa no *corpus*. Uma série de elementos com natureza distinta, uma rede heterogênea, só podem ser trabalhados através do dispositivo. Ele tem a capacidade de estabelecer relações entre elementos que não se misturam, mas que se fazem presentes nos discursos a serem analisados.

Discurso é o termo que se destaca nos trabalhos de Foucault, assim como é também o objeto deste trabalho. Em sua aula inaugural no *Collège de France* no dia 02 de dezembro de 1970, Foucault relata as suas inquietações do que é e o que pode vir a ser o discurso. Os discursos estão presentes nas instituições e nas pessoas, e as pessoas não podem dizer tudo o que querem na sociedade, pois muitas vezes os discursos são controlados, categorizados e precisam ser sancionados para poderem aparecer.

As ponderações apontadas pelo filósofo recaem como uma luva quando tratamos dos discursos políticos. Toda a contextualização do discurso, sujeita-o às condições de aparecimento, uma vez que as instituições nas quais os discursos políticos são produzidos detém o controle sobre eles. O discurso está na ordem das leis, e as leis discursivas serão trabalhadas por meio dos Procedimentos de Exclusão, Internos e de Rarefação, descritos na *Ordem do Discurso* (1999a). Os discursos, de Artur Virgílio Neto, sofrem o mesmo processo de criação e controle, mediante isso, também será analisado de acordo com os conceitos de análise

trabalhados na ótica foucaultiana. Seus discursos também possuem um viés político, eles decorrem basicamente do perfil ideológico do partido ao qual ele está inserido e também estão passivos à instituição.

A Prefeitura será a instituição à qual os parâmetros discursivos serão trabalhados. Ela é constituída por partidos políticos e suas ideologias, os quais exercem influência no uso dos controles discursivos. Esses serão abordados para o devido esclarecimento de como, quando e por quem, os discursos podem ser produzidos, distribuídos, controlados e até mesmo negados para a aparição.

De certa forma, podemos inferir que a intenção de Foucault é mostrar que o discurso, além de apresentar possibilidades de interpretação, manifesta e produz poder. É apoiado na Genealogia do Poder de Foucault, que nos propomos a investigar os discursos em movimento, e chegar ao cerne das subjetividades e relações de poder que possam vir a surgir nos discursos de posse de Arthur Virgílio Neto.

1. PODER EM FOUCAULT

1.1 Conceito de poder

Para Michel Foucault o poder é algo a ser estudado em vários campos do saber, ele representa um lado importante de um triângulo onde também aparecem o saber e a subjetividade. Para compreendermos melhor a visão que Foucault nos traz sobre o poder, devemos ter em mente o que ele significa na visão geral, aquela que se encontram em dicionários e a partir daí seguimos com o ponto de vista filosófico e reflexivo ao qual esse texto se propõe.

A palavra *poder* vem do latim *potere*: o direito de deliberar, agir e mandar e também, dependendo do contexto, a faculdade de exercer a autoridade, a soberania, ou o império de dada circunstância ou a posse do domínio, da influência ou da força. Ou ainda, pode-se definir poder como “a capacidade ou possibilidade de agir ou de produzir efeitos” e “pode ser referida a indivíduos ou a grupos humanos” (BOBBIO, 1999, p. 933).

Talvez não seja possível estabelecer ao longo dos cursos de Michel Foucault, uma teoria que abranja toda a amplitude do poder. Por mais que seja objeto de vários estudos, ele mesmo, o poder, na ótica foucaultiana não é um objeto de fato, de essência e com características próprias que possa ser visualizado ou entendido ao passo que se vê ou se manipula. Podemos considerar o poder nesse início de implicações como sendo algo mutante, e que se transforma com o tempo e com a sociedade, e não algo natural que surge em ciclos. Uma vez que o consideramos mutante, cabe ainda dizer que o tempo o afeta tanto quanto a sociedade em que ele está inserido. Ora, se o poder se constitui no tempo e no espaço, o qual chamaremos de sociedade, é plausível assumir a postura de que o poder é uma prática social e está sujeito às mudanças de uma sociedade conforme suas relações vão se estabelecendo. O poder não sendo um objeto propriamente dito, uma coisa, não possui uma forma concreta e nem relevante como matéria, não é unitário e nem tão pouco global. Apesar desses conceitos abstratos de poder, partindo de um viés mais filosófico, devemos ter consciência de que ele realmente existe e nos permitir a possibilidade de se procurar formas de poder onde ninguém as consegue enxergar, sem querer instintivamente reduzir a sua magnitude e simplificar demais sua existência.

Foucault estudou o poder levando em consideração suas mutações. Sua forma de pesquisar acreditava que toda teoria é por si só provisória, pois dependia de fatores que estavam condicionados a outros e alguns deles fora de seu controle. O fator acidental da pesquisa por

exemplo, coincide com o seu estado de desenvolvimento, isto é, quando o pesquisador se depara com algo inusitado e a partir daí tem os *insights* que direcionam a problemática e os métodos necessários para o desenrolar da pesquisa. Foucault causou um certo tipo de ruptura quando se trata de teoria de investigação como se entende normalmente. Para ele, a teoria é provisória e acidental, nessa prática é possível organizar os dados de forma que possam ser explicados, evidenciando suas inter-relações, fomentando seus encadeamentos de tal forma que possam ser retificados, reestruturados e modificados baseado em um novo objeto de investigação. Foucault acredita que a teoria pode chegar ao seu limite de resolução de um problema e aceita sua forma inacabada, mas que ainda assim é capaz de formular conceitos que possam esclarecer dados mantendo sua parcialidade. Por isso nem a arqueologia e nem tampouco a genealogia são ferramentas de investigação com uma arquitetura fechada, elas são comutáveis no sentido de poderem ser adaptadas para a realização de análises com características pontuais em uma época ou situação. Esse recorte que Foucault realiza em suas investigações, permite que se chegue ao cerne do discurso, pois ela se torna mais acurada e meticulosa. Um estudo sobre o poder, produzido dentro desses parâmetros, torna-se capaz de alcançar o imo das discussões, sejam elas sobre o surgimento das prisões, dos hospícios ou até mesmo de desenvolver o dispositivo analítico. Um dos argumentos de Foucault sobre o poder, é que onde há o exercício do poder há também e ao mesmo tempo, um lugar em que um saber se constitui, ou seja, a gênese do saber está vinculada ao acontecimento de uma relação de poder. Isto nos remete a pensar que nas instituições onde o poder se exerce, são os lugares onde um determinado saber se forma. A título de exemplo, temos o hospital, que passa a ser não apenas um centro de recolhimento de enfermos para tratamento como também um núcleo de desenvolvimento de saberes relacionados a medicina, outra instituição que segue a mesma linha de cuidados é o hospício, deixando de ser unicamente um espaço específico onde se concentram os indivíduos portadores de problemas mentais e se tornando um recinto onde profissionais da área de psiquiatria estão ajuntados e buscando quebrar as barreiras do conhecimento, pesquisando todas as variações dos distúrbios mentais e seus possíveis tratamentos. Assim também o é na escola, esse centro de formação de cidadãos, que além de estarem lá para aprender, acabam por revelar certas dificuldades no processo de ensino e aprendizagem, cabendo ao papel do professor reunir-se com os demais profissionais da área de educação para a mitigação das possíveis causas dos problemas enfrentados em sala de aula e dos resultados obtidos. Os profissionais das áreas citadas por exemplo, são agentes do poder e é por meio deles, dessa relação de poder articulada por eles, que eles se tornam agentes que constituem o saber, com o compromisso profissional de dar o devido retorno àqueles cujo o poder lhe foi atribuído, ou seja, os profissionais da área

da saúde: médicos, psiquiatras, enfermeiros e etc., devem transmitir o saber adquirido a mais dentro de sua área de atuação, uma vez que já detinham um saber prévio, às instituições ou detentores de poder que os permitiram estar no exercício de sua função, exercendo poder e produzindo saber.

Podemos dizer que os trabalhos de Foucault convergem para o estudo do poder e suas relações. O saber, a verdade e a subjetividade formam um poderoso núcleo de estudos relacionando-se com o poder. Foucault trata principalmente o tema poder, que para ele, não está localizado em uma instituição, e nem tampouco como algo que se cede por contratos jurídicos ou políticos. Houve uma tentativa por parte de Foucault de discriminar os mecanismos que demarcam o poder, ele o fez em dois pontos. Um deles é o efeito de verdade causado por esse próprio poder. O outro ponto, se dá no momento em que o poder se reproduz. O poder em Foucault reprime, mas também produz saber e efeitos de verdade (FOUCAULT, 1979).

Sobre o efeito de verdade, é possível que o ato de transmissão dos signos cause esse efeito. Derrida (1973), sobre Aristóteles, retrata que a voz é na verdade quem produz os primeiros símbolos, que por sua vez produzem significados e conseqüentemente os significantes:

Se Aristóteles, por exemplo, considera que “os sons emitidos pela voz são estados da alma e as palavras escritas os símbolos das palavras emitidas pela voz” (*Da Interpretação 1, 16 e 3*), é porque a voz, produtoras dos *primeiros símbolos*, tem com a alma uma relação de proximidade essencial e imediata. Produtora do primeiro significante, ela não é um mero significante entre outros. Ela significa o “estado da alma” que, por sua vez, reflete ou “reflexiona” as coisas por semelhança natural. (DERRIDA, 1973, p. 13).

As relações de poder estão presentes em todos os relacionamentos, pois não é uma entidade. Fontes de conflito estão ligadas às fontes de poder. O poder exerce um dinamismo na sociedade, é uma prática, não se estabelece apenas como mecanismo de força, repressivo, de uma macroestrutura para uma microestrutura, ele é produtivo e não é o que impede, mas o que impele. O Estado não é o centralizador do poder, e nem também o único a deter o poder, há um deslocamento do centro para as extremidades, isto é, o poder encontra-se tanto nas instituições quanto nas microrrelações.

A forma do poder ser exercido não pode, portanto, ser vista de forma isolada a uma pessoa, ou uma classe social, ou tampouco a uma determinada ideologia. Da mesma maneira, não se pode perceber o poder apenas pela repressão, pela forma de dizer não; como o próprio pensamento foucauldiano demonstra, apenas a repressão não causaria a obediência (COSTA, 2015, p. 42).

O poder se estabelece em microrrelações que permeiam toda a sociedade, quer dizer, vai desde a família, escola, igreja, presídio, hospital, polícia, exército e demais instituições.

Como o poder é uma prática social, o indivíduo produz o poder na medida em que se relaciona, não é exterior a ele.

1.2 O poder-saber

Foucault possuía como um dos vértices de seu trabalho o sujeito e suas verdades, e como as relações entre o saber e o poder os afetava. Os modos em que e como se produz a verdade são os mediadores que evidenciam as articulações entre o binômio poder-saber. Esse conjunto de regras, esse jogo da verdade, em que é possível diferenciar o que é verdadeiro e o que é falso, tendo o verdadeiro como a concretude do poder, pois o falso não causa esse efeito. Esse poder é revelado em seu exercício, na prática do dia a dia e ainda plurifacetado, utilizando-se o homem como objeto de sua manifestação. O poder é alicerçado no saber e vice-versa, mas para que este alicerce seja consolidado é necessário que a verdade produzida por estes saberes seja evidenciada de tal forma que não seja contestada pela sociedade ao ponto de ser enfraquecida. O poder depende que o saber produzido tenha robustez e ímpeto suficiente para que nele seja produzida uma verdade ainda mais forte, caso contrário, o poder exercido perderá essa força, muitas vezes coercitiva, implícita nele sobre o sujeito e será derrubado por um novo saber produzido, dando início a mais um ciclo de produção de verdade e também a um novo poder a ser estabelecido.

Analisar essas articulações, ou melhor dizendo, essas relações entre o poder e o saber nos levam a pensar não somente na consciência individual, pois, as análises que levam em conta o campo, a posição, região e território, tem como base uma episteme definida de forma prévia, ou seja, uma estratégia acerca do domínio em que o saber está subsidiado. Todos esses elementos a serem considerados na análise, a torna muito mais ampla do que apenas a interpretação discursiva de um indivíduo, o que ele pensa, ou o que se acha que ele pensa, substanciando as suas possibilidades de interpretação de forma autêntica. A magnitude de uma análise nos parâmetros foucaultianos consegue abranger tanto uma consciência individual como a sua transição para uma consciência coletiva, em outras palavras, como o discurso se transforma dentro do recorte do discurso, o seu objeto. Da mesma forma, alcançando possibilidades de interpretação e resultados jamais previstos, reinterpretando os resultados obtidos primariamente e não considerando-os como verdade absoluta. Esse tipo de análise,

proposto por Foucault, por meio de seus estudos, tem o caráter de expor os pontos pelos quais os discursos sofrem transformações relacionadas as relações de poder que se exercem neles. No decorrer da análise, nessa descrição da episteme que reúne os elementos nos quais se pautam o discurso – seu objeto e recorte – e na aplicação do dispositivo discursivo alusivo às características do objeto é que transparecem não somente as relações de poder como os seus efeitos. Para Klein (2007), o dispositivo discursivo é um amálgama que mistura, o enunciável e o visível, palavras e as coisas, formação discursiva e formação não-discursiva.

Para delinear as relações entre poder-saber, Foucault analisa o saber levando em consideração as noções de campo, posição, região, território. Ele também acrescenta uma característica para essa análise que é: o tempo. Este, como sendo a época da construção desse saber e é bem equivalente de como se pode analisar o poder. A forma como o poder pode ser enxergado numa visão macro, causando esse efeito, esse paralelismo no binômio, é o que torna aparente e evidencia a consolidação do poder. Se pararmos e pensarmos na possibilidade de não estarmos imobilizados na superfície, se consideramos que por ventura, estamos alheios a gravidade terrena, ou que possuímos algum meio de nos locomovermos livremente em todas as direções, seremos capazes de idealizar como esses dois universos, saber e poder, estão interligados por uma dimensão que não é perceptível sem o olhar crítico, sem as amarras do pensamento convencional. As fibras que entrelaçam esses dois universos ficam cada vez mais aparentes conforme nos desenvolvemos num pensamento crítico não linear. Essas fibras que interligam o universo do poder ao do saber, se unem em conceitos compatíveis entre eles como: campo, posição, região, território e o tempo. Mas não significa somente que o campo do saber se relacione somente com o campo do poder, e sim que ele pode se conectar com outros criando novas relações. Não devemos nos prender a ideia de um paralelismo perfeito, ou seja, simétrico. Essas relações podem variar de acordo com os dispositivos analíticos definidos para o objetivo da análise do discurso, podendo abranger todos esses aspectos entre o binômio, como também aspectos que não estejam totalmente alinhados entre o saber e o poder.

1.3 O poder sobre o corpo

Historicamente os detentores do poder julgavam, definiam as penas e as formas de execução daqueles que foram considerados culpados. Era uma demonstração do poder jurídico ainda em uma forma mais primitiva. Ao fim do século XVIII o poder exercido pelas autoridades sob àqueles que cometiam crimes era testemunhado pelo público por meio de um show de

suplício dos condenados. Um espetáculo de crueldade que não terminava com a morte, pois todos os seus atos deveriam reverberar entre todos ali presentes e com os locais próximos. Membros espalhados em praças públicas, forcas, fogueiras queimando o que sobrava dos cadáveres e correntes sustentando corpos, eram evidências do exercício do poder naquela época. O poder era exercido diretamente na carne, a ferro e fogo, o suplício ecoando validava a gravidade do crime, não bastava morrer, tinha que ser exemplo para o público para não proliferar a atitude criminosa. Não se trabalhava o perfil psicológico do criminoso, e sim o da plateia. Era na execução da pena que se dava o exemplo para os demais. A instauração do medo por meio da força feita a céu aberto. Tudo era muito bem pensado, desde as penas até como elas seriam aplicadas. Avaliava-se o delito cometido e determinavam qual a forma que impactaria mais comoção naqueles que assistiam ao espetáculo do suplício, não por ser exatamente um show de horrores, mas por perceber que quanto mais forte fossem as imagens registradas pelos olhos do público, mais eficiente e duradoura seria o efeito da lição ali presenciada. Ainda assim havia uma preocupação com o nível de crueldade que os poderosos poderiam atribuir em céu aberto, pois se houvesse uma maldade em cada ato da punição, o efeito junto aos expectadores poderia ser exatamente o contrário, ou seja, ao invés de dar um exemplo, eles poderiam estar fomentando um sentimento de revolta que poderia eclodir mais adiante, então era importante eles passarem a mensagem por meio do exemplo que fixasse mais na consciência do povo e que ainda assim não fosse tão cruel quanto poderia ser. Desta forma, talvez, poderiam identificar que mesmo o criminoso estando ali a momentos da execução de sua pena que havia uma certa piedade por parte dos executores, dando a entender que aquele exemplo de força era realmente necessário e que eles o faziam não porque queriam, mas porque não havia outro jeito (FOUCAULT, 1987). Apesar de tudo, isto não significa que apelar para a tortura de um desafortunado em praça pública evitaria que qualquer outro delito ou ato indisciplinares voltassem a ocorrer.

Esse poder sobre o corpo também foi evidenciado ao longo da história de outras formas. Em *Vigiar e Punir*, Foucault nos traz outros meios de se exercer o poder sobre o corpo, sendo uma delas diretamente relacionada a questão da doutrina, submissão, realizar a vontade do outro. Esta forma é exercida em instituições onde há uma cadeia de comando, por exemplo, as forças armadas e a escola. Diferente dessa sujeição e docilidade do corpo, outra perspectiva para se entender o domínio sobre o corpo é ter o saber necessário do seu funcionamento fisiológico. Esse controle de como o corpo deve ou não funcionar é uma das formas de docilização do corpo. Tanto a medicina em si, como procedimentos hospitalares tendem a mostrar as funções e como se deve comportar o corpo. Nestes dois últimos exemplos de poder

sobre o corpo, pode-se vir a questionar se eles agem somente na questão física quanto na psicológica. Em primeiro lugar devemos ter consciência de que os procedimentos utilizados, tanto em um treinamento militar como numa operação cirúrgica, requerem o domínio e o controle sobre esse conjunto de procedimentos. São essas disciplinas que por si só, diferenciam-se na prática cotidiana de sua aplicação e ao mostrar os resultados produzem os efeitos de verdade, forjando a relação poder-saber, subjetividade e verdade.

1.4 O poder sobre as vontades

Entre o fim do século XVIII e o início do século XIX, dava-se início a uma nova era, a do desuso do espetáculo dos suplícios. Percebeu-se que as execuções públicas tornavam os próceres tão cruéis quanto àqueles a quem estavam assassinando, pois cometiam assassinatos a sangue frio, sem qualquer pudor ou remorso, assim como o faz um verdadeiro assassino. Matar ou ferir não era mais enxergado como sendo a consagração da força no exercício do poder. Na crença popular houve a inversão dos papéis, tornando a todos que participavam do rito em criminosos, e ao criminoso, o supliciado, uma imagem de misericórdia. Na época novas leis surgiram, a condenação era mais justa e as penas eram cumpridas com o indivíduo vivo, não mais sendo mutilado até a morte, sem espancamentos em praças públicas, nem correntes nos pescoços e pés, nenhuma humilhação lhes eram causadas, nem mesmo confessar os próprios crimes diante uma plateia. Essa mudança não foi homogênea entre aqueles que se valiam do espetáculo de horrores, mas a tendência era que fosse extinta, não me refiro a execução da pena de morte, ela ainda permanece em alguns países, mas é cumprida com mais humanidade, com injeções letais, compostas por analgésicos por exemplo. Neste processo de mudança, num sopro de consciência, ainda foram utilizadas as guilhotinas que ceifavam a vida em um breve instante, sendo considerada indolor na época, mas ainda assim um ato de barbárie medieval. Com as novas formas de jurisdição e com novos saberes existentes, o exercício do poder tinha ênfase no trabalho psicológico, na dominação do comportamento, na disciplina e sobretudo no medo. O medo produzido na fatalidade da pena, não mais na crueldade do castigo, os criminosos passaram a ser detentos do sistema carcerário que ali tomava forma. A violência não era mais empregada deliberadamente, somente quando extremamente necessária, pois também havia leis contra os excessos de violência por parte da justiça. Nesse ponto, a justiça não tocava mais no criminoso, o poder sobre o corpo se dava pela mente, pelo trabalho psicológico empregado.

A privação da liberdade era o primeiro ato punitivo, pois como afirma o filósofo “A prisão é o único lugar onde o poder pode se manifestar em estado puro em suas dimensões mais

excessivas e se justificar como poder moral” (FOUCAULT, 2017, p. 134). Além de uma reclusão imediata, tão logo fosse julgado culpado por um crime, o cumprimento da pena não tem mais a intenção de punir fisicamente o infrator, embora puna não oficialmente quando necessário, mas de retirar o indivíduo do convívio com a sociedade, privando-o da liberdade do domicílio, interditando-o dentro do sistema carcerário, isso não quer dizer que não haja violência antes ou durante esse processo, mas agora se faz de maneira reservada e não mais atribuída a justiça, é sempre outra entidade que se torna responsável pela exercício da pena, exercendo o poder a ela atribuído de forma discreta, sigilosa, sem associação a quem de fato detém o poder. Esse sistema de coerção que obriga esses indivíduos, em alguns casos, a trabalhar forçadamente, tem certas imposições com o propósito de reeducar, pois os elementos constitutivos da pena não mais estão relacionados a dor e ao sofrimento físico. A pena suspende o direito à liberdade dentre outros direitos adquiridos enquanto cidadão e o medo de perder tais direitos é uma forma de disciplinar, é o medo agindo no corpo. Para despertar esse medo da perda de algo, para que o sistema penitenciário consiga exercer seu poder, alguns presos sofriam punições que além de psicológicas refletiam no corpo, não estamos falando apenas de redução das refeições diárias, mas para alguns a privação sexual e o confinamento na solitária rendem mais efeitos de dominação do que o espancamento e a mutilação. Até aqui, no contexto da obra *Vigiar e Punir*, temos o poder como algo negativo, Foucault faz uma consideração na tentativa de mudar essa percepção negativa que o poder emana dizendo que “Qualquer relação de poder não é má em si mesma, mas isto é um fato que sempre comporta perigos”.

De certa forma, o poder em Foucault aparenta ser uma representação negativa de forma de coerção, adquirindo uma noção de repressão. Mas embora haja a possibilidade de erro de julgamento em relação ao que o filósofo realmente quis passar, algumas considerações devem ser feitas pois Foucault também demonstra o oposto, que a representação do poder fosse algo positivo. Os efeitos do poder nesse caráter repressivo remetem a um entendimento do senso comum que o interpreta da forma mais pobre, como aquilo que sempre proíbe, nega e regulamenta a detrimento da verdade sobre ele. Se o poder somente dissesse não, se apenas repreendesse e fosse sempre negativo, haveria a resistência pelos lados contrariados. Mas o poder não é apenas essa negação, uma rejeição que não respeita, adverte e reprime. Ele não se concentra apenas em um grupo ou parte da sociedade, ele está em ambos os lados. O poder além do sim se manifesta de outras maneiras, às vezes tão discretas que alguns menos atentos não o percebem e acreditam somente em seu lado negativo. A partir do momento em que se evidencia uma relação de poder, presencia-se um discurso que pende ou favorece a um lado mais específico, isso não quer dizer que para algum outro lado ele também não possa se

manifestar de forma positiva. Devemos nos permitir a tentar nos distanciar de ideologias e crenças para notarmos onde o poder está se exercendo de forma positiva. Num quadrado, quando o lado A nega para o lado B, reprime o lado C e rejeita o lado D, aparentemente está se impondo o poder do lado A sobre os outros lados e é partir da perspectiva dos lados B, C e D que se pode enxergar em uma visão linear que possa refletir conseqüentemente na maneira em que esses lados analisam a situação. O discurso gerado nessas condições não abrange todo o potencial que o poder detém. Considerando que os parâmetros de análise em vista dessa perspectiva linear nos fazem deixar de fora um dos lados, nesse caso o lado A. Os demais lados não constataam que por mais que o poder esteja sendo evidenciado pelo lado A em seu uso, ainda assim ele produz algo de positivo nos outros lados, principalmente no que diz respeito ao saber. Ou seja, o poder exercido pelo lado A, produz saber nos lados B, C e D, e além disso, produz saber e um novo discurso. Como ele permeia por toda a sociedade, ele se conecta a ambos os lados praticamente ao mesmo tempo e embora não seja perceptível para os lados que se consideram inferiores ou mais fracos, esse poder exercido pelo lado A aciona os mecanismos de poder dos outros lados, isto é, a ação do poder de A gera uma reação ativando os elementos que darão a origem ao poder de B, C e D (FOUCAULT, 1987).

É preciso embrenhar-se mais profundamente antes de firmar uma posição sobre como Foucault quis ou não polarizar o poder. Neste viés, podemos concordar até certo ponto, que o poder, mesmo sendo uma forma de coerção é ainda também uma força que se faz necessária na sociedade, capaz de produzir saber e ganhando esse caráter positivo.

A Idade Contemporânea é estudada de 1789, época da Revolução Francesa, até os dias atuais. No decorrer desse período, vários acontecimentos políticos, econômicos e sociais, receberam influência da Revolução Francesa. Podemos citar a Independência do Brasil como sendo a mais importante para nós. Desde que D. Pedro I foi coroado com o primeiro imperador do Brasil em 1822, o país passou a ser regido por um poder local, e que após muitas lutas se estabeleceu dando origem ao nosso modelo de governo. A contar da emancipação do Brasil junto a Portugal, toda a luta pelo poder se deu em terras brasileiras. O governo começava a tomar forma e utilizar-se de práticas de subjetivação que determinarão o curso da vida das pessoas por meio de leis e regras estabelecendo limites sobre como os indivíduos devem viver. Sobre governo, Foucault utilizou-se de duas maneiras para expressar a sua noção, sendo uma delas voltada para a relação entre sujeitos, em que se trata de um conjunto de ações sobre ações que possam ser possíveis e atuando nesse campo de possibilidades sobre os comportamentos desses que são ativos na sociedade, individualmente ou em grupo. A outra parte da noção de Foucault é de que o governo atua sobre si próprio, de forma hierarquizada, mas que também

estabelece e impõe limites dentro dessa própria instituição que atua, essa relação entre as formas de governo sobre si e sobre os outros acabam por se cruzar e determinar os procedimentos, análises e táticas essenciais para exercer essa forma de poder.

1.5 O poder sobre o pensamento do outro

Em uma de suas obras mais imponentes, Michel Foucault nos traz um remonte histórico de como a loucura era tratada na idade média. O medo do louco faz com ele seja escorraçado e exilado para fora dos muros da cidade, para campos de terras distantes entregue a mercadores ou ingressados numa embarcação específica, a fim de se evitar que o mesmo contaminasse as demais pessoas próximas a ele. Pelo menos, era numa contaminação que se acreditava na época, a própria família os entregavam ou, os denunciavam para as autoridades, tanto pelo medo à própria segurança física, assim como também, pela mancha permanente ao nome da família que aquele louco poderia ocasionar.

De fato, podemos entender o quanto poderia ser assustador ter uma pessoa que não seguia as regras, convenções e as leis da época impostas à sociedade. Um tanto quanto perturbador por sinal, ter alguém por perto sem saber de que forma ele vai reagir a qualquer tipo de interação ou intervenção social. O louco, como eram chamados, não tinham um padrão de resposta, muito menos entre eles, portanto era extremamente difícil lidar com alguém da qual não se tinha compreensão nenhuma. Muitos desses indivíduos eram associados aos leprosos, que antes de morrer infectavam as pessoas ao redor, gerando pânico num pandemônio denominado de lepra. Outros tinham problemas que não estavam relacionados nem a lepra e nem a loucura, só o fato de não poder falar ou ouvir em virtude de problemas no aparelho fonador ou no canal auditivo já os tornavam pessoas condenadas para a eternidade e uma pessoa indesejada por todos. Algumas pessoas consideradas loucas naquela época, possuíam uma percepção diferenciada da realidade, não me refiro apenas à questão sensorial ou imaginativa de sua visão de mundo, mas também em relação da sua capacidade de leitura do mundo de maneira não convencional, reflexo do seu intelecto até então ignorado. Tais pessoas consideradas loucas, possuíam algo de diferente dentro de si, esse estranhamento que o diferente apresenta, pode causar medo àqueles que estão próximos em seu convívio e com isso os afastam. O louco poderia ser apenas louco por pensar demais, inconscientemente exigindo demais de seu próprio cérebro e causando surtos em sua personalidade. A medicina na época não tinha recursos e nem os saberes necessários para desassociar os assim eleitos, loucos pela família e pelos poderes, dos loucos de verdade, bem como também, não possuía tratamento

adequado para os leprosos. Mas diferentemente dos loucos, os leprosos possuíam lugares específicos para serem exilados (casas de “exclusão” e “purificação”). Esses leprosários haviam se multiplicado às portas das cidades medievais. Os leprosos foram deixando de existir, literalmente, não por meio da medicina, mas pela segregação e falta de contato com focos de contaminação provenientes do oriente. O olhar sobre os leprosos não era médico e sim um olhar religioso crítico às condições desses doentes. Sendo um assunto de ordem religiosa, a lepra foi “tratada” de acordo, sendo expiada e requerendo ritos como o da cisão, para a segregação e concomitantemente sacralizando e ainda os purificando, pois, o leproso era uma espécie de possessão demoníaca que se alastrava rapidamente. Com a regressão da lepra há o esvaziamento dos leprosários que foram construídos. No entanto, toda a estrutura física da época e a carga de sentido atribuídos às imagens e formas, não foram ressignificadas, sendo notoriamente ainda um leprosário, mesmo que os ocupantes sejam outros. Sendo assim, mesmo com o passar do tempo, a imagem do leproso, associada à exclusão, purificação, segregação, sacralidade, reclusão e salvação, estarão presentes nesses lugares que foram instituídos como leprosários. Já os loucos quando expulsos de suas cidades, confiados a mercadores, forasteiros e marinheiros acabavam por viajar e passar a existir somente nessas viagens, ou seja, a existência dos loucos era sem sentido para os demais, para os considerados normais. Essa existência sem sentido não tinha rumo certo, o confinamento deles não era feito ainda em instituições dedicadas, mas sim na própria nau. A Nau dos Loucos que reúne homens e mulheres que demonstram o apego por si mesmos e também por meio das ilusões com que se alimentam. Segundo Foucault, o apego a si próprio é o primeiro sinal da loucura. Sem contar a razão, o louco, aceita o erro como verdade, a mentira como a realidade, a violência e a feiura como sendo a beleza e a justiça, desta forma ele cria um mundo só seu, não visível aos externos, acaba por si só, exilando-se da realidade material do mundo em que vive, sem reconhecer os que estão a sua volta como iguais. Essa alienação torna-se recíproca e por ser minoria, embarca coercitivamente em sua destinada nau. A Nau dos Loucos partia em viagem sem destino próprio, muitas vezes alguns loucos eram excluídos do grupo, alguns deles por serem violentos e oferecer risco à tripulação e também aos outros internos. Alguns eram deixados em ilhas e abandonados à própria sorte, outros ainda permaneciam na embarcação, pois acreditava-se que a própria viagem na nau era o tratamento e quanto mais tempo se permanecesse nela, maior as chances de cura. Conforme Foucault (2017), a Nau carrega esse simbolismo da água que purifica e da navegação que é passagem, mantendo o louco, esse passageiro, livre na imensidão do mar, mas preso ao navio.

Talvez não fizesse muita diferença na prática, pois afinal, eles nunca retornavam ao convívio da família e da sociedade da qual eles foram expulsos. Essas embarcações a que eram atribuídas

essas missões ganhavam o apelido de Nau dos Loucos. Dentre as naus das quais se fizeram história, a dos loucos provavelmente seja a única que realmente tenha existido no mundo real, fazendo dela a genuína, pois ela não transportava heróis e princesas, piratas ou pescadores, e sim, os indivíduos dos quais não queriam que fossem falados.

Esses viajantes errantes, podem até certo ponto, ou melhor, num determinado momento político do Brasil, ser comparados àqueles que lutaram para fazer uma política diferente, que pensaram em fazer valer as leis por um viés discordante do estabelecido e que pensaram fora dos padrões, distinguindo-se assim dos demais e causando incômodo aos que estavam no poder. Assim como os loucos foram obrigados a deixar suas casas, famílias e cidade, esses pensadores também foram sendo removidos do convívio com a sociedade a qual pertenciam, muitos pelo uso da força, suportada pelo poder governante, e outros que, por acreditarem não ter como permanecer num lugar onde a própria vida estava em risco, anteciparam-se e partiram. Os loucos foram primeiramente confinados numa nau cujo a rota era incerta e posteriormente foram para casas de tratamento que receberam o nome de hospício. Já os perseguidos políticos, quando conseguiam, fugiam para outros países e lá permaneciam até poder voltar em segurança. Quando pegos, eram alocados em prisões para os devidos procedimentos correccionais e tal como acontecia com os loucos, alguns nunca retornavam. Nem os loucos e tampouco os criminosos condenados tinham uma recuperação plena dentro daquele recinto que acreditava-se ser apropriado, alguns até mesmo, não tinham recuperação nenhuma. Talvez o fato de que alguns não melhoravam, tornavam o louco e o criminoso condenado semelhantes entre si e que atendiam os requisitos de exclusão impostos pelas autoridades. É claro que considerações devem ser feitas, até mesmo porque existem aqueles que foram diagnosticados loucos de forma patológica em relação àqueles que devido algum trauma enlouqueceram. O mesmo pode ter acontecido com os criminosos, pois um condenado talvez não fosse louco, ou ficou louco por ter sido excluído do convívio em liberdade. Posteriormente os loucos foram aprisionados juntos aos criminosos, o que leva a crer que daquele ponto em diante não fazia diferença o motivo pelo qual se era encarcerado, crime ou loucura. Numa tentativa de trazer o indivíduo, assim considerado louco, de volta a razão, à sanidade, o confinamento surge como uma forma de disciplinar, docilizar o corpo e a mente não compreendida para que talvez, algum dia, esse indivíduo, tenha condições de se socializar em público. Fazendo parte do mesmo tipo de confinamento, o criminoso condenado passava pelo mesmo processo de doutrinação do louco, eram ambos prisioneiros na prática do cárcere, não havia distinção entre eles, uma vez que a forma de poder imbuída de os retirar de circulação era a mesma.

Com o passar do tempo, a figura do louco foi sendo interpretada de outras formas e assim, o próprio louco foi cuidado de outras formas. A ciência e a medicina com o passar dos anos, se desenvolveu ao ponto de pelo menos conseguir diagnosticar se o problema desse indivíduo tido por louco entre os demais, era orgânico ou psicológico. Há quem diga ainda que problemas de sanidade são causadas por possessão demoníaca. Esses discursos científicos e religiosos se cruzam e se chocam, cada um deles, ao seu modo, tentam explicar os fenômenos que acontecem no corpo humano. O discurso científico terá como ponto de partida a matéria orgânica, visando o funcionamento do corpo, mais precisamente o funcionamento da mente. Enquanto o discurso religioso terá como foco o lado espiritual, pautado sobre crenças que darão suporte a todos e qualquer tipo de manifestação produzida pelo louco. Os fanáticos costumam dizer que a fé salva e cura, e é fortemente contestada pela ciência e medicina. Essa contestação parece ser bastante natural entre as partes pois elas divergem em vários pontos, mas embora ainda sejam divergentes em muitos momentos, talvez não seja possível afirmar que eles são contra um ao outro, que eles sejam opostos. Esse embate entre os dois não visa denegrir a imagem deles perante a sociedade, ele apenas acontece de forma espontânea devido à natureza desses dois discursos distintos. Esse confronto pode até certo ponto ser considerado como um contradiscurso pois tanto o discurso científico quanto o religioso, são autônomos, anônimos pois não estão embasados num sujeito e sim numa instituição. Abordaremos mais sobre discurso num momento e espaço específico.

1.6 A meticulosidade nos detalhes

Ser meticoloso, ir ao cerne do detalhe, essa rigorosidade é uma qualidade que nem todos os líderes possuem. Um detalhe tem sentido, logo exerce um poder na pessoa disciplinada que não deixa passar nada despercebido, que se atém aos mínimos detalhes. Conhecendo e respeitando as pequenas coisas, dando valor aos detalhes, é possível dominar o todo. Tendo o saber necessário, estabelecendo uma episteme e conhecendo como esses sujeitos se constituem na prática social, é factível exercer o poder sobre essa base e firmamento. É difícil imaginar o domínio de uma sociedade, somente num plano de visão macro, sem que os detentores do poder não tenham o conhecimento necessário de como tudo funciona numa perspectiva micro. Em outras palavras, podemos fazer uma analogia utilizando o exemplo de uma fábrica que por meio de uma visão panóptica, o gerente tem acesso visual a todo o seu processo fabril, acompanhando todas as etapas de fabricação, todos os produtos, desde a entrada da matéria prima até a saída como produto final para expedição. Imaginemos que cada linha de produção seja uma

instituição como um colégio, igreja, hospital e quartel militar por exemplo. Cada linha de produção conta com vários postos de serviço e que por sua vez são compostos por vários trabalhadores, cada um com uma função distinta. Vale ressaltar que para gerenciar de forma eficaz, o gerente da fábrica deve conhecer cada função relativa aos postos de trabalho e as linhas de produção a qual pertencem, podendo ainda um trabalhador exercer mais de função no mesmo posto assim como também em outros postos, pois são essas pequenas, mas valiosas informações que se obtém apenas quando se conhece o chão da fábrica e que fazem a diferença na qualidade do produto final. Retornando ao âmbito da sociedade, não é possível fazer um *recall* do produto ou serviço que deu errado ou simplesmente não atingiu o resultado que se planejou. Esse sentido, ou melhor dizendo, esse poder que se encontra nos detalhes, é o saber que ganha eleições, é o poder de coerção sobre os outros, é a arte de disciplinar o corpo em seu íntimo. Não basta ter gosto pelo poder. É preciso conhecer onde o poder se manifesta, saber exercê-lo e bem mais que tê-lo, é ter o saber necessário para mantê-lo.

1.7 Procedimentos e táticas

Os procedimentos são essas etapas de métodos que instruem ações a serem tomadas e repetidas várias vezes, podendo ser aplicado em diferentes situações. É uma sistematização do comportamento que deve ser obedecido sob o risco de punição e tem como um dos principais objetivos repetir os resultados ao qual foi destinado. Funciona numa relação de poder de modo a perpetuar essa condição de autoridade, mantendo o regime atuante (MAQUIAVEL, 2010).

Assim como o exército, o Governo utiliza-se de táticas para manobrar situações que podem vir a comprometer a sua forma de exercer o poder. As táticas são as ações tomadas a partir de uma estratégia que dificilmente muda quando se trata de poder. Elas definem pontualmente e localmente a ação a ser tomada para a realização de um objetivo. Michel Foucault destaca na obra *Vigiar e Punir* (1987, p. 141) que:

Aos olhos da maior parte dos militares, a tática não passa de um ramo da vasta ciência da guerra; aos meus, ela é a base dessa ciência, ela é a própria ciência, pois ensina a construir tropas, a ordená-las, a movê-las, a manda-las combater; pois só ela pode completar o número e manejar a multidão; ela incluirá enfim o conhecimento dos homens, das armas, das tensões, das circunstâncias, pois são todos esses conhecimentos reunidos que devem determinar esses movimentos. [ou ainda]: Esse termo (tática)...dá a ideia da posição respectiva dos homens que compõem uma tropa, das diversas tropas que compõem um exército, de seus movimentos e ações, das relações que têm entre si.

As táticas podem sofrer alteração de acordo com a situação e o lugar, mas continuam a seguir a estratégia. Numa situação de confronto entre manifestantes por exemplo, a polícia ou uma força militar podem negociar com os lados envolvidos por meio do diálogo direto para evitar maiores danos, essa abordagem, essa tática, é muito utilizada geralmente no primeiro contato com as partes em conflito, mas caso algo fuja do controle, para qualquer coisa mais violenta, imediatamente a tática é alterada para corresponder à altura do problema, não mais o diálogo será utilizado, e sim o uso da força com bombas de efeito moral, jatos de água de alta pressão e até mesmo disparos com projéteis de borracha se necessário para dispersar os manifestantes. A tática é a ação sobre a ação de possíveis ações, já a estratégia continua a mesma, resolver a situação com o menor custo e dano possível a todos. Outra tática é punir os transgressores das leis impostas pelo Governo, a fim de conter a resistência a ele e também de discipliná-lo para que o comportamento dele na sociedade sirva de exemplo. Esses castigos vão desde multas administrativas onde a pena é executada por meio do pagamento de uma importância ao Estado até a reclusão do indivíduo por tempo determinado pelo poder jurídico. Essa tática faz parte de uma estratégia que nem sempre funciona como o esperado, pois a variável humana pode responder de diversas formas a esses tipos de castigo.

Na obra Vocabulário de Foucault (2009), o autor Edgardo Castro, relata que o filósofo francês distingue três sentidos para o termo “estratégia”. Os três sentidos convergem para o objetivo da vitória sobre o outro. Portanto, estratégia designa o meio, o modo e o conjunto de procedimentos, como podemos conferir:

1) Designa a escolha dos meios empregados para obter um fim, a racionalidade utilizada para alcançar os objetivos. 2) Designa o modo em que, em um jogo, um jogador se move de acordo com o que pensa acerca de como atuarão os demais e do que se pensa acerca do que os outros jogadores pensam acerca de como ele haverá de se mover. 3) Designa o conjunto de procedimentos para privar o inimigo de seus meios de combate, obrigá-lo a renunciar à luta e, assim, obter a vitória (CASTRO, 2009, p. 152).

Segundo Castro (2009), esses sentidos se resumem na ideia da estratégia como “escolha das soluções ganhadoras”. Na primeira definição de estratégia acima, o conjunto dos meios utilizados para poder estabelecer e manter um governo, uma gerência de empresa, uma direção de instituição de ensino ou militar, pode ser compreendida como a “estratégia de poder”. Essa racionalidade empregada, visa entender e prever os movimentos desse tabuleiro de xadrez da vida real. No segundo sentido de estratégia, os movimentos dos jogadores são medidos em relação aos movimentos uns dos outros, em um ininterrupto ciclo de previsões de jogadas acerca do objetivo maior. Todos eles tentam prever e antecipar os movimentos que determinarão o

vencedor, a cada jogada pode haver uma mudança de tática, sempre se readaptando de acordo com a situação e seguindo a estratégia. Por fim, o terceiro sentido, define quais ações podem ser tomadas para que os jogadores da oposição tenham seus movimentos frustrados, ficando sem opções de ataque e defesa. Assim como numa guerra, uma estratégia contempla táticas e procedimentos capazes de minar a resistência do inimigo, muitas vezes interceptando ou destruindo os comboios de suprimentos, bem como atacar e neutralizar os sistemas de comunicação para impedir que as forças contrárias se organizem e acionem suas táticas de contra-ataque e também para arruinar os dispositivos de ataque, caso contrário, demandaria que o jogador cujo movimento inicial foi atacar, não passe agora a executar táticas de defesa e contra-ataque.

1.8 O poder disciplinador

No cotidiano, o poder disciplinador tem como função maior o adestramento. Essa função de adestrar não aprisiona os homens para diminuir suas forças e resistências, é por meio do “bom adestramento” que se figura como uma arte e acaba por conseguir extrair o melhor das massas, unificando-as e ampliando-as para melhor se utilizar delas. O poder disciplinador pode ter uma ideologia como operador de fundo, para criar um efeito de verdade com base no que o povo acredita.

Por “ideologia” quero dizer, aproximadamente, a maneira pela qual aquilo que dizemos e no que acreditamos se relaciona com a estrutura do poder e com as relações de poder da sociedade em que vivemos. (EAGLETON, 2006, p.34).

O poder disciplinador pode não ser tão forte, mas é massivo e eficiente à medida que bem arquitetado. É um poder que foi projetado para ser permanente, atuando com procedimentos de menor escala, atingindo poucos grupos de indivíduos por sua vez, sendo executado ao mesmo tempo em outros grupos, de forma humilde e concreta. Uma outra visão de poder, em que estabelece primeiro nos níveis básicos da sociedade e não se caracteriza por ser um poder “disciplinado” pelo Estado.

O poder moderno não foi imposto de cima por agentes coletivos específicos (por exemplo, classes) sobre grupos ou indivíduos; ele se desenvolveu debaixo em certas micro técnicas (tal como o exame em seu sentido medico ou educacional: ver adiante), as quais emergiram em instituições, como os hospitais, as prisões e as escolas no princípio do período moderno. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 75)

O poder disciplinador vai se espalhando, como se fossem células ou grupo de células que passam a se locomover dentro de um grande corpo, o qual conhecemos como sociedade. Estas células invadem os órgãos, começam pelos menores e menos importantes, aqueles órgãos que descartamos quando estão contaminados sem possibilidade nenhuma de cura, que se tornam nocivos ao próprio corpo, mas que ainda assim, tinham uma função dentro desse sistema. Essas células os preenchem e alteram seus mecanismos, tornam-se suas engrenagens e ditam a rotação e o modo como devem funcionar. A base do poder disciplinador vai tomando forma e consistência, fica despercebido, passa a ser o natural e não mais o invasor. A disciplina “fabrica” indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que torna indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício (FOUCAULT, 1987). O indivíduo é um efeito do poder, o mais importante entre todos. Mesmo Foucault tendo feito uma análise desse poder que caracteriza uma época, essa análise mesmo sendo histórica, esse poder, ou melhor, a manifestação desse poder, ainda ressoa atualmente em formas de dominação já conhecidas. O homem como produto do poder, exerce hoje, práticas de dominação por meio dos saberes adquiridos, mesmo que não seja todo tipo de poder que individualiza. Essa dominação fica evidenciada à medida em que esse binômio saber-poder é posto em prática em disciplinas como a medicina, psiquiatria, política e etc. Comparando com o período medieval, quando o poder ganhava força quando individualizado, nessa sociedade passada, o poder era concentrado em soberanos ou em soberanias de poder. Os indivíduos que concentravam o poder nessa época eram figuras conhecidas e famosas em seu meio, chamavam a atenção pelos seus feitos e com isso disseminavam a obrigação de serem respeitados e obedecidos, causavam medo. Embora na sociedade atual tenhamos sujeitos que chamam atenção por exercer formas de poder, e que se encontram no chamado Poder (estatal, governamental e etc.) é no anonimato que ele ganha força, pois se torna mais funcional conforme se mantém discreto, dissemina-se sem grande alarde e exerce-se sobre outros indivíduos de forma mais implícita, docilizando, regulando comportamentos e direcionando a interpretação de discursos que dão rumo a sociedade. Esse poder disciplinador exercido de forma anônima sobre o homem, adentra seu corpo, impõe limites de atitudes dos quais o próprio homem não se dá conta, compõem uma série de adestramentos que para ele são imperceptíveis. Uma sociedade supostamente castrada de suas próprias vontades, um livre arbítrio controlado por forças externas e escondidas à luz do sol. Vale ressaltar que os indivíduos que sofrem com esse poder disciplinador, tendem a se tornar vigorosamente individualizados.

Foucault constatou e destacou que o poder disciplinador tem êxito porque se utiliza de instrumentos simples. O homem, na ótica foucaultiana sobre vigilância, pode parecer simples

porque é comparado a um simples objeto, e nesse enfoque de simplicidade, de objeto que ele é para torná-lo um instrumento essencial para o poder disciplinador, é o que faz dele um ponto de vigilância constante e versátil, pois pode ser substituído como objeto que é e ainda agregar mais de uma função. O olhar hierárquico delega as funções de como esse instrumento homem deve funcionar e a quem ele deve reportar. Com o avanço da tecnologia, esse instrumento tem recursos de vigilância muito poderosos ao seu dispor, não sendo inteiramente necessário tantos deles quanto antigamente, como na era clássica, que utilizou de observatórios que davam multiplicidade ao recurso humano empregado, mas que ainda assim necessitavam de maior número. Foucault nos traz a ideia de esquema de vigilância perfeito, um acampamento militar que age pelo efeito de visibilidade geral. O objetivo desse esquema, ou diagrama como Foucault refere-se, é imprimir o poder sobre aqueles que ali estão. Com o advento tecnológico alcançado patamares não retratados por Foucault até a publicação de sua obra *Vigiar e Punir* (1987), a questão da arquitetura que era feita para ser vista apenas e ou vigiar o espaço exterior, permitindo o controle sobre o seu interior de forma detalhada, perde espaço para a conectividade entre pessoas e estabelecimento em tempo real, mas que de forma alguma perde a sua utilidade, pois continuam até então desempenhando a sua função, tornar visíveis os que nela se encontram, ser esse operador para a transformação de indivíduos, agindo sobre os encarcerados, influenciando o seu comportamento, reconduzindo o seu efeito de poder neles e possibilitar um conhecimento para modificá-los ou para que eles mesmos se modifiquem (FOUCAULT, 1987).

Essa tecnologia própria de observação e controle não era exclusiva do sistema carcerário na época, assim como também não é até hoje. Sobre a arquitetura utilizada nos observatórios, podemos citar alguns exemplos que talvez passem despercebidos para as demais pessoas. Na escola de antigamente era comum encontrar as portas do banheiro, especificamente dos reservados, que permitissem a visibilidade da forma que o sujeito o estava utilizando. Em algumas escolas atualmente, essa ideia de adestrar o sujeito quanto ao uso consciente do banheiro ainda são encontradas, as portas podem até não ter a visibilidade clara dos pés ou das cabeças, como antigamente, quando tinham um espaço que era possível enxergar se o indivíduo estava sentado ao vaso ou de pé, de frente ou de costas para a porta, mas as portas modernas tem recursos diferentes para o mesmo efeito, disciplinar o sujeito. É muito comum, não somente nas escolas, encontrar portas de vidro que não chegam a ser translúcidas devido a exposição excessiva, mas que utilizam de processos de produção avançados que dão desde um efeito esfumado a um efeito pigmentado. Com isso, as portas podem ser utilizadas em tamanhos padrão para os ambientes, com a altura e a largura, sem recortes na parte de cima ou de baixo,

mas que permitem determinar que tipo de atividade está sendo realizada pela pessoa naquele espaço reservado.

A tecnologia e os recursos desenvolvidos com o passar do tempo, permitem que esses dispositivos disciplinadores sejam implantados em diversos recintos, além da porta do reservado do banheiro, outros meios são instalados ou construídos com a concepção de condicionar os indivíduos para atuarem de forma padronizada, dentro do que rege as normas de uma instituição. Essa vigilância hierárquica que paira sobre todos é quase como se fosse sensorial e telepática por parte dos que estão ali presentes. Numa fábrica, por exemplo, cada pessoa é uma variável com possibilidades indeterminadas de gerar lucro ou apenas despesa, podendo provocar a falência ou determinar o sucesso total. Lembrando que cada funcionário se torna parte de um sistema que opera em conjunto, uma poderosa engrenagem que não pode de maneira nenhuma girar fora do alinhamento com as outras engrenagens. A maneira como a fábrica atua junto a eles, é o da vigilância hierarquizadora, que desenvolve o hábito de que todos eles vigiem uns aos outros enquanto a cúpula vigia a todos simultaneamente. Os funcionários adquirem o hábito de se autovigiar por medo da represália dos colegas que além de estarem sendo vigiados, também estão vigiando a todos. Vários fatores incidem sobre esse comportamento, desde o medo da perda do emprego que seria talvez o maior prejuízo pessoal como as advertências que se acumulam resultando em danos financeiros ao empregado e conseqüentemente ao empregador. Esses danos, conforme Foucault, é o que pode resultar na falência da empresa, pois os “objetos de despesa”, como são referidos, são multiplicados diversas vezes por um mesmo indivíduo e que o resultado depende somente da menor infidelidade de cada um (FOUCAULT, 1987).

Trazendo essa analogia ao âmbito escolar, temos a cúpula dessa vigilância hierarquizadora composta pela pessoa que ocupa o cargo da diretoria. Por sua vez, no “chão de fábrica” da escola, temos os alunos, que apesar de não prejudicar diretamente a questão financeira da escola, por atuarem de forma não padrão como numa fábrica, acabam não gerando o lucro necessário ao país quando não atingem o ápice do desenvolvimento em idade escolar considerando o investimento envolvido, seja ele de capital privado, financiado pelos pais, ou público quando gerido pelo Governo, mesmo que boa parte dessa verba repassada à educação tenha origem de impostos pagos pelos contribuintes. Os resultados desses alunos, incidem diretamente no retorno quanto ao investimento envolvido, uma vez que esse retorno é o responsável pelo desenvolvimento econômico futuro do próprio país. Então ao invés de culminar no fechamento de uma fábrica, esses alunos que não obtiveram índice de aprovação satisfatório ou até mesmo não foram aprovados em seus respectivos cursos, causam um dano

imensurável aos cofres públicos. Mas a essa vigilância hierarquizadora não consegue com os alunos, o mesmo efeito que consegue com os funcionários de uma fábrica e por isso uma escola necessita de pontos de vigilância e também de dispositivos disciplinadores muito mais atuantes para que essa “perda” de capital investido seja minimizada ao máximo possível. Está sendo retratado uma analogia de uma escola fomentada com recursos do Governo para que se perceba que mesmo os responsáveis pelos alunos não estejam pagando uma mensalidade para a escola, eles estão pagando muito mais para o Governo, desta forma, devem atuar também como dispositivos disciplinadores e ser fonte de vigilância constante em relação a esses alunos, sendo uma extensão da escola.

Na sociedade, apesar da vigilância hierarquizadora existir em praticamente todos os lugares onde há relações de poder, é muito difícil ou praticamente impossível esperar que o cidadão avulso opere em conjunto, pois a vasta massa de pessoas existentes tendem a obedecer somente as autoridades que se encontram no mesmo local, como os policiais em sua vigilância ostensiva, e que ainda assim cometem transgressões que resultam em atos de violência e fraude. Como gerir uma sociedade estando apenas na cúpula? De fato, atingir todas as camadas da sociedade para condicionar o objeto, o cidadão, a produzir sem desperdício de tempo e recursos é uma tarefa que todos querem realizar.

A vigilância torna-se um operador econômico decisivo, na medida em que é ao mesmo tempo uma peça interna no aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar (FOUCAULT, 1987). É sabido que a vigilância do operador do Governo não atinge todo o aparelho de produção do país. Seria necessário muito mais que vigilância para fazer com o que país trabalhasse como uma engrenagem sincronizada. Exemplos positivos vindos dos operadores do Governo devem ser presenciados em sua prática cotidiana para que o efeito de poder experienciado cause a transformação na atitude do objeto e ele passe a se comportar como de fato prescrevem as leis e normas que regem a sociedade, mas não adianta simplesmente exhibir esses bons exemplos vindos da cúpula que governa o país se ele não puder de fato, ser evidenciado na vida das pessoas. As células que compõem a sociedade e que podem vir a se tornar grupos que modificariam a rotação e o funcionamento dos órgãos, os quais poderíamos chamá-los de “poderes”, já encontram-se contaminados e talvez por isso, qualquer movimento migratório não surte o efeito de diminuir as despesas abusivas e até mesmo inúteis que temos em nossa sociedade. É custoso além de complexo, tentar encontrar a fonte dessa contaminação, esse vírus que impede a célula de gerar novas células saudáveis, para que de alguma forma, essas células venham a torna-se grupos e forjar uma nova base, uma nova força, um novo poder

que atue com moral e ética além de ser responsável o suficiente para retificar essa engrenagem defeituosa que move um país.

Além disto posto, é muito difícil tentar definir quem está à frente desses poderes, que tipos de pessoas regem esse poder sobre as outras, quem de fato domina as classes ou quem dita as verdades que direcionam o poder. Antigamente, na época em que o poder era centralizado num indivíduo como o rei, sabia-se que o mesmo possuía conselheiros que o ajudavam a entender fatos desconhecidos dos quais ele obviamente não dominava. Esses conselheiros auxiliavam o rei dentro de suas áreas de atuação: na medicina, geografia, treinamentos militares, agricultura e tecnologias da época e etc., cada um deles apoiavam o rei e faziam parte de um grupo seletivo que gozava de regalias que o próprio rei permitia, não precisava ser nada exagerado, mas o fato de estar ao lado da pessoa que detinha o maior poder no reino e que era representante de Deus na terra, os tornavam importantes e reconhecidos por todo o reino. Devido a isso, eram leais à posição política do rei, que nem sempre era justo com os demais, com a classe trabalhadora, que fazia o reino prosperar. Diferentemente dessa época, em que temos o poder não centralizado em um indivíduo como já dito, esses conselheiros, dotados de um intelecto ou sabedoria além do comum, eram quem se destacavam na hora das tomadas de decisões. Eles podem hoje determinar a sua posição política em nosso sistema de governo. Esses intelectuais, tanto podem fazer parte do governo, como também, podem ser parte da massa. Pois eles, os intelectuais, têm uma determinada verdade no discurso, são capazes de revelar relações de poder que por muitos passam sem serem notadas, são capazes de lutar contra um poder, expô-lo e atacá-lo onde ele seja traiçoeiro. Os intelectuais são capazes de fazer a diferença no momento em que se utilizam das ferramentas que possuem: a teoria que desenvolveram para movimentar tanto a massa quanto o governo. Foucault os qualificou como agentes da “consciência” e do discurso desse sistema de poder. Eles são capazes de direcionar a forma como a verdade atinge a todos e muito mais, pois o efeito de sentido da verdade é basicamente estudado para que tenha o objetivo real cumprido, ou seja, para eles não basta somente contextualizar um discurso direcionado para um público, é preciso saber até onde esse discurso chegará, quem alcançará e em quem vai surtir o efeito desejado. Pessoas dotadas de executar este tipo de proeza, podem evidentemente, mudar o rumo da história, tais pessoas, existem em todos os lados e em todas as ideologias partidárias e políticas (FOUCAULT, 2017).

Embora a massa tenha consciência da luta que trava e contra quem ela trava para expor o poder que a oprime, essa luta não se dá aleatoriamente entre esses sujeitos que compõem essa massa. O Estado exerce uma relação de poder desde muito tempo, ou talvez, sempre tenha

exercido. Sobre a teoria de Karl Marx, sobre esse Estado que exerce poder e oprime, Althusser (1985, p. 31) retrata que:

O Estado é uma máquina de repressão que, permite às classes dominantes (no século XIX à classe burguesa e à classe dos proprietários de terras) assegurar a sua dominação sobre a classe operária para a submeter ao processo de extorsão da mais-valia (quer dizer, à exploração capitalista).

É necessário alguém com um melhor discernimento, uma inteligência distinta, conhecedora de uma teoria, ou melhor, de um sistema de luta, para uma retomada do poder por estes que não fazem parte da burguesia. No passado esses intelectuais atuavam de forma mais ampla, sugerindo e inovando em diversas áreas do conhecimento, não se prendiam a própria área de formação. Atualmente eles se encontram mais voltados para áreas específicas, por assim dizer, com isso atuam de forma mais estratégica na luta contra o poder, elaboram teorias que servem com ferramentas de luta para aqueles sabem utilizá-la. Os intelectuais que gozam do prestígio da mídia, são reconhecidos, embora alguns não concordem ou assumam, como influenciadores. Há aqueles que fazem esse serviço sem depender de nenhuma filiação, seja ela pelo próprio Estado ou vinculado a algum partido político. Esses influenciadores atuam de forma abrangente e estão sempre chamando a atenção por meio da Internet, para eles, o termo mais comum aos quais são chamados e que alguns deles mesmo se denominam é: *digital influencer*, e embora alguns sejam um tanto quanto contraditórios às vezes, ainda assim são capazes de realizar análises sobre o que está acontecendo no mundo e ocasionalmente suas análises são sobre pontos específicos da sociedade além de atingirem diretamente lideranças que estão no poder. A questão que importa nessas últimas linhas é a de se perceber a importância que eles têm para uma sociedade, pois eles hábeis em descrever a forma como realizam suas análises, em fornecer instrumentos de análise, para que pessoas que não gozem do prestígio da mídia, seja ela televisiva ou via *streaming*, possa se inserir e agregar conteúdo, fazendo com que as pessoas que encontram-se na base da sociedade não fiquem mais alienadas as coisas que acontecem e que realmente importam para a qualidade de vida do cidadão.

Os intelectuais, como influenciadores, de certa forma – pois eles não têm mais a função de conselheiros – determinam as ações daqueles que desejam reivindicar o poder, exercem um poder – pois detém um saber – sobre os que querem o poder do outro.

Nesse ponto, prova-se que o poder corrompe, pois em determinado momento, o sujeito que sentia-se oprimido, escravizado, sofrendo repressão por ser pobre, imigrante e ou sobre qualquer pretexto que ofereça resistência, comece a ser o indivíduo que lutará pelos seus iguais

numa luta para conquistar o poder, e uma vez conseguido, dificilmente abdicará dele, o poder, para que outro possa exercê-lo sobre àqueles contra se têm algum tipo de oposição. Todo esse embate a respeito do poder, utilizando-se de teorias fomentadas por intelectuais que atuam tanto na classe dominante como na classe dominada, passam a se multiplicar de forma exponencial à medida que a repressão os atinge, ora, nada mais natural do que reagir a um golpe quando sofrido. Independente de classe, status social, raça, credo ou cor, aquele que é servido pelo poder por muitas vezes não se dá conta em onde e como ele atua na verdade, apenas quando o jogo se inverte e, esse grupo, podemos assim chamar esse montante de pessoas, é impactado é que ele passa a buscar o conhecimento necessário, um saber, para entender de fato onde está a verdade nesse governo de interesses que é o poder. Podemos dizer que a luta pelo poder sempre existiu e que sempre existirá, pois ele se cerca de pessoas que tem um foco de interesses particulares. Esses focos não necessariamente precisam ser considerados grandes, mas ainda assim, eles atingem seus opostos. Um partido de esquerda sempre terá interesses que divergirão do foco de um partido de direita. Expor esse foco e marcá-lo, possui o mesmo efeito de denunciá-lo. Uma vez tornado público esses interesses é ter declarado guerra entre ambos, é começar uma luta ideológica em busca da contraversão do poder.

Essas lutas produzem teorias elaboradas para um grupo com o propósito de conquistar ou retomar o poder e chocam-se com os grupos das quais as teorias tentam dominar, pois no cerne desse conflito, surge outra teoria, não mais pelos intelectuais, mas pelos próprios oprimidos. O grupo oprimido parte da luta contra o poder e é nesse discurso contra o poder que se consegue determinar uma possibilidade de verdade através do saber adquirido pelo lado oprimido. Esse saber e essa verdade adquiridos no momento em que eram oprimidos por um poder, podem valer mais para eles do que qualquer teoria que se tenha pensado em nome deles para que eles pudessem defender-se ou tomar o poder. É importante reforçar a ideia que o poder se encaixa em qualquer lado que esteja disposto a lutar por ele. Ele não pertence a uma ideologia de esquerda ou direita, não existe supremacia com ele que não possa ser deposta. Ele é uma peça fundamental para o funcionamento de uma sociedade que se encaixa e pode ser exercido adequadamente em qualquer lugar. Podemos pensar nele como uma peça única que atua dentro de um sistema, munido de regras e diretrizes, o que torna difícil determinar quem o porta de fato, mas que torna possível identificar quem não o possui. (FOUCAULT, 1987).

1.9 A política e o poder

O poder sempre se exerce em determinada direção. Esta frase marcante de Foucault causa impacto e quer dizer que o poder não está de modo aleatório e nem tem vontade própria, isto é, ele obedecerá ao direcionamento político partidário e ideológico de quem está no comando. Num entendimento básico, o poder nas mãos de um partido de esquerda é direcionado para os que são considerados desfavorecidos socialmente tenham seus direitos, e principalmente, seus benefícios subsidiados pelo Governo garantidos, de forma que eles possam vir a ter uma qualidade de vida melhor e mais digna. Nessa concepção, o povo fica condicionado ao poder do Governo que se exerce sobre eles sem se darem conta que na verdade, o Governo em si, não está distribuindo e nem equalizando o uso do poder entre eles. A sensação de igualdade faz com que, essa parte do povo que recebe qualquer tipo de auxílio, pense que também está de certo modo no poder, pois, para o povo, quando se precisa e ou exige-se algo do governo, eles são atendidos. A conhecida expressão popular “a voz do povo tem poder”, caracteriza-se por estas e outras razões. Esse sentimento que a ideologia de esquerda passa por meio de seu discurso, da igualdade, prosperidade, dos benefícios para os desfavorecidos, é o verdadeiro poder exercido sobre essa parte da população. Ainda há de fato, o poder concedido pelos meios eleitorais, que é o alicerce para toda esta construção da base, junto àqueles que foram arrebanhados pelos benefícios e outras formas de encantamento que os partidos de esquerda utilizam para fidelizar o seu eleitorado. Esse encantamento parte de um discurso que promete uma bonança em tempos difíceis, flores onde a terra não é adubada e um líder que venceu na vida e que resgatará a todos da pobreza. O povo passa a acreditar que tudo é possível, sem se dar conta de como está a economia do país e como os problemas sociais estão, ou pelo menos, deveriam estar sendo resolvidos. Esperam a luz do fim do túnel, mas muitos nem sequer sabe onde fica esse túnel, ou melhor, até sabem, mas preferem alguém que os leve até ele, pois é mais cômodo apenas esperar as ações de outros para que eles possam prosperar. Parece que é uma característica ideológica daqueles que pendem para a esquerda, apenas esperar sem muito fazer. Por mais generalizado que possa parecer, considerar o pessoal da esquerda como preguiçosos sociais e que se engajam somente na oratória e que por diversas vezes as atitudes não seguem o roteiro lido no palanque, existem aqueles que estão à frente do povo, e sim, que os lideram e exercem uma forte influência positiva, alavancando o progresso e visando o bem estar coletivo. Essa fatia da esquerda pende mais para o centro, pois além de gostar manter as engrenagens da sociedade sob seu domínio, ainda permite que alguns setores da economia

tenham uma certa autonomia e possuam algum poder de decisão sobre o direcionamento que gostariam que a sociedade seguisse.

Uma característica forte de partidos ou pessoas que se encaixam no perfil de extrema esquerda, ou de extrema direita, é o de ser radical. Esse radicalismo não é somente visto na política, é identificado ainda nas questões de ordem religiosa e que acaba por desenvolver um autoritarismo que tenta dominar a forma de pensar e agir das demais pessoas. Esse autoritarismo que julga os outros por serem diferentes, por terem convicções religiosas divergentes ou até mesmo por defender uma liberdade econômica contrária. O extremista além de julgar, tenta convencer àqueles que tem um perfil mais central, de que o lado oposto está numa posição criminosa e que seu viés político e ideológico levará o país à ruína. Talvez a psicanálise consiga diagnosticar esses indivíduos, estudando os mecanismos cognitivos envolvidos, se há uma patologia inerente a este tipo de conduta e se pode ser tratada. Mas se caso, a própria psicanálise, não abranger esse tipo de desordem social ou não tiver competência para determinar algum problema patológico, há de se focar em outros fatores de domínio social, tais como: educação e grupos sociais aos quais esses indivíduos foram expostos.

Pessoas que se encaixam num perfil de centro ou até mesmo de direita e esquerda sem ser extremista, conseguem perceber quando um político tem um comportamento de extremista, em outras palavras, os demais políticos que não são extremistas conseguem até certo ponto trabalharem juntos e até mesmo alcançar um nível de consenso desejável que viabilize melhorias para ambos os lados. Já os extremistas, demonstram-se contrários as negociações que não favoreçam principalmente o lado deles, seja esquerda ou direita. Apresentam uma considerável dificuldade em relação a clareza das situações em que estejam envolvidos. Eles não conseguem, difícil atestar porque, analisar o contexto de maneira objetiva, não reconhecem os seus próprios erros e suas próprias limitações. Não chegam ao ponto de aceitar a própria fraqueza, pois acreditam tão fortemente em suas convicções que essas fraquezas não são nem enxergadas. Esse engessamento mental faz com eles não percebam que o mundo gira e evolui, que existem outras considerações a serem feitas e que não podem depender apenas de um indivíduo ou nesse caso, de uma ideologia política ou partidária. Esse *modus operandi* de um extremista político o torna inflexível, limita sua visão, fazendo-o ter dificuldades em aceitar mudanças, rumar em direção ao futuro.

Essa certeza de que ele é superior, essa fé cega no que ele acredita, que sua ideologia é, e sempre será a mais justa e melhor que a de qualquer outro, o tornam um extremista ideológico. Quando ele consegue transmitir esse sentimento em forma de confiança, o seu número de seguidores aumenta e o torna mais forte. Quanto mais forte ele fica, mais influente ele se torna.

Essa é uma das formas em que um extremista chega ao poder, seja ele de direita ou de esquerda, esse seria o fim do ciclo de encantamento, ou o início de um próximo ciclo. Por mais que um extremista político venha a tomar uma decisão errada, como pode ser considerada pela maioria, ele sempre terá convencimento de que fez a escolha certa e isso é potencialmente perigoso. Por se acharem donos da verdade, acreditam que tudo é e deve ser da forma com que eles compreendem, um vislumbre de fanatismo político que fica mais evidente a medida que o proponente ao poder se torna mais forte. Essa retenção natural da verdade, ou pelo menos do que se considera verdade mediante uma crença, é um forte indício de que num futuro muitos vivenciem práticas extremistas.

Já a concepção ideológica do que é ser de direita, abrange outros fatores e seria fácil dizer que são fatores contrários aos que entendem por de esquerda.

A ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer (CHAUI, 1980, p.113).

Os conceitos de direita e esquerda são comumente usados para separar simetricamente as ideologias e os partidos. Mas com o desenvolvimento da sociedade, esses conceitos deixam de ser simetricamente opostos e passam a atuar numa espécie de nuvem gasosa onde certos interesses se misturam e interagem entre si. Esta seria uma forma bem simplória de afirmar que na esfera interna dessa nuvem, existem partidos ou até mesmo políticos atuando de uma maneira não linear. Numa visão macro dessa questão, é possível observar que a linha que antigamente delimitava as áreas de atuação entre esquerda e direita é na verdade um espectro oscilante. Esse espectro é mutável, abrangendo partidos e coligações que satisfaçam os interesses do jogo político. Essa mutação pode ocorrer mediante a fatores externos e internos: a situação econômica, criminalidade, violência, educação, saúde e também por interesses pessoais daqueles que estão à frente dos partidos e coligações.

Considerando a área do espectro onde se concentram aqueles mais propensos aos direitos individuais, em detrimento aos direitos coletivos, aos valores familiares tradicionais e religiosos, que defendem a hierarquia sendo o Estado limitado no uso de seu poder, para que haja o livre mercado onde as empresas e o comércio usufruam de certa liberdade para regulamentar o seus feitos, os seus meios de produção e ainda por cima a sua classe trabalhadora. Essa massa do espectro acredita piamente nessa postura conservadora para um pleno funcionamento da sociedade, assim é a concepção da direita originalmente. Cabe lembrar

que esse espectro ideológico não demonstra ter fronteiras físicas, pois há sempre quem escapa e flutua para outras posições, uma espécie de magnetismo ideológico que atrai a quem possa interessar, mesmo que por um momento, mesmo que por apenas uma missão.

Na análise do *corpus*, os exemplos de poder aqui abordados poderão ser evidenciados em relação ao comportamento do objeto, para que possa endossar o seu perfil político e melhor elucidar o seu campo de atuação dentro da política. Levando em conta o que Foucault disse em relação ao poder, que é uma multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização, podemos especular que os movimentos dados por aqueles a frente do poder, possam ser de acordo com as micro relações estabelecidas durante um mandato, pois, esclarece Foucault (1988), o poder é o nome que se dá quando se tem uma circunstância intrincada dentro de uma sociedade que é resoluta em suas convicções. Essa pode ser uma hipótese que nos leve a identificar uma possível transição entre os dois discursos de posse, se há uma ruptura da linha ideológica inicial ou se permanece fiel dentro da mesma área do espectro ideológico, que caracteriza o seu posicionamento político.

2. O DISCURSO EM FOUCAULT

O discurso está em qualquer lugar onde uma situação se contextualiza. O discurso impera em tudo que o homem faz, fazendo-se presente em suas ações e reações, em suas indagações e explicações. O discurso representa o desempenho do homem perante o mundo que o cerca, tendo o seu produto como uma representação material de si mesmo. O discurso, como Foucault (1999a) o representa, é um conjunto de signos e enunciados originários das mesmas formações discursivas organizados para um determinado fim. Tal conceito também fora desenvolvido mais tarde por Pêcheux (1995).

Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, em uma formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina “o que pode e o que deve ser dito”, articulado sob a forma de uma alocução, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc. (PÊCHEUX, 1995, p. 160).

Essas formações discursivas podem caracterizar a que ordem esse discurso pertence e quanto poder ele emana.

Portanto, diferentemente de um texto, que segue as regras gramaticais, os discursos são essas sequências de frases e enunciados.

[...] discurso [é] toda atividade comunicativa de um locutor, numa situação de comunicação determinada, englobando, não só um conjunto de enunciados por ele produzidos em tal situação – ou os seus e de seu interlocutor em caso de diálogo – como também o evento de sua enunciação. O texto será entendido como uma unidade linguística concreta (perceptível pela visão ou audição), que é tomada pelos usuários da língua (falante, escritor/ouvinte, leitor), em uma situação de interação comunicativa específica, como uma unidade de sentido e como preenchendo uma função comunicativa reconhecível e reconhecida, independentemente de sua extensão (Koch e Travaglia, 1995, p. 8-9).

Em a Ordem do Discurso (1999a), o filósofo nos traz sua inquietação a respeito do discurso e a relação do discurso com o poder. Mesmo sabendo que é de nós que o poder do discurso advém, mostra-se preocupado a início com o perigo que o discurso pode gerar quando pronunciado e proliferado por pessoas que não conhecem suas consequências. Foucault manifesta sua hipótese acerca desse perigo e diz que em toda a sociedade o discurso é controlado, selecionado, organizado e redistribuído por um número de procedimentos. Esses procedimentos que serão explorados mais adiante, são os responsáveis pela invocação de suas artimanhas, de seus poderes e de seus perigos, assim como também são incumbidos de controlar os acontecimentos aleatórios e ainda por cima de desviar-se de sua dura e temível realidade.

Quem dominar o discurso conhecendo os procedimentos, está munido de um recurso praticamente inesgotável. Quem domina o discurso, inevitavelmente detém o poder.

Foucault categoriza três grupos de procedimentos e cada um deles tem em sua essência um sentimento de verdade, uma vontade de verdade.

Trabalharemos essa vontade de verdade do qual os procedimentos carregam em si e que se apoia sobre um suporte institucional voltada para o âmbito político que propende a atuar com mais força em relação a outros discursos. Portanto iremos considerar a prefeitura como sendo a instituição que fornece o aporte necessário para compreensão dos comentários acerca do objeto de estudo. A instituição prefeitura será baseada num período de governo já especificado, e com isso, teremos um recorte do discurso e de seu campo de atuação. A vontade de verdade em questão, ficará a cargo do exposto nas linhas transcritas dos discursos de posse de Arthur Virgílio Neto, o político a ser estudado. Colocando numa ótica de análise arqueológica, seria como estivéssemos pavimentando a nossa episteme, mas deve ficar claro que o método de análise que aplicaremos será o da genealogia, isto posto, essa primeira analogia sobre o objeto trata-se na verdade da pré-configuração do dispositivo discursivo.

2.1 Controle discursivo

Foucault categoriza formas de controle discursivos considerando o dito e o não dito. Em sua obra, *Ordem do Discurso* (1999a), são relacionados objetos de análise para esse controle discursivo que estão separados por grupos, onde abordam-se elementos da materialidade do discurso e também da discursividade do discurso em si. Foucault os chama de procedimentos e eles estão divididos em três grupos que os caracterizam de formas que fique claro como cada um age no discurso. Vale ressaltar que embora Foucault os tenha denominado como procedimentos, eles estão mais para uma ramificação dentro do pensamento foucaultiano de como enxergar as forças de coerção que exercem poder sobre os discursos. Os procedimentos – que são inferências – de Foucault nos remetem a advertências das quais temos que dar a devida atenção antes de fazer qualquer tipo de julgamento ou análise. Eles poderiam ter recebido um outro nome como: recomendações discursivas ou prudência discursiva. Veremos no decorrer deste capítulo alguns procedimentos que estão diretamente ligados com o *corpus* desta pesquisa.

2.2 Procedimentos de exclusão

Sobre os procedimentos do discurso, o primeiro grupo recebeu o nome de Procedimentos de Exclusão. Esses procedimentos acontecem de maneira externa ao discurso, pondo em movimento relações de poder e desejo, pois o discurso além de ser capaz de manifestar ou simplesmente esconder o desejo e o seu próprio vínculo com o poder, ele, segundo Foucault (1999a), é esse objeto que traduz as lutas ou os sistemas de dominação. Dos procedimentos de exclusão, o mais comum, tem o nome de Procedimento de Interdição e divide-se em três formas de interdição: as que se cruzam, se reforçam e se compensam. Essas três formas estão em constante mutação.

A primeira forma de interdição é o da palavra proibida, o tabu do objeto. Um assunto do qual deve-se evitar falar no intuito de preservar e manter a comunicação entre as partes fluindo de maneira saudável, evitando o constrangimento ou mal-estar do interlocutor. O tabu do objeto no caso do discurso político, poder ser bem representado por palavras como crime e corrupção. Ao tocar nesse assunto diretamente com um político, corre-se o risco de sofrer uma interdição do discurso, pois quando trata-se de insinuar que determinado político tem algum envolvimento em atos ilícitos, o mesmo pode desviar-se com o cruzamento de um discurso de acontecimento aleatório pautado na arte da oratória, ou até mesmo desconstruir o discurso do locutor por meio de uma vontade de verdade que vem apoiada na máquina do Estado. Tentar inserir no discurso palavras proibidas sem nenhum suporte como o de uma vontade verdade, é atrever-se a ser desconstruído e ter o próprio discurso voltado contra si mesmo e sem nenhuma forma de compensá-lo.

A segunda forma de interdição, ou procedimento, é o de exclusão. Ele é a oposição que se faz entre razão e loucura, uma segregação que vem desde a Idade Média. Em seu livro, *A História da Loucura*, Foucault (1999a), faz forte referência a como os loucos eram tratados e de como o discurso do louco não era reconhecido como fundamentalmente coerente. Esse procedimento de exclusão faz a mesma alusão de como o discurso do louco não pode circular como o dos outros. Muitos fatores incidem sobre esse discurso, uma vez que não há como ter certeza da verossimilhança do mesmo. Os loucos possuem características semelhantes entre eles, por exemplo, a voz da sabedoria, que é tratada como se fosse um poder sobrenatural que oculta a verdade e que pode revelar dizeres questionáveis. Devido a características como essa, é que o discurso do louco é segregado dos demais e não é admissível na ordem jurídica, não tendo valor legal algum e só possuindo algum reconhecimento entre seus semelhantes. Esse procedimento de exclusão refere-se ao discurso do louco como algo sem propriedade, mas que

por sua excentricidade pode nos dizer algo tão inusitado quanto revelador e nos levar a um encadeamento de pensamentos que nos leve a uma discursividade jamais imaginada. Como seu discurso, o próprio louco é considerado alguém sem importância e sem credibilidade suficiente que possa sustentar o que produz em fala, muitos deles são psicologicamente quase inalcançáveis e aqueles que são mais acessíveis por muitas vezes não produzem nada. Por razões assim, tanto o louco como seu discurso são marginalizados e ignorados enquanto possíveis produtores de conteúdo. Como indivíduos que pensam por si só, as pessoas consideradas normais não levam em consideração que os segregados, os loucos, não tenham essa capacidade e ao invés de explorar essa possibilidade de expressão que está em outro nível, preferem tratar com estranheza e causar o apagamento dessas vozes.

Como veículo de poder e objeto de desejo, o discurso é uma arma que pode ser letal dependendo do seu uso, no mínimo ele pode causar danos imensuráveis. Mas o que leva o domínio do discurso a ser tão estudado?

O terceiro procedimento de exclusão a ser examinado é o que Foucault (1999a), chama de Vontade de Verdade. Ela reforça-se cada vez mais com o passar do tempo tornando-se mais profunda e imersa no discurso, sendo a bússola que dá foco aos outros procedimentos de exclusão que se enfraquecem sozinhos. Quando os procedimentos de exclusão, tabu do objeto e a segregação da loucura, cruzam com a vontade de verdade, tornam-se mais frágeis ao ponto em que a vontade de verdade consiga fundamentá-los à sua maneira, reforçando-se, para com eles compensá-los. Explorando a vontade de verdade numa ótica mais prática, ela reflete como uma oposição à verdade, em outras palavras, enquanto a verdade é aquela que está sob os holofotes no discurso, a vontade de verdade tende a ser um coadjuvante de alto nível, às vezes deixando de ser oposição e assumindo o papel de dublê da verdade. Pouco se fala da vontade de verdade porque ela não vem à tona na superfície do discurso, embora não seja possível vê-la por diversas vezes, a sua abrangência tem uma magnitude que pode superar até mesmo a verdade. A verdade por outro lado, celebridade do discurso, encobre e dissimula todos os feitos que a vontade de verdade realiza nos bastidores do discurso. Toda a discursividade provocada pela vontade de verdade, seja ela no papel de opositora ou de dublê, fornece os alicerces necessários para que a verdade prevaleça como objeto imaculado do discurso. Toda essa analogia cinematográfica nos permite esclarecer que a verdade deixou de ser quem ela realmente era há tempos atrás. O discurso com base na verdade, na verdade aristotélica pelo menos, perde seu efeito de verdade no momento em que deixa de ser objeto de desejo e que não corresponde em poder. Outra condição para o efeito de verdade continuar a existir, é ele permanecer dentro contexto das formações discursivas, sobre isso:

O efeito de verdade não existe, pois, fora de um dispositivo enunciativo de influência psicossocial, no qual cada um dos parceiros da troca verbal tenta fazer com que o outro dê sua adesão a seu universo de pensamento e de verdade. O que está em causa aqui não é tanto a busca de uma verdade em si, mas a busca de “credibilidade”, isto é, aquilo que determina o “direito à palavra”^{11 12} dos seres que comunicam, e as condições de validade da palavra emitida. (CHARAUDEAU, 2013, p. 49)

Se o discurso baseado na verdade não possui influência sobre aqueles ao qual é destinado, ele precisa ser reforçado. Uma das causas dessa perda de força e influência está condicionada ao fato de a verdade vir na materialidade do discurso, sem ser muito abrangente, constituída pelas formações discursivas numa estrutura fechada, levando a um efeito de entendimento simplório e superficial, ao qual é possível esquivar-se fomentando uma possível dúvida a respeito do que foi lido ou ouvido. A dúvida põe em xeque o objetivo do discurso de difundir essa verdade. Mesmo tendo em vista que existem vários tipos de verdade como: verdades factuais, lógicas e verdades não influenciadas pelo desejo; a verdade do ponto de vista discursivo precisa estar bem fundamentada naquilo que deseja alcançar, o poder é um bom exemplo. É nesse momento que é necessário fazer uso da vontade de verdade em prol da verdade. A vontade de verdade que atua nos bastidores e que quase nunca é mencionada, é uma espécie de consenso da verdade e tem plena condição de criar todo o alicerce discursivo vital para o aparecimento da verdade, de forma que ela seja substanciada e possa evitar possíveis desvios e enfraquecimentos, com isso, construindo sua estrada a caminho do objetivo, a caminho da obtenção do poder por meio de seu contexto instaurado pela vontade de verdade. Uma vez que determinados discursos são considerados portadores da verdade, involuntariamente os outros discursos são excluídos por não gozarem do mesmo prestígio.

2.3 Procedimentos internos

Ao segundo grupo de procedimentos do discurso, Foucault o nomeou de Procedimentos Internos. Esses procedimentos atuam dentro do âmbito do próprio discurso e do controle que eles desempenham sobre os outros discursos. São procedimentos que classificam, ordenam e distribuem submetendo o discurso a uma outra discursividade, tanto do acontecimento factual quanto ao do acontecimento aleatório, consoante com Foucault (1999a).

Esses procedimentos possuem a característica de serem recursos ilimitados para a produção de novos discursos. Em relação aos discursos originais e aos novos, não podemos

deixar de considerar que, como discursos, eles são objetos de desejo e poder, e por isso, faz-se necessário considerar o seu teor de coerção.

O primeiro procedimento de controle interno ao discurso de que vamos tratar é, o Comentário. Ele se origina a partir dos discursos do qual se fala e se lê e dos outros discursos que foram reassumidos e proferidos repetidamente, que são os comentários a respeito dos primeiros discursos. O comentário surge a partir da repetição, do renascimento em outros discursos, daqueles discursos primários. Apesar do comentário ser um desnível entre o outro tipo de discurso, ele tem um papel solidário pois ele permite a construção infundável de novos enunciados e tem a função de dizer o que estava silenciado nos outros discursos. É nos comentários onde se adicionam novas ideias aos discursos anteriores. Para comentar com propriedade é essencial ter pleno conhecimento prévio do discurso, pois, o comentário se baseia no próprio saber que advém dele. Ora, comentar trata-se de interpretar o discurso, portanto não basta apenas, ver, ouvir ou demonstrar e sim de produzir um discurso secundário que será a origem de outro, tendo possibilidades infinitas de construção e reconstrução. A diferença entre o texto original e o secundário faz-se de forma cooperativa, as vezes até mesmo fraterna. O segundo texto, o comentário, é a construção que tem inúmeras possibilidades de se reproduzir assim como o primeiro, mas há uma diferença que ele carrega consigo que o caracteriza de maneira peculiar aos demais, que é na verdade, dizer o que estava oculto nos escritos do primeiro texto, trazer à tona o que estava entranhado e camuflado, desvendar os seus segredos e riquezas. O primeiro texto sempre estará lá, constituído como matriz que paira sobre os outros que vierem em seguida, sempre terá a sua essência imaculada a despeito dos comentários. A matriz é um algoritmo que gera resultados randômicos e infinitos que pode ser retomado e reutilizado a qualquer momento. Já os comentários são esses resultados derivados da matriz e de si mesmos, “o comentário conjura o acaso do discurso fazendo-lhe sua parte: permite-lhe dizer algo além do texto, mas com uma condição de que o texto mesmo seja dito e de certo modo realizado.” (FOUCAULT, 1999a, p.25).

O discurso não tem a obrigatoriedade de enunciar uma verdade, Foucault (1999) menciona que quando interpretamos um discurso não podemos esperar que ele exerça o seu direito de enunciar uma verdade e nem tampouco solicitar que ele mesmo o faça, na verdade, só podemos esperar que o discurso nos dê a possibilidade de falar sobre ele. Os comentários sempre serão essas narrativas que serão contadas, retomadas e variadas de acordo com a interpretação de cada um. Alguns conservarão o que foi dito e reforçará a ideia quando tomá-la quando verdade, caindo no mesmo jogo de exclusão outrora comentado. Os comentários dão

origem a novos textos e eles podem ser tão desnivelados que a referência do texto original pode acabar sendo ocultada por novas formações discursivas empregadas.

Na obra *As Palavras e as Coisas* (1999b), Foucault nos traz uma passagem que define como é possível interpretar a produção textual da humanidade, uma espécie de *loop*, “Há mais a fazer interpretando as interpretações que interpretando as coisas; e mais livros sobre os livros que sobre qualquer outro assunto; nós não fazemos mais que nos entreglossar” (MONTAIGNE. *Essais*, liv. III, cap. XIII *apud* FOUCAULT, 1999b, p.56).

O segundo procedimento de controle discursivo interno é a noção de autor e age como posições subjetivas. A subjetividade do autor no discurso impera como sendo identidade que caracteriza o tipo de discurso e a sua verdade. Um texto deve possuir um autor que transmita sua história e seu legado por meio das significações que o acompanham e com isso, possa transparecer essas significações criando uma identidade a esse discurso e reforçando a posição do autor. Um determinado tipo de discurso pode ser taxado como falso caso o autor não tenha construído as significações necessárias que devem acompanhar a obra em seu nome, pois ele, o autor, representa a coerência de suas significações. A identidade do autor nesse caso faz-se imprescindível para que o texto tenha um nome ou uma instituição em que se apoiar, sua subjetividade deve ser reconhecida como autêntica pelos demais conhecedores deste campo do saber. Um texto dentro dos domínios, campos do saber, onde a devida identificação do autor é tida como obrigatória e que se caso, seja ele inexistente, não assinado, ou apenas um desconhecido, pode ser rejeitado ou perder sua eficácia em relação as significações que o deveriam acompanhar, pois, por mais bem escrito que esteja, utilizando das mais refinadas técnicas, se não estiver atribuído à um autor, corre o risco de não ser reconhecido em virtude da falta de veracidade nas palavras escritas.

Essa noção do autor é fundamental para que seja possível determinar, tanto nas instituições como na sociedade, quem detém cada tipo de discurso, ou seja, discursos de ordem jurídica e da medicina por exemplo, apenas exprimem verdade se forem evidenciados autores cujo campo de saber seja correspondente, pois não se trata de um discurso técnico, um documento legal ou até mesmo um aviso no qual necessita apenas de emissor que assine como responsável. Assim como era na Idade Média a atribuição a um autor era visto como indispensável quando se tratava de um discurso cujo campo do saber era específico a ele, pois o autor era considerado um portador da verdade, consoante com Foucault (1999a). Um discurso da área jurídica para ter significado e compromisso com a verdade requer um autor na posição de um juiz, por exemplo. O autor assinado e possuidor de determinado discurso reforça a garantia de sua obra, as palavras empregadas nela deixam de ser apenas um montante de escritos

técnicos e ganham significações que advém além do discurso, tornando a individualidade do autor aparente no acaso do acontecimento, o perfil do autor fica explícito na discursividade e o seu discurso ganha vida.

O terceiro procedimento de controle discursivo interno é a disciplina. É o princípio que determina as condições de uma proposição, de regras e de definições que constituem um sistema e que no qual, todas as proposições devem seguir. Ela estabelece os requisitos necessários para que uma proposição do autor possa pertencer a um campo do saber e que seja capaz de ser avaliada como verdadeira ou falsa, para isso, um *corpus* de proposições já tidas como verdadeiras é imprescindível servindo de parâmetro comparativo para que ela se enquadra dentro do escopo desse sistema, mesmo que o campo do saber a destinado a proposição não constituído apenas de verdades, pois o que é falso também é comparado com o que é falso e com o que é verdadeiro, encadeando um processo de exclusão ou de aceitação. Todos os parâmetros contidos nesse sistema visam padronizar as construções das proposições, com isso, tanto os comentários surgidos assim como as produções do autor tornam-se antagonistas quanto ao processo de produção do discurso dentro do princípio da disciplina. O sistema tende a influenciar de forma imperativa a produção das proposições, pois não considera o discurso original – como nos comentários – e nem a identidade contida no discurso, e sim os requisitos para a produção de novos discursos. A disciplina de acordo com Foucault (1999a) dispõe desse sistema de requisitos e técnicas como se fosse um molde ou até mesmo uma lista de verificação, deixando livre o seu uso para quem vier a servisse dele. Com o passar do tempo, desde o século XIX até a atualidade, as proposições para não perder o status de discurso válido dentro de determinado campo do saber, além de atender os requisitos da disciplina, como sistema de produção, deveriam apresentar em seu conteúdo argumentos com propriedade científica de modo que ficasse claro que ela não tinha sido construída em metáforas com base em crenças, que podem ser refutadas aos olhos da ciência. Isto quer dizer que a proposição, de certa forma, deve ser algo com uma complexidade científica dentro de uma linha teórica que faz parte da identidade do autor. Desta forma, é possível agrupar as proposições de um campo do saber em subgrupos categorizados pelas linhas teóricas ou até mesmo por autores. Os comentários a partir daí, são o resultado de toda uma estrutura e técnicas empregadas, mesmo que não reflitam a estrutura nem técnica, mas que seja derivado de um discurso primeiro plenamente reconhecido. Em suma é como disse Foucault (1999a, p.33) “Em resumo, uma proposição deve preencher exigências complexas e pesadas para poder pertencer ao conjunto de uma disciplina; antes de poder ser declarada verdadeira ou falsa, deve encontrar-se, como diria M. Canguilhem, no verdadeiro”.

2.4 Procedimentos de rarefação

O último grupo de procedimentos de controle discursivos que iremos abordar prescreve as condições de funcionamento em que os discursos devem operar. Relacionam-se diretamente ao sujeito, impondo normas das quais eles devem obedecer, de modo que o acesso a esses discursos seja restrito, de tal modo que, nem todos os indivíduos podem estar de posse e proferir discursos das mais diversas áreas do saber sem atender as exigências requeridas e nem tampouco serem qualificados para isso. De acordo com Foucault (1999a), algumas regiões do discurso são altamente proibidas, sendo estritamente limitado o seu acesso e uso por qualquer indivíduo. Por isso, há limitações no intercâmbio e na comunicação desses discursos que os tornam específicos para determinados sujeitos, enquanto há outros que não possuem tamanha restrição ou restrição nenhuma, podendo qualquer um fazer seu uso como bem entender.

O ritual é o primeiro princípio do grupo da rarefação que Foucault disserta. Assim como a disciplina, abordada acima, que também restringe de forma interna e sistemática, o ritual é visto como um sistema de restrição mais aparente, pois define o mínimo de qualificação necessária que os indivíduos que falam devem possuir, a posição que devem ocupar e o conjunto de signos que acompanham o discurso. O ritual da palavra para Foucault (1999, p.39) “define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção”.

O ritual tem o objetivo prático de restringir quem fala, como fala e em que circunstâncias o indivíduo pode falar, em outras palavras, quando se coloca em prática um determinado discurso, já se sabe quem são os indivíduos que estão autorizados a trabalhar dentro dessa materialidade e dentro desse recorte discursivo. Em um discurso da área da saúde, estão qualificados os médicos, enfermeiros e demais protagonistas da área da saúde, mas não é tão simples assim, pois, mesmo os indivíduos sendo da mesma área, talvez não possa ser comprovado se dominam o mesmo campo do saber, até porque existem competências de diferentes níveis e qualificações que delimitam os limites de acordo com cada perfil do usuário, ou seja, o discurso referente a uma cirurgia neurológica compete a um neurocirurgião da mesma maneira que o discurso de uma cirurgia na área da medicina estética, fica a cargo de um cirurgião plástico e não de um clínico geral, por exemplo. E visto que, mesmo sendo médico, não possui as qualificações necessárias que possam dominar todo o conjunto de signos que acompanham o discurso, pois cada um é responsável por formular um determinado enunciado

e cada um tem seu papel prefixado que incide diretamente no emprego das palavras e na sua eficácia, assim como também no poder de coerção que esse discurso é capaz de compelir.

Enquanto o ritual da palavra restringia os discursos aos sujeitos, as sociedades de discurso restringem o discurso a um grupo preestabelecido. As sociedades de discurso podem conservar, proteger e ou produzir discursos, mas esses, só podem ser operados segundo regras restritas e sem troca de informações entre grupos e sem a solidariedade que consiste na disciplina. Na época em que a obra “A ordem do discurso” foi publicada, Foucault já demonstrava uma inquietação relacionada à existência das sociedades de discurso e, de acordo com ele, tais sociedades não mais existiam dentro dos moldes antigos. No discurso político as sociedades de discurso que se fazem presentes, tem um formato mais moderno, ou seja, fazem uso da rarefação nas informações e segredos para prevenir uma disseminação de confidências que se vazadas para a mídia seria desastrosa. Esse novo formato da sociedade de discurso é bem mais restrito que os antigos, visto que hoje a velocidade da propagação de informação é praticamente instantânea, diferentemente dos andarilhos rapsodos que levavam o discurso consigo e os operavam de forma recitada para um grupo seletivo. Nesse novo escopo de sociedade de discurso, na atualidade e no âmbito da política, podemos defini-los, a título de exemplo como partidos políticos, ou sociedade de discurso político-ideológico, os quais seguem os parâmetros de construção de discurso até aqui abordadas. Os partidos políticos produzem, conservam e protegem seus discursos e na hora de colocá-los em prática, selecionam os grupos e subgrupos que podem acessá-los e veiculá-los dentro de um regime de exclusividade e de divulgação. Foucault (1999a) ressalta a importância do controle desses discursos e dessas informações, lembrando que o segredo técnico ou científico, as formas de difusão e de circulação dos discursos, podem ser assenhoados por indivíduos fora do grupo ou que não estejam qualificados de acordo o ritual. É sabido que informações sigilosas e estratégicas são divulgadas dentro de um partido político, mas é necessário lembrar que nem todos tem acesso a todas essas informações sigilosas, atribui-se o mesmo conceito do ritual, onde o sujeito deve ser plenamente qualificado para ter acesso ao acervo precioso dessa sociedade de discurso. A não-permutabilidade também acontece dentre aqueles já inseridos na sociedade de discurso, tudo por uma questão de poder. Por mais que a força coercitiva desse disputado discurso venha a objetivar o desejo tanto do sujeito falante quanto da sociedade de discurso, ao fim ela fica restringida ao poder empregado pelo sujeito que ocupa a posição mais qualificada.

A religião, a política e a filosofia são formas de influenciar o modo de vida das pessoas, podem atuar passivamente quando os indivíduos saem em busca de determinado conhecimento ou de forma ativa, quando seus discursos são proferidos com o propósito de arrebanhar.

O terceiro procedimento interno utilizado como meio de controle discursivo é o que Foucault apresentou como doutrina. Para ele, a doutrina possui um tom mais discursivo em comparação de como ela é descrita em um dicionário formal. No entendimento de Foucault, a doutrina se apresenta de maneira antagônica às sociedades de discurso tendo seu *modus operandi* justamente ao contrário. Com relação a doutrina, Foucault (1999a) clarifica que ela tem como único requisito geral o aceite da verdade que o discurso carrega, ou seja, os indivíduos no papel de interlocutores devem validar os demais discursos que se originarem dos parâmetros de determinada doutrina. O sujeito falante é o mediador do discurso doutrinador, seu papel de arrebanhador é posto na prática para a difusão dos fundamentos, ideias e preceitos que venham a compor esse sistema, seja ele, religioso, político ou filosófico, por exemplo. A partilha da doutrina se dá pelo próprio discurso, que não precisa ser controlado, contido ou protegido. O controle é feito questionando-se o agente de fala do discurso em seu enunciado e na vontade de verdade que o constitui, pois é nessa posição, em que a difusão de uma crença ou ideologia política é colocada em risco. Essa concepção foucaultiana de doutrina, permite a livre permuta de enunciados entre os indivíduos que a compõe, desde que os mesmos estejam alinhados e de acordo com a “verdade” proposta por determinado grupo doutrinário. Caso um grupo de indivíduos tenha um entendimento diferente a respeito de um mesmo tema - político ou religioso – pode aí, formar-se um novo grupo cuja a doutrina exclui ou proíbe de imediato os enunciados, tanto os que apresentam poucas diferenças quanto os que se mostram contrários. Essa diferença nos enunciados que unem ou separam os indivíduos em grupos pode ser por aspectos; sociais, econômicos, raça, credo, cor, nacionalidade, político e ideológicos, de resistência ou aceitação; ou seja, qualquer aspecto em que exista um contradiscurso relacionado com desejo e poder. Uma vez que a permuta de enunciados e essas diferenças citadas acima já estejam posicionadas na doutrina, ela é capaz de identificar os tipos de enunciados que circulam entre os indivíduos. Alinhado nesse pensamento de Foucault (1999a) inferimos que dentre eles, pode surgir um novo disseminador da doutrina e, é imprescindível para ela poder questionar não só o sujeito de fala a partir do enunciado ou vice-versa, como poder também sujeitar os discursos ao grupo.

A doutrina, ou grupo doutrinário, reforça seu enunciado quando consegue de fato, realizar a dupla sujeição relacionada ao discurso, sem gerar um novo grupo, visto que, quanto mais sujeitos de fala possuírem o desejo de pertencer a um grupo, mais evidente é o poder desse enunciado perante os outros grupos.

Fechando o grupo de rarefação de controle discursivo, o quarto princípio: a apropriação social do discurso; como Foucault denomina, figura-se em proporções que abrangem setores de

funcionamento da sociedade como: o sistema de educação, sistema prisional, sistema da saúde, sistema jurídico, sistema de segurança pública e sistema governamental, por exemplo. Como opera nessa escala setorial, torna-se inviável separar todos esses procedimentos de sujeição do discurso, uma vez que as apropriações sociais, são os sistemas de sujeição do discurso, esclarece Foucault (1999a).

Uma forma de identificar alguns dos procedimentos que estão inseridos na apropriação do discurso, é de fato demonstrando algumas etapas de funcionamento de um sistema. Em outras palavras, quando lidamos com um sistema de governo em que faz-se necessário a segregação de ideias a partir de grupos sujeitados a ideais pré-determinados e ainda por cima, segmentar esses grupos em subgrupos com indivíduos por suas diferenças; sociais, econômicos, raça, credo, cor, nacionalidade, político e ideológicos, de resistência ou aceitação; é o que torna mais fácil entender como se dá o princípio de apropriações sociais e perceber os saberes e poderes aos quais eles estão fundamentados.

É na Assembleia que se realizam as eleições para àqueles que são reconhecidos, ou seja, para àqueles que tem o direito a participar do processo do voto, é o que enunciou Aristóteles há muito tempo, segundo ele, esta é a segunda espécie de Democracia. Conforme Aristóteles (2006) as pessoas somente são consideradas elegíveis se podem viver sem trabalhar, essa é uma concepção antiga que nos remete hoje em dia para os serviços *pró-bono*. Em nossa realidade, os servidores públicos que atuam diretamente nas ditas fontes de poder, são remunerados e não mais seguem essa filosofia de trabalhar somente para o povo. Essa subjetividade do político moderno, visa entre outras coisas, o enriquecimento pessoal antes do profissional, antes de atender àqueles que ali o colocaram.

O voto dá o reconhecimento à democracia como um dos fatores mais relevantes em decisões. A estas decisões, cabe ressaltar, que a importância de se entender o que está em jogo na escolha do pretendente que receberá o voto, é justamente entender o discurso que o pedido – entenda-se como discursividade – de voto traz, ou seja, cada candidato tem um enunciado controlado pelo seu partido político – pelo seu grupo doutrinador – em que a ideologia do partido deve se manter original ao primeiro texto e difundida o máximo que puder – doutrina – sem pôr em risco a integridade da vontade de verdade das proposições do autor – disciplina – e também na escolha dos termos corretos evitando um entendimento equivocado com más intenções que possam vir a causar um transtorno ao autor ou partido – tabu do objeto – mas apesar da difusão dos ideais serem liberados para permuta, ou seja, para uma propaganda livre, um discurso que possa ser emitido e retransmitido inúmeras vezes, sem precisar ser contido – comentário – desde que seja um discurso com enunciado atribuído a um autor – noção de autor

– e não a alguém cujo o discurso não possui validade jurídica e é sempre interdito – discurso do louco – validado pelos membros mais influentes do partido – ritual – e devido a diferenças existentes entre os mais diversos sujeitos falantes filiados a este partido, somente alguns com a qualificação necessária são os que podem produzir os discursos do partido, uma vez que, os discursos ainda em fase de produção, encontram-se restritos devido ao conteúdo com segredos técnicos e científicos e que precisam ser controlados, protegidos ou, até mesmo contidos até a obtenção de sua plena liberação – sociedade do discurso – para uso.

Em qualquer sistema que funcione um Estado é possível identificar os procedimentos de controle discursivos referentes ao tipo de atuação que esse sistema exigir. Há tempos atrás anunciou Aristóteles (2006) que os sistemas que operam numa Cidade ou Estado, que é uma sociedade de pessoas semelhantes em busca da melhor vida dentro do possível, tem suas funções voltadas a proporcionar as devidas conveniências de serviços e estruturas para que esse objetivo seja alcançado. Mesmo com toda a analogia proposta acima, alguns procedimentos necessitam de atividades mais características ou inusitadas para que possam ser revelados de maneira apropriada e não serem confundidos com nenhum outro.

Foucault implica sobre três decisões que o analista deverá tomar se realmente quiser analisar um discurso. Essas decisões referem-se aos três grupos de controle discursivos já citados e principalmente ao anseio de combater o temor que preexiste ante aos enunciados e tudo o que ele pode vir a oferecer. Foucault (1999a) faz uma alusão de que o discurso pode vir carregado com a sua riqueza e ordem, como também com a violência e desordem que podem surgir com ele, para tanto, devemos considerar que o discurso pode vir de qualquer dimensão da ordem e com isso estar sujeito aos procedimentos de controle discursivos.

O par logofilia-logofobia, que Foucault problematiza em a Ordem do Discurso (1999a), origina conceitos dos quais fazem-se presentes antes e durante a análise do discurso. Esses conceitos revelam-se ser o desdobramento posto em prática desse par que atua no discurso.

Para analisar o discurso, deve-se estar imerso em seu jogo. Como descreve Foucault (1999a), esse jogo de leitura, escritura e troca dos signos, é a parte tangível que muitos veem, mas para a sua total imersão e compreender os seus efeitos, devemos estar totalmente imersos para atingirmos a face abstrata do discurso, ou seja, o significante.

3. SUJEITO EM FOUCAULT

O sujeito é para Foucault a peça mais importante para funcionamento do pensamento foucaultiano assim como ele é, para o estudo de línguas, essencial para o entendimento de uma oração. No estudo das línguas o sujeito pode ser classificado em vários tipos de acordo com o seu núcleo: simples, composto, oculto e indeterminado. No estudo dos discursos, no viés foucaultiano, o sujeito é a engrenagem principal que dá movimento ao discurso e o que torna possível uma análise discursiva de forma genealógica. Investigar o sujeito foucaultiano requer tanto esforço quanto desvendar as relações de poder, isto porque o sujeito deve ser analisado levando em conta como ele é constituído pelo poder e pelo saber. Analisar o sujeito além de caracterizar as possíveis subjetividades que apareçam, é realizar uma busca para chegar ao cerne em que essas subjetividades se revelam. Sobre a questão do sujeito e da subjetividade, um outro olhar se faz necessário, uma vez que o termo subjetividade é algo recorrente ao se tratar de discurso.

O sujeito se define por e como um movimento, movimento de desenvolver-se a si mesmo. O que se desenvolve é sujeito. Aí está o único conteúdo que se pode dar à ideia de subjetividade: a mediação, a transcendência. Porém, cabe observar que é duplo o movimento de desenvolver-se a si mesmo ou de devir outro: o sujeito se ultrapassa, o sujeito se reflete (DELEUZE, 2001, p. 76).

3.1 Constituição do sujeito foucaultiano

O sujeito é constituído pelo que faz, como faz, o que sabe fazer e em como essas práticas se relacionam com o poder. Essas práticas são os modos de subjetivação, são as formas de atividades sobre si mesmo, são os modos nas relações com o binômio poder-saber, em que o sujeito se revela como objeto, tanto de conhecimento quanto de poder. É preciso que o sujeito se reconheça na interpretação de suas práticas, embora as práticas culturais – considerando uma coletividade – o forcem a pensar que ele é como os demais, prescrevendo o que ele deve fazer e como deve fazer, definindo-o sem ele mesmo ter consciência de si.

Consciência de si era algo que Sócrates tinha e se fazia valer muito bem. As suas atividades do cotidiano consistiam em acordo com o cuidado de si, antes pelo momento cartesiano, cujo sentido era interpretado como sendo um sentimento egoísta e posteriormente sendo requalificado esse procedimento filosófico como *gnôthi seautón* (conhece-te a ti mesmo) (FOUCAULT, 2006a). Sócrates é um bom exemplo da aplicabilidade desses conceitos e nos serve bem para iniciarmos os estudos sobre os fatores que constituem a formação de uma subjetividade. Os atos de Sócrates, em sua maioria, eram feitos de forma consciente e singular,

isto é, ele não agia de acordo com a cultura da época, pelo menos não ao que diz respeito a coletividade (FOUCAULT, 2006). Sócrates procurava se ocupar com os outros depois que deixou de ocupar-se consigo mesmo – acredito que na medida em que não precisava mais ocupar-se consigo – pois já havia alcançado um nível intelectual e o seu interesse passou a ser o de mentor. O fato de Sócrates não ser definido pela cultura grega de sua época, mostra a personalidade que ele tinha e de como sua subjetividade tomou forma, é claro que isso não cobre todos os preceitos constituintes do sujeito, mas já diz muito a respeito das questões morais e éticas das quais fazem parte da subjetividade de Sócrates (FOUCAULT, 2006a). O intelecto de Sócrates era notável em seu meio, o saber que detinha arrebanhava quem tinha vontade de aprender, sobretudo o funcionamento da política, algo muito válido para Alcibíades, a quem Sócrates passou a educar politicamente (FOUCAULT, 2006a). A política sem dúvida faz parte do cotidiano das pessoas desde os tempos antigos, mas ainda há quem diga que prefere não discutir política por motivos ideológicos. Talvez a ingenuidade ou até mesmo ignorância no assunto não os façam perceber, mas já se está discutindo política, uma vez que se tomou uma posição ideológica, um lado, e preferiu não entrar em conflito. Sócrates era produto do que fazia, como fazia e do que sabia fazer. Em suma, o homem nascido Sócrates não mais existia, deixou de existir no momento em que adquiriu conhecimento, logo, também o poder. O poder que ele possuía era o pastoral, o que cativa e domina pela palavra e que é de certa forma, reconhecida como verdadeira, uma vez que as suas ovelhas não tinham um saber a altura para refutar o de Sócrates.

Assim como Sócrates, o sujeito é aquele indivíduo que detém um saber, é alguém produzido pelas relações de poder e que carrega consigo o seu próprio discurso, ele é composto por suas enunciações e é quem mune as instituições, ou seja, deixa de ser uma personagem qualquer quando absorve um saber que irrompe os tempos e vai se transformando num saber contemporâneo que surgiu em um determinado tempo na história.

Os últimos vinte anos de trabalho de Foucault, não foi analisar o poder, e sim o de criar uma história explicando como os modos – isso vale de cultura para cultura – pelos quais os indivíduos se torna um sujeito. Embora já mencionado sobre o jogo da verdade que o próprio indivíduo faz consigo mesmo, ou seja, o “conhece-te a ti mesmo” para se alcançar a verdade, é na escolha de um domínio que o homem – ainda enquanto indivíduo não reconhecido por si – aprende a se reconhecer como sujeito. O sujeito que compõe o *corpus* é aquele que está inserido no domínio político na instituição prefeitura. Para reconhecer esse sujeito devemos pensar o poder de acordo com a essa instituição e não mais tratar o poder como algo negativo que exclui e reprime, mas como sendo algo que produz, tanto sujeitos como verdades. Essa relação do

sujeito com a verdade e vice-versa, é fator determinante para a constituição de uma subjetividade. O código de comportamentos, assim como o estudo e a padronização dos códigos de comportamentos fazem parte do que o sujeito toma como verdade em seus discursos, os seus próprios discursos refletem a isso, a moral e a ética. É pela moral juntamente com a ética que o sujeito se submete as convenções, sanções e leis de uma sociedade, não porque ele sabe que qualquer infração resulta numa pena, num castigo, mas porque vai contra os princípios que o constituem. Esse modo responsável e jurídico de agir e de ser, são inerentes ao que Foucault descreve como “relação consigo mesmo”, o reconhecer de suas práticas que o definem, nesse ponto, não faria sentido esse sujeito agir inconscientemente de outra forma, se o fizer, é porque ele já é outro sujeito com outras práticas e virtudes.

3.2 O sujeito e a verdade

O homem por si só não tem direito a verdade, antes de mais nada, ele precisa existir como sujeito. Ele precisa possuir um fio condutor para a forma de pensar que interroga os pensamentos, mas com o propósito de saber o que torna possível haver o verdadeiro e o falso nos discursos (FOUCAULT, 2006a). Esse fio condutor para a forma de pensar é denominada como filosofia – nesse texto em específico da obra *A hermenêutica do sujeito* (2006a) – como sendo de acordo com Foucault, a forma de pensamento que pretende estabelecer as circunstâncias e os limites para que o sujeito tenha acesso à verdade. O conjunto de tudo o que constitui para o sujeito, o preço a pagar, para o ser mesmo do sujeito, para que ele possa ter acesso à verdade, é que Foucault chama de espiritualidade. A espiritualidade é composta por essa busca incessante, pelas práticas e experiências como: purificações, ascetes, renúncias, conversões do olhar, modificações de existência e etc. Tudo isso torna possível delinear as possíveis transformações do sujeito em sua busca pela verdade (FOUCAULT, 2006a).

“A espiritualidade postula que a verdade jamais é dada de pleno direito ao sujeito” (FOUCAULT, 2006a, p.19). O sujeito como ele próprio se reconhece, não é capaz de saber a verdade, de ter acesso ou se tornar acessível a ela. O sujeito deve estar disposto a se transformar e a pagar o preço da iluminação, então assim, transformado em outro sujeito, será capaz de reconhecer certo conhecimento como sendo a verdade ali diante de si. Estar apto à verdade requer uma mutação em sua gênese, não externamente no sentido biológico é claro, mas internamente, no sentido em que “se faça o possível para atender os requisitos necessários para a iluminação, isto é, satisfazer condições tais que superam o saber de um simples conhecimento, ou de um conhecimento comum, além disso, conhecer as regras e saber jogar o jogo da verdade.

A esse respeito, é preciso considerar que:

A espiritualidade postula que o sujeito enquanto tal não tem direito, não possui capacidade de ter acesso à verdade. Postula que a verdade jamais é dada ao sujeito por um simples ato de conhecimento, ato que seria fundamentado e legitimado por ser ele o sujeito e por ter tal e qual estrutura de sujeito (FOUCAULT, 2006a, p.19).

3.3 Sujeito político

Devemos encarar a verdade como um produto e estudar o processo que a permite ser verdade, assim como também, o que a permite que seja falso. Nesse processo entre as condições de existência do que é verdadeiro ou falso, precisamos de um olhar clínico e engenhoso para não enxergarmos a verdade como ela se mostra, mas para sabermos do quê e como ela é de fato constituída.

Um sujeito que produz um discurso político, deve estar preparado para legitimar o seu discurso com a verdade constantemente, como diz Pinto (2006, p. 89):

A característica fundamental do discurso político é que este necessita para sua sobrevivência impor a sua verdade a muitos e, ao mesmo tempo, é o que está mais ameaçado de não conseguir. É o discurso cuja verdade está sempre ameaçada em um jogo de significações. Ele sofre cotidianamente a desconstrução, ao mesmo tempo só se constrói pela desconstrução do outro. É, portanto, dinâmico, frágil e, facilmente, expõe sua condição provisória.

A coragem para descer das nuvens onde reside o olhar o macro faz parte do processo de transformação do sujeito. Uma vez ao chão, o sujeito deverá perceber tudo ao seu redor e receber essa luz que vem de cima para que possa ficar claro onde ele está agora, para que ele perceba o seu espaço e como se deu o seu deslocamento. A luz que vem de cima o atinge com raios de conhecimento que outrora não estavam acessíveis, pois o sujeito de antes não havia ainda se deslocado para um lugar onde pudesse recebê-los. Acerca da transformação do indivíduo nascido homem comum numa subjetividade política e a verdade que ele se empenha a produzir, o embate entre o verdadeiro e o falso poderá ser uma constante se a verdade almejada não for devidamente qualificada, nesse quesito, sempre haverá que tentará desconstruir um discurso tido como verdadeiro, operando com base no que Foucault (2019, p.53) declara:

Há um combate “pela verdade” ou, ao menos, “em torno da verdade” entendendo-se, mais uma vez, que por verdade não quero dizer “o conjunto de coisas verdadeiras a descobrir ou fazer aceitar”, mas o “conjunto de regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder”; entendendo-se também que não se trata de um combate “em favor” da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha.

Podemos relacionar que a verdade está para o sujeito assim como o saber está para o poder. Portanto, o sujeito assume – ao menos nessa linha de raciocínio – o controle dos procedimentos discursivos que podem dar origem a uma verdade. Na política, a produção de verdades se dá pela enunciação – é um acontecimento, um fato histórico – de um indivíduo cujo a subjetividade é formada pelas práticas políticas pessoais e pelas práticas de sua instituição base (DUCROT, 1987).

Qualquer outro sujeito que produza um discurso político que esteja fora da instituição ou que não seja reconhecido por si e pelos demais como um sujeito político, terá o seu discurso enquadrado dentro do procedimento de rarefação, pois somente um sujeito reconhecido, nesse caso é capaz de ter o seu discurso validado num primeiro momento. Outro modo de subjetivação que esse sujeito faz uso é a vontade de verdade, para reforçar o seu discurso na produção de uma verdade juntamente com o procedimento de controle interno, a noção de autor, para dar identidade a verdade produzida. Há ainda nessa relação entre o sujeito e a verdade, as condições que o sujeito político deve atender para a produção de um discurso político para que ele seja reconhecido como verdadeiro. Ou seja, se o sujeito político não estiver enquadrado dentro dos procedimentos de rarefação, principalmente pelo primeiro deles, o ritual, não tem acesso a informações que se fazem necessárias para a produção da verdade. essas informações são controladas pelas modernas sociedades de discurso que passam pelo crivo do terceiro procedimento de rarefação, a doutrina. Toda a produção de verdade requer além do jogo de verdade, um sujeito como o próprio sujeito político que possa se estabelecer como subjetividade reconhecida e assim ter reconhecida a sua verdade. Segundo Castanheira (2012), os jogos de verdade são os modos pelos quais os discursos podem ou não se tornar verdadeiros, e de acordo com as circunstâncias em que são ditos. Um discurso do qual não possível ser desconstruído, acaba por ser reforçado, pois mesmo que a verdade seja um erro, como adverte Foucault (2019), devido a sua história na história, a sua firmação nela já não pode ser refutada, está metaforicamente escrita na pedra.

Dependendo do tipo de sujeito que se vai analisar, outros modos de subjetivação podem ser revelados. Tomamos como fundamental para esse ensaio, a análise do sujeito político, é a arqueologia implementada sobre ele que resultará nos frutos dos quais serão possíveis concatenar os modos de subjetivação à verdade, e ao pode-saber. Para tal, foi deixado intencionalmente para o fim, um último jogo – um conjunto de regras – que se mostra na constituição do sujeito como sendo o mais importante, pois é dele o papel fundamental para encadear as reflexões necessárias para o desfecho da análise do sujeito no *corpus*. Portanto, o

estudo da parresía é a chave para refletir e evidenciar o modo de subjetividade mais importante para o sujeito, o caráter.

3.4 Parresía

A parresía consiste em dizer a verdade, de forma simples e direta, sem qualquer adereço, retórica ou possibilidades de interpretações, a parresía é a verdade nua e crua e não cabe num discurso parresiástico pensamentos futuros do que pode ou não acontecer, do que será ou não verdade no futuro. Portanto a verdade não é algo fácil de ser dito, não é simplesmente recitar palavras ao vento. Dizer a verdade dependerá de vários fatores ao qual o sujeito é constituído, pois ele, o sujeito, arcará com todas as consequências de sua verdade. Para aquele que profere um discurso parresiástico, compete dizer a verdade sem meias palavras, sem tentar ludibriar ou tentar nublar o pensamento do interlocutor, são suas opiniões e crenças ali expostas, seu pensamento e sua alma completamente vulneráveis, desarmadas. É preciso coragem e perseverança ao dizer a verdade, e bem mais que isso, é preciso também contar com a coragem do interlocutor para aceitar o que foi dito como verdade, esse jogo depende primariamente desses dois peões. Enquanto esse jogo acontece, o parresiasta, por meio de seu discurso, desperta no ouvinte quem ele realmente é, um jogo de revelações no qual o locutor dita as regras e convém ao ouvinte, ao aceitar as regras, cumpri-las sem distinção. Caso o ouvinte não aceite as regras do jogo da parresía, o sujeito parresiástico acaba por se tornar um alvo de críticas nocivas à sua pessoa, tudo está em risco, inclusive a sua integridade física.

A palavra “verdade”, alude a algo positivo, bom, justo e até mesmo belo, mas nem sempre é assim, em nossa experiência de vida, é possível lembrar de algo que nos foi dito como verdade e que teve um efeito contrário ou até mesmo catastrófico. Recordar verdades pode significar sofrer novamente, reviver lembranças dolorosas e por esse motivo temos de ter cuidado ou pelo menos a sensibilidade na hora de proferir um discurso parresiástico quando o outro jogador ainda não entrou em campo para o jogo, isto é, nesse jogo não é possível jogar só.

Quais as verdades que devem ser ditas? Se pensarmos assim, estaremos ponderando dizer ou não sempre a verdade, e isto já diz de certo modo, como agimos em nosso cotidiano, é parte constitutiva de nossa subjetividade. Se realmente fizermos essa consideração de opção entre dizer a verdade ou não, então podemos afirmar que não estaríamos atendendo as regras do jogo. Todas as verdades são verdades? Responder a essa pergunta com uma verdade talvez

seja impossível, mas antes de tentar respondê-la devemos nos aprofundar mais no que tange o sujeito e a sua verdade.

Michel Foucault em seu livro *O governo de si e dos outros* (2010) retrata que a parresía é uma virtude, isto posto, podemos dizer que a virtude é parte constituinte do caráter do sujeito. Tendo em mente que o próprio caráter pode ser formado e talvez influenciado, não tratando-se de algo inato. Um exemplo é o seio familiar de uma família considerada ideal, com hábitos sociais saudáveis, detentores de cultura, respeitadores das leis, com nível de letramento, sabedoria e conhecimento de mundo relevantes. Esta família poderia criar alguém de bom caráter, não que seja uma regra, pois sempre há as exceções. Outro exemplo é o de quem vive ou viveu nas ruas desde o início de sua vida ou em algum momento dela. Não se pode generalizar ou fazer nenhum juízo de valor a estas pessoas, mas apenas para podermos exemplificar o que seria o lado oposto ao de uma família ideal, assim teríamos duas condições de formação de sujeitos distintos. Desta forma, como poderíamos afirmar então que a virtude nasce com o sujeito ou é adquirida e afeitada por ações ou pelo meio em que vive? Se a virtude é inata, a parresía numa subjetividade seria algo espontâneo, sem governo ou coerção, sem limites e sem maneira de dizer. Sendo assim, a pessoa cujo a parresía é inata, não encontraria problemas em dizer sempre a verdade, não conviria outra opção a ela que não fosse dizer simplesmente a verdade. Como identificar pessoas que se servem da parresía de forma voluntária, inconsciente, sem controle? Talvez seja possível identificar tais pessoas no próprio discurso, pelas marcações na formação discursiva ou quem sabe em suas atitudes, ou até mesmo através de instrumentos eletrônicos que detectam a mentira, que fique claro que se pudéssemos saber quem é parresiasta por natureza, a sociedade poderia se favorecer disso, de modo a tornar imprescindível este elemento como fator determinante num ato de nomeação de um cargo de confiança, seja no âmbito de empresas privadas ou públicas, como as grandes estatais, cargos nos ministérios e até mesmo presidência da república por exemplo.

Como seria se o líder da nação fosse um parresiasta? Se o seu discurso político fosse integralmente guiado pela verdade, talvez a corrupção fosse controlada, não extinta talvez, mas de certa forma contida, e os recursos melhores distribuídos e implementados. Quem sabe até mesmo o interesse de se ingressar na vida política fosse regido pela verdadeira vontade de servir o povo, sem colocar seus próprios interesses na frente de tudo e de todos. A política por sua vez seria algo a ser estudado como disciplina obrigatória na formação do cidadão desde o âmbito escolar até o nível superior. Disciplinas que ajudam a formar o caráter e a tornar o cidadão crítico seriam imprescindíveis durante o desenvolvimento desse sujeito, embora há quem diga que já existem disciplinas assim na grade curricular. Poderia surgir então uma nova geração de

sujeitos condicionados, instruídos a cultivar a verdade, que detém ou não a parresía, uma geração que veria o falso como escândalo e não o contrário.

Atualmente, e já faz um tempo, percebemos que há uma inversão de valores, onde o falso é cultuado, elogiado, prestigiado e de tal forma que quando a verdade é exposta, pode causar constrangimento e humilhação. Escândalos assim são frequentes em várias ordens, desde a ordem política até a religiosa, perpassando por diversas outras.

Muitos discursos importantes representam as verdades da época, em que cada época tinha a sua verdade, ademais quando proferidos por pessoas que estavam no poder ou que representavam esse poder. É com esse viés histórico que os discursos fazem mais sentido, pois não era possível, de certa forma, na idade média, chegar a uma conclusão dessas em uma condição tão primária sem ter acesso a cultura e ao conhecimento de grandes estudiosos.

Além do mais, a parresía como filosofia de vida é trabalhada em casa, na família, nos primeiros anos de vida, quando os pais impõem que dizer a verdade é um dever, uma condição e não é negociável, mesmo às vezes acontecendo o contrário. Porém quando o sujeito vem de um ambiente hostil, sem base familiar e sua formação de caráter é posta a prova, esse dever de falar a verdade pode ser posto de lado, o instinto de sobrevivência pode subjugar a razão. A parresía então deixa de ser condição e se houver parresía nessa subjetividade criada pelo mundo, podemos pressupor que se deve a virtude.

Outro ponto fundamental, se não o mais importante ao se tratar de parresía, é a técnica de se dizer a verdade. Para se jogar um jogo parresiástico é necessário que se encontre todos esses fundamentos naquele que se propõe a dirigir o discurso, pois segundo Foucault (2006a), esse discurso é o que norteará a linha de pensamento dos interlocutores e os ajudará na constituição da sua relação consigo. Não se trata apenas de falar francamente, mas de como falar para que haja uma constituição de verdade interior. Exemplos dessa técnica são encontrados no discurso de ordem política, em que o locutor é alguém bem treinado naquilo que faz: discursar entoando verdades.

Ao explorar tais discursos, podemos perceber como eles são bem estruturados, com palavras que atingem a consciência dos outros jogadores, tais palavras funcionam como gatilhos que disparam memórias discursivas existentes em cada um de nós, causando um efeito de sentido de verdade que dissimula a real intenção e que às vezes nem mesmo tem a intenção de expor qualquer verdade. Discursos assim são bem comuns principalmente em período de campanha eleitoral, em que o aspirante ao poder se expõe e essa exposição pode ser perigosa para a sua figura política, por isso ele escolhe bem as palavras de seu discurso, uma vez que os concorrentes políticos estão atentos a qualquer falha, tanto no discurso como em seu histórico

de vida pública. Outra característica desse discurso de ordem política, é o próprio político auto proclamar-se parresiasta – sem o uso do termo – mas quando inicia seus discursos sugerindo que a verdade está sendo dita naquele momento. Procura reforçar sempre que, o que está sendo dito é a verdade absoluta, possui toda uma técnica para se projetar como plenamente verdadeiro dentro do inconsciente das pessoas e até mesmo, enfraquecer e silenciar o discurso do concorrente. Falar que está dizendo a verdade é bastante simples, mas plantar essa verdade no subconsciente do interlocutor exige além de técnica uma boa dose de empatia. O uso da técnica é reforçado se o político sabe se portar como um mentalista e vidente, lendo toda a expressão corporal e que fala exatamente aquilo que você gostaria de ouvir mesmo você não tendo consciência disso. Ou seja, outros fatores podem influenciar na formação de verdade no subconsciente do interlocutor.

Dentre os parresiastas temos aqueles que se servem bem da parresia, um bom exemplo vem do discurso religioso, claro que há subdivisões relacionadas as doutrinas, comentaremos mais adiante. Nas igrejas temos um indivíduo que jurou dizer a verdade acima de tudo. Ele é treinado, doutrinado e condicionado a proferir discursos parresiásticos, mesmo que muitos sejam exemplificados por metáforas, seguindo os ensinamentos do que é considerado “o livro dos livros”, uma coleção de livros que serve como manual histórico que descreve a fé e fatos considerados verídicos e incontestáveis. O clero católico é considerado por muitos os que carregam a verdadeira palavra de Deus, conseqüentemente, tudo o que dizem vem dele e de seus fiéis e ávidos seguidores. No entanto há aqueles que se desviam do caminho da verdade – pelo menos dessa verdade – mediante a uma interpretação dela. Tendo em mente que esse processo de interpretação é por certo subjetivo, é possível que haja resultados divergentes para as mesmas interpretações. Uma variação de verdade como essa, pode ocorrer pelo intelecto questionador de um indivíduo, que se possuir um caráter investigativo e questionado como a de um filósofo, pode vir até mesmo a desacreditar um discurso de ordem religioso em que muitos são meramente metafóricos, ao ponto de também ser ficcional e ainda conter um efeito de sentido de verdade para fins de doutrinação e arrebanhamento. Essa variação da interpretação da palavra de Deus ocorreu dentro do discurso de ordem religiosa, mais especificamente, no seio da doutrina cristã mais antiga, a católica. Todas essas variações de interpretação da verdade ocasionaram uma ruptura no cristianismo resultando na origem da reforma protestante.

O protestantismo iniciou-se com Martinho Lutero no século XVI, descontente com a deturpação do evangelho e a corrupção praticada pelo clero. Lutero defendia a ideia que somente a fé em Deus salvaria as pessoas e não as indulgências – os pergaminhos – que perdoavam os pecados dos fiéis. A prática de venda de indulgências era muito comum,

funcionando como moeda de troca de doações para a Igreja ampliar seu capital financeiro e poder no estado. No senso comum, conhecemos essa prática como comprar seu terreno no céu. Lutero defendia ainda a livre interpretação da bíblia, ou seja, a busca da verdade na palavra de Deus, mas de maneira subjetiva, individual e mais consciente, o que levaria, evidentemente, a questionar as práticas da Igreja Católica Romana e enfraquecê-la. A Igreja Católica Romana é totalmente contra essa ideia, pois para ser a detentora da verdade, a interpretação da Bíblia Sagrada somente seria reconhecida se feita ou orientada por um sacerdote. Com isso, enclausurando o pensamento alheio, sendo contrário ao que pretendia Lutero. Essa prática da interpretação da bíblia assemelha-se com os procedimentos de controle discursivos, a validação e a contenção dos discursos devem seguir os parâmetros determinados por aqueles que estão à frente do poder em determinada instituição, nesse caso, a própria Igreja Católica Apostólica Romana.

Mesmo com a expansão e solidificação da reforma protestante ao longo dos anos, a Igreja Católica Romana voltou a ganhar força. O Papa João Paulo II em 2004 deu uma declaração pedindo perdão pelos erros e excessos durante a Inquisição da Igreja Católica. Nessa declaração, o Papa expressa que esses erros foram cometidos a serviço da verdade. Fica claro que houve uma interpretação deturpada do que é a verdade na perspectiva da bíblia católica, levando os sacerdotes a praticar abusos de poder em nome de Deus. Se considerarmos que no período da Inquisição as ações aconteciam em nome da verdade, devemos ao menos teorizar que houve um trabalho muito forte na desconstrução até o silenciamento simbólico daquela verdade deturpada, sem que houvesse danos irreparáveis à verdade exteriorizada pela Igreja Católica.

Com a reforma protestante, surgiram novas doutrinas cristãs no continente europeu derivadas da própria Igreja Católica Romana. Cada uma delas tinha a sua própria interpretação da verdade, de forma menos possessiva, mas ainda assim centralizada na figura de um representante do poder na igreja, na maioria delas quem assume esse papel é o pastor. Equivalentes aos padres, bispos e cardeais, os pastores arrebanhavam pessoas com o argumento da salvação. Logo no início, os pastores tinham comprovado um notório saber em relação à prática religiosa, o que dava veracidade a sua leitura da bíblia e por isso os fiéis os tinham como intérpretes inquestionáveis da verdade e vontade divina, e cada culto virava um grande jogo de parresía. Com o passar dos anos, houve uma proliferação das igrejas protestantes não só em número, mas também em novas doutrinas, ocasionando uma alta demanda de pastores, por conseguinte, muitos deles já não tinham a mesma formação teológica de antes ou até formação nenhuma. Assim, novas versões da verdade e vontade divina começaram a surgir. Na época

atual, é possível notar que alguns cultos evangélicos também deturpam os ensinamentos cristãos e também cometem excessos e alguns abusos de poder utilizando a palavra de Deus como justificativa. Um dos mais comuns é o pagamento em qualquer espécie, seja em dinheiro, joias e bens para a conhecida compra do terreno no céu, sem contar com o pagamento do dízimo bíblico. Alguns pastores seduzem seus fiéis a realizarem doações generosas, alegando que quanto maior a quantia, mais perto de Deus ele ficaria. Como é em forma de doação, logo não é caracterizado como crime pelo discurso jurídico, embora moralmente questionável. Os Portavozes do Senhor entoam verdades, declarando-se parresistas – novamente sem o uso do termo – apoiam-se na fé de seus seguidores que os obedecem cegamente, como um ato de fé e assim encerra-se mais um jogo de parresía, onde os jogadores cumprem seu papel sem nenhuma motivação para desconfiar ou questionar.

Os bruxos ou gênios de antigamente, eram fortemente perseguidos pela Igreja Católica Romana por praticarem atos e defenderem ideias que eram contrários aos ensinamentos da doutrina cristã e aos seus dogmas, sendo para a Igreja uma heresia. Bruxos como Galileu Galilei e Leonardo Da Vinci, sendo o primeiro um astrônomo da Itália que abdicou daquilo que considerava verdade em troca da vida, pois quase foi condenado à fogueira quando afirmou que o planeta Terra era quem girava ao redor do sol, contrariando aquilo que a Igreja pregava. A Igreja Católica queria que o astrônomo apresentasse sua descoberta como sendo apenas uma hipótese e não uma verdade, o que poderia comprometer o poder da instituição representante da divindade suprema. Galileu nunca teve a pretensão de ir contra a igreja ou desrespeitá-la, ressaltou que as escrituras sagradas eram infalíveis, mas não os seus intérpretes, que tinham uma interpretação literal da Bíblia. Isto foi reconhecido pela própria Igreja, quando o papa João Paulo II, no dia 31 de outubro de 1992, classificou o acontecido como um dos atos de injustiças causados pela interpretação literal das escrituras sagradas. Galileu e a Igreja Católica não conseguiram se estabelecer num jogo de parresía, pois era preciso que ambos aceitassem as regras de verdade um do outro. Como a parresía é o falar franco, as consequências recaíram sobre o cientista que obtinha poder nenhum a não ser o acadêmico, o que não garantiu a sua segurança mediante a sua exposição da verdade. Com o passar do tempo, o avanço da tecnologia foi incomodando cada vez mais a Igreja, uma vez que as descobertas científicas colocavam a prova as escrituras sagradas.

O segundo bruxo em questão, Leonardo Da Vinci, foi considerado herege. Teve sua juventude num período de evolução em buscar verdades científicas, muitas vezes representadas por sua arte, como fora inicialmente conhecido. Leonardo fez parte do Humanismo, em que o homem era o centro dos interesses. Nesse aspecto, a Igreja Católica já prestava bastante atenção

no artista, pois ele despertava o interesse das pessoas à cultura e a vida terrena, causando impacto na vida espiritual do povo. Leonardo dominava vários campos do saber como: arquitetura, anatomia, astronomia e química. Da Vinci chamava a atenção da Igreja, principalmente pelo que podia provocar com suas descobertas e assim como Galileu Galilei, oferecia riscos ainda não mensuráveis ao poderio eclesiástico, pois como um cientista, ele poderia atestar outras verdades que não fossem do agrado da Igreja. Nessa época a Igreja não se preocupava com as formas de verificação dos discursos desses cientistas, e sim com as revelações. Ela apenas empunhava a força o seu próprio discurso, para silenciar e punir.

Como a Igreja Católica na Idade Média controlava o acesso do povo à cultura, muitos discursos eram contidos e interditados, mas a invenção da prensa surgiu como uma ameaça a este controle, pois a popularização de obras de conteúdo considerados perigosos foram sendo livremente liberados ao povo. A Igreja preocupou-se sobretudo com obras referentes a Reforma Protestante, e por isso, elaborou uma lista extensa de obras proibidas das quais ela tentou tirar de circulação.

O *Index Librorum Prohibitorum*, nome dado a lista de obras proibidas de autores tanto da filosofia como da literatura, continha nomes como René Descartes e Victor Hugo quando foi lançado pela primeira vez ainda na Idade Média. A intenção era evitar os questionamentos por parte dos fiéis, controlando a crença e reforçando a busca da verdade por meio da fé. A Igreja sabia que descobertas científicas acerca do universo e reflexões filosóficas sobre a origem e o futuro do homem difundidas entre os rebanhos, poderiam colocar os fiéis no caminho da escuridão do ateísmo ou dentro das outras igrejas protestantes que estavam difundindo-se por toda a Europa. Não caberia, nesse contexto, afirmar que houve um jogo de parresía, mas sim, uma demonstração do poder da Igreja exercido sobre o homem que, subjugado pela doutrina da Igreja Católica, não pôde na Idade Média esclarecer-se de diversos fatores que rodeiam a sua própria existência. Atualmente, ela concilia alguns feitos entre a fé e a razão, talvez por não conseguir mais sustentar somente com a fé a verdade que emergiu com a ciência ou porque seja mais fácil reforçar a própria fé com o auxílio da ciência, sem exercer a dominação do pensamento e deixando o fiel mais confortável na doutrina.

No tempo atual, com o crescente avanço da tecnologia, é possível chegar a conclusões totalmente novas sobre descobertas feitas há séculos atrás. A informação viaja rapidamente por meio de satélites espalhados ao redor do planeta e chega em locais distantes instantaneamente. Hoje o mundo está conectado e com isso há o risco de uma exposição desmedida e desordenada de toda e qualquer informação, seja ela verdade ou não, prejudicial ou benéfica. É difícil e até mesmo quase inexecutável frear uma notícia vazada nas mídias eletrônicas e nas redes sociais,

não dá para voltar atrás sem o risco de danos. Para aqueles que se servem da parresía, é necessário cautela na hora de um pronunciamento em rede nacional ou via Internet, como já dito anteriormente, as consequências podem ser enormes, ainda mais quando vindo de alguém cuja reputação é o seu bem maior.

Quando dizemos a verdade temos consciência de que é realmente verdade? Michel Foucault apresenta um exercício de pensamento grego da antiguidade que tem por finalidade realizar a apropriação do pensamento. O *meditatio* (FOUCAULT, 2006a), não se trata apenas de estudar um texto, entender a discursividade nele ou de realizar questionamentos profundos sobre a obra de um autor. É bem mais que isso, essa apropriação de um pensamento nos condiciona ao ponto de termos sempre a mão, como uma pistola engatilhada, o pensamento a ser disparado quando for preciso. Este exercício requer uma imersão profunda, como uma espécie de meditação, na qual o pensamento apropriado é gravado em nossa memória, tornando-se nosso, nossa verdade. Uma vez que nos persuadimos desse pensamento, acreditamos que ele seja verdade, essa verdade estará sempre conosco, será parte de nós e por isso poderemos reproduzi-la quantas vezes foram necessárias. A *meditatio* nos tornará o sujeito que tem a verdade e que pensa com ela. Todas as ações desse sujeito que pensa com verdade, serão ações de um sujeito que age com a verdade.

Se utilizássemos da apropriação do pensamento, a *meditatio*, como uma ferramenta para nos livrarmos de pensamentos que outrora nos foi implantado, poderíamos a partir daí, eliminar o que Foucault chama de consciência de si. Com isso seria possível pensar com mais liberdade, sem estar preso a uma ideologia.

A Igreja Católica na Idade Média criou no ser humano a ideia que nós deveríamos nos conhecer profundamente. Ir ao cerne da verdade das coisas parece ser algo moderno provocado a partir do renascimento, mas não é, esse pastoreio da Igreja Católica, que obriga o rebanho a entender-se profundamente, apropriar-se de sua consciência, mas não para se libertar do rebanho e sim para que o arrebanhado chegue a própria conclusão de que não passa de um indivíduo sem valor algum para a sociedade, e que só terá salvação se continuar sob o domínio da Igreja, essa seria a consciência de si (FOUCAULT, 2006a). O mundo é bastante vasto e nos rodeia de verdades que talvez não sejam as verdades das quais nós precisamos para nos posicionarmos e sermos nós mesmos. Nessa inversão de valores, a consciência de si, implanta no subconsciente do sujeito a crença de que você não é você. Uma crença em que você faz parte de algum grupo e segue as verdades sobre ele instauradas. Se nos isolarmos dos grupos, sejam eles quais forem, poderemos buscar a verdade por nós mesmos, fazendo o mundo caminhar

para frente e avançar no tempo. Isto difere bem do conceito de cuidado de si, resgatado por Foucault (2006a) dos gregos antigos.

O cuidado de si, cujo conceito concerne que nós devemos assumir os nossos próprios atos com responsabilidade e pensar primeiro em nós mesmos, talvez tenha sido oriundo da nossa falha em perceber que, nós convivemos uns com os outros e estamos reproduzindo esses relacionamentos ao longo da história da humanidade, o que nos faz querer, pelo menos a maioria, sempre ser arrebanhado, fugindo da responsabilidade de pensar por nós mesmos, inserindo-nos numa coletividade com medo de que nossas ações sejam julgadas – pela maioria talvez – como erradas e que terminemos sozinhos. O medo de ficar sozinho acaba por determinar várias das ações do homem, pois quem cuida de si não cuida dos outros e portanto, não tiraniza ninguém.

Considerando tudo o que foi relatado desde o início, do conceito padrão da parresía em que o falar francamente contém seus riscos e suas particularidades vinculadas a constituição do sujeito, perpassando por moldes de verdades exemplificadas historicamente dentro de discursos das mais diversas ordens, utilizando-se de técnicas apuradas à criação de um efeito de sentido ou apenas para a enunciação de uma verdade, é difícil acreditar que sairíamos ilesos dessa reflexão. Não é mais possível ignorar estes elementos. Agora qualquer discurso ao qual tivemos ou tenhamos contato no futuro, não serão mais os mesmos, não serão mais analisados e interpretados da mesma forma, sob a mesma ótica, a ótica do senso comum. Uma perspectiva de uma nova ótica surge como um terceiro olho, focado e calibrado para o uso e obtenção dessa habilidade de falar francamente.

4 METODOLOGIA DE ANÁLISE

4.1 Arqueologia

Nas suas investigações, Foucault procurou chegar à origem de elementos dos quais considerou serem essenciais para os estudos discursivos. Na sua primeira fase investigativa, desenvolveu o método arqueológico que visa descrever principalmente a formação discursiva. Esse método investigativo é abordado na obra “Arqueologia do Saber”, nela, busca-se, por assim dizer, não só chegar ao momento da gênese de um saber, mas como também depurá-lo por meio dos elementos que o formam e o estabelecem, tais como: grupos de objetos, conjuntos de enunciações, jogos de conceitos, séries de escolhas teóricas. O método arqueológico de Foucault, trabalha com a formação do discurso e ao esmiuçá-lo, tanto o método quanto o discurso, percebemos que ao descrever formações discursivas que nele habitam, podemos evidenciar as práticas discursivas que lá se encontram e chamá-las de saber (FOUCAULT, 2008). Neste trabalho, o saber dos sujeitos que serão determinados na análise do *corpus* precisam de um espaço para que esses mesmo sujeitos possam tomar a devida posição de fala, isto é, falar dos objetos que abrangem os discursos de posse – nesse caso, o próprio *corpus* – por isso, é provável que esse espaço que dá significado aos discursos de posse, revele-se como sendo a instituição prefeitura (FOUCAULT, 2008).

Embora a análise tenha por tradição ser uma das etapas finais do trabalho, é importante salientar – mesmo que pareça uma prévia da análise, o que não é. – que para o sujeito ser compreendido dentro do seu campo de atuação, faz-se necessário no que tange o arcabouço teórico, clarificar que “há saberes que são independentes das ciências (que não são nem seu esboço histórico, nem o avesso vivido); mas não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma” (FOUCAULT, 2008, p.205).

4.2 Genealogia

A Ordem do Discurso (1999a) de Foucault trouxe a transição do método arqueológico para o genealógico. A Arqueologia do saber (2008) analisa o discurso no nível de sua existência à luz de Foucault (2008), descrevendo as coisas ditas porque foram ditas e analisando os enunciados como uma análise histórica. A análise arqueológica não entra no campo da discursividade e por isso, o não-dito, continua sendo uma incógnita nesse viés investigativo –

e ao que parece – não sendo necessário à sua interpretação, uma vez que as coisas ditas no discurso não perguntam o que ele esconde. A arqueologia do saber durante a análise, será difundida para descrição do saber ou saberes que virão a constituir o sujeito, ou sujeitos que poderão estar presentes nos discursos de posse. Isto é, nessa etapa da análise, será utilizada a arqueologia como método investigativo exclusivamente para definição do saber, com ênfase nas formações e práticas discursivas presentes no *corpus*. Uma outra forma de considerar a discursividade nos enunciados, é conforme Pêcheux, citado por Gadet e Hak (1997):

Se o sentido de uma superfície textual existe no jogo das relações (de equivalência, comutação, paráfrase...) que se estabelecem necessariamente entre essa e outras superfícies textuais específicas, daí resulta que o estudo dos processos discursivos (inerentes a estrutura subjacente a ser estudada) supõe a referência a conjuntos de superfícies (ou "corpus discursivos") que o dispositivo terá por efeito colocar em estado de autoparáfrase potencial, para interrogar sobre sua estrutura generalizando, para os *corpora* assim recuperados por suas "condições (sócio-históricas) de produção" (p. 255).

Já a genealogia, “[...] é a tática que, a partir da discursividade local assim descrita, ativa os saberes libertos da sujeição que emergem desta discursividade” (FOUCAULT, 2019, p. 270).

A metodologia investigativa que utilizaremos para a nossa análise em geral será a genealogia, pois ela se infiltra nas camadas dos discursos que não estão escritas e nem tampouco são visíveis. Ela trabalha com um dispositivo de análise e nele é estabelecido o objeto a ser depurado. Assim como Foucault, também há quem pense na criação de um dispositivo para a análise de um discurso, como é possível verificar em Orlandi (2008, p. 26).

A Análise de Discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação. Também não procura um sentido verdadeiro através de uma “chave” de interpretação. Não há esta chave, há um método, há construção de um dispositivo teórico. Não há uma verdade oculta atrás do texto. Há gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender.

O dispositivo é relacionado ao objeto recebendo um nome característico. Para essa investigação que permeia dentro do discurso político e cujo um dos objetivos principais é descrever as relações de poder que nele se estabelecem, chamaremos o nosso de: dispositivo de poder.

O *corpus* desta pesquisa consiste em uma transcrição de áudio dos discursos de posse de Arthur Virgílio Neto. Devido a interferências, como: tosse, ruído na captação e conversa. Alguns trechos estão suprimidos entre parênteses com a descrição: inaudível. O contexto não

será afetado, devido a longa duração do áudio, fazendo com que o discurso não sofra com nenhuma perda relevante. As formações discursivas, em forma de recorte, durante a análise, estarão em itálico para não serem confundidas com citações de autores.

A análise será documental e alicerçada em dois discursos de posse de Arthur Virgílio Neto, no qual serão investigados a partir dos eixos de estudos foucaultianos como: o binômio poder-saber, verdade e subjetividade. A escolha pela genealogia não é somente pelo fato de se tratar de um discurso político, mas além disso. A genealogia faz um encapsulamento do método arqueológico, ou melhor, ela estuda sua formação ao mesmo tempo dispersa, descontínua e regular, enquanto a arqueologia não trabalha com esses recortes da materialidade do discurso (FOUCAULT, 1999a).

Concomitantemente à definição da questão do saber durante a análise, serão descritas as práticas discursivas do indivíduo Arthur Virgílio Neto nos limites dos próprios discursos – levando em consideração também a discursividade presente além das formações discursivas – para que possam ser evidenciados os modos de subjetividades que constituem o sujeito. Em outra etapa da análise, será composto um organograma de relações com base nas formações discursivas enunciadas por Arthur Virgílio Neto durante os atos de posse e dentro da discursividade que corresponda ao espaço institucional denominado como Prefeitura de Manaus. Esta medida terá o intuito de nomear àqueles que estão inseridos nos discursos para prover uma melhor visualização das relações de poder que dali podem resultar. Não será feita especulação de nenhum feitio, muito menos a respeito de qualquer relação com indivíduos que não estejam presentes nas enunciações do *corpus*, afim de obedecer aos limites do discurso e também ao pensamento foucaultiano que retrata não trabalhar nesse campo abstrato às margens do acontecido, à vista disso, ao antes e depois dos discursos de posse. A prefeitura é a instituição base que pode servir de pivô para acontecimentos referentes as práticas discursivas de Arthur Virgílio Neto.

A genealogia estabelece-se como uma forma de resistência e de luta em oposição aos discursos já legitimados numa sociedade, de certa forma não aceitando como verdadeiro o que está dito, e a partir de um novo prisma, busca um significado por meio do não-dito. Pinto (2006), *apud* Dantas e Leite (2015), versa que o discurso contém significados incorporados por sujeitos que os constroem ou são por eles sujeitados, além de provocarem efeitos concretos na forma das pessoas se relacionarem e nos rumos da história.

A genealogia faz parte de uma das obras dedicadas à análise das formas de poder, ela não possui de fato uma obra metodológica dedicada a ela, como existe no método arqueológico, mas possui um encadeamento metodológico na obra “Vigiar e Punir” para que se disserte a

análise de poder. É claro que na fase genealógica das obras de Foucault, o poder seja, talvez, a bússola do filósofo para desencadeamento de suas análises e é partir dessas obras dessa chamada segunda fase, que trataremos nossas acepções a respeito da análise das relações de poder.

Para analisar o poder, investigaremos as relações entre as personagens do *corpus*, procurando estabelecer onde e como o poder está sendo exercido. Para tal, o saber e a verdade precisarão ser evidenciados previamente, de tal forma que fique claro que tipo de poder essa relação produz.

As relações de poder que a instituição exerce sobre os sujeitos também poderão ser evidenciadas no *corpus* – se houver, é claro, formações discursivas referentes a esta prática – a partir do momento em que haja interação entre as personagens e mediante a constatação de um saber produzido sustentado por uma verdade.

Será a genealogia abrangendo a arqueologia que tratará de evidenciar todos os aspectos acima relatados. Não cabe até o momento, precisar a aparição dos eventos da análise no que se refere a ordem, sequência ou lógica. Por se tratar de uma análise reflexiva – mesmo que haja um pensamento sobre como proceder – torna-se inviável prever a ordem dos acontecimentos da análise, até porque isso seria especular sobre um possível resultado, tornando dúbio se o resultado da análise é de fato imparcial. O que possibilita o descredenciamento do analista por sinalizar que o mesmo acabara de adotar um lado, uma ideologia. Ou até mesmo por levar a crer que o resultado da análise é tendencioso por questões políticas.

4.3 Questionamento da Vontade de Verdade

A primeira decisão que o analista deverá tomar é sobre estar disposto a questionar a vontade de verdade, uma vez que ela é suportada pelas instituições. O sujeito fundante é o encarregado de questionar as instituições, o que implica em compreender como elas funcionam, quais as suas microrrelações de poder e que saber elas agregam à sociedade. Dentro dos moldes de elisão da realidade, é o sujeito fundante que produz o registro, ele tem a função de realizar a Escritura. Para isso ele dispõe dos signos para criar o que Foucault chama de horizontes de significação do discurso. Segundo Foucault (1999a), o sujeito fundante não precisa passar pela instância singular que compõe um discurso quando se trata de manifestar os sentidos dos signos, ou melhor, para dar sentidos aos signos, ele trabalha no campo de horizontes de significação e até mesmo no campo do imaginário. Na análise do discurso, é o sujeito fundador quem

questiona a vontade de verdade, é ele quem desempenha a função de questioná-la, e por isso, deve estar disposto a confrontar-se com os sujeitos que detém o poder e o saber, o que for necessário para colocar o discurso que rege a sociedade em movimento. A vontade de verdade que está no seio de um Estado de governo como uma prefeitura, é muito mais abrangente do que se pensa, pois ela é inerente a todas as diversas plataformas que compõem uma prefeitura, ou seja, investigá-la requer além de questionar os eixos de estudos foucaultianos, conseguir dimensionar até onde vai a sua influência dentro das microrrelações de poder, isto é, suas engrenagem que movimentam o discurso. Não há como determinar de antemão, se mesmo questionando a vontade de verdade de determinado discurso, poderemos constatar se ela é a favor ou contra a verdade instituída no discurso, pois, caso seja possível chegar a um veredito em relação a este questionamento, saberemos se de fato, o discurso produzido em que a vontade de verdade se encontra é suporte ou oposição e que efeito ele tem sobre a instituição que a suporta.

4.4 Restituição do caráter de acontecimentos do discurso

A segunda decisão que o analista deverá tomar é sobre restituir o caráter de acontecimentos do discurso. Foucault (1999a) indaga que o discurso acontece na insensibilidade de todas as coisas e elas manifestam o segredo de sua própria essência. Isto é, todas as coisas possuem um logos que movimenta os acontecimentos do mundo. Todo esse movimento nada mais é que o surgimento de um discurso racional, em que os signos ecoam os seus significados dando origem a uma verdade que ali nasce. O Segundo conceito que advém da logofilia-logofobia é chamada de experiência originária, e dentro dos moldes de elisão da realidade, ela acredita que há uma verdade anterior e contínua no discurso, o que se caracteriza como a Leitura. A experiência originária, quando se trata da análise do discurso, é quem restitui o caráter aleatório de acontecimentos do próprio discurso.

Considerando uma instituição como uma prefeitura onde existem objetos que possam refletir as características de governo e também pessoal do prefeito, devemos lembrar que todos as coisas que ali residem murmuram, ou melhor, ecoam os seus sentidos que são interpretados pela nossa linguagem. Segundo Dreyfus e Rabinow (1995), todas as coisas que ali residem, tem suas significações anteriores, que já foram ditas, e que de acordo com Foucault (1999), tomam-se na forma de *cogito*, toda essa leitura da manifestação dessas significações acaba resultando num discurso. Quando um sujeito se encontra junto ao prefeito, cercado por coisas cujo sentidos se relacionam, a interpretação do interlocutor, acerca do discurso produzido pelo prefeito, pode

sofrer uma variação devido aos significados que o próprio interlocutor abstraiu do ambiente e também dos signos utilizados pelo prefeito, nesse caso, o locutor. Tudo pode interferir de acordo com a manifestação dos sentidos e se o interlocutor conseguiu inferir todos os significantes produzidos no discurso. Quando os signos manifestam seus sentidos e eles são devidamente apurados e retransmitidos, elas podem voltar a sua interioridade silenciosa da consciência de si, tal qual, é a afirmação de Foucault (1999). Complementando de maneira mais suscinta a proposição de Foucault, e numa percepção mais anacrônica, restituir o caráter de acontecimentos do discurso, é devolver o valor da importância de cada coisa que manifesta e intercambia sentido.

4.5 Suspensão da Soberania do Significante

Das três tarefas que Foucault evocou, esta última pode ser considerada a mais importante, pelo fato de insistir no recorte e na materialidade do discurso, quer dizer, sair do campo da abstração. A suspensão da soberania do significante simboliza a libertação das interpretações que possam vir a surgir do imaginário, o que remete ao terceiro conceito oriundo da logofilia-logofobia, a mediação universal. É ela quem faz essa suspensão do significante e refuta as especulações no discurso. Para Foucault (1999) a mediação universal traz à tona todo o significado dos signos, com isso, colocando o discurso em plena consciência desses signos, mostrando que o discurso é senão, os próprios signos e não especulações concebidas na gênese do imaginário. A suspensão da soberania do significante para a análise do discurso é que a ação da mediação universal realizando a troca do abstrato para o concreto na análise do discurso, ou melhor dizendo, o consciente, pois é nisso em que ela crê, na racionalidade com relação ao mundo.

Nos discursos a serem analisados, teremos que manter o foco no concreto e não nas projeções de possibilidades que os significantes abstraídos do discurso possam gerar. Será preciso, dentro dos moldes de elisão da realidade, realizar a troca, essa mediação que nos permitirá tornar a análise consciente, trabalhada na materialidade do recorte e sem especulações. Sem parâmetros externos, de pensamentos sobre o antes e ou sobre o depois, que nos forcem a divagar sobre as intenções prévias e também futuras do sujeito do discurso.

As três tarefas elencadas por Foucault denotam um certo procedimento em relação a forma de análise, mas na verdade, são arguições para reflexão quanto ao uso de método genealógico logo após a constituição do dispositivo.

Dentro do quadro teórico dessa pesquisa, o estudo do controle discursivo se faz

necessário para o melhor entendimento do processo de análise do *corpus* numa perspectiva foucaultiana, posto que, o método de análise – genealogia do poder – é voltado para a análise da discursividade que envolve o poder e não para as formações discursivas, que embora sejam citadas e comentadas, faz-se até certo ponto de forma superficial, não sendo o foco da análise.

5. ANÁLISE DE DADOS

5.1 Relações de Poder Estabelecidas pelo Dispositivo Analítico – Discursos de Posse de 2013 E 2017

Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Neto, é o nome de batismo do político que movimenta os discursos a serem analisados. Arthur é diplomata de formação e ingressou na vida política se espelhando em seu pai, Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Filho.

Antes de ganhar a eleição para o cargo de prefeito da cidade de Manaus em 1988, Arthur Virgílio Neto, já havia disputado outros cargos. Colecionou vitórias e derrotas ao longo de sua vida pública. A sua primeira vitória como parlamentar, se dá na disputa para o cargo eletivo de Deputado Federal, sendo derrotado quatro anos mais tarde na eleição para o cargo de Governador do Estado do Amazonas. Mas é em 2012, que Arthur Virgílio Neto, disputa novamente uma eleição para o cargo de prefeito da cidade de Manaus. Nessa época, ele já havia sido considerado um notório político e obtém sucesso em sua campanha. Disputou sua candidatura à prefeitura pelo Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, um partido fundado em 1988 com a premissa de igualdade social e condições mais justas para todos. Este é, em poucas palavras, um resumo do estatuto do partido que se encontra disponível na página da internet do próprio.

Arthur Virgílio Neto foi um dos fundadores do partido e segue nele desde então. No início do seu discurso de posse, as enunciações de Arthur para cidade de Manaus, enquanto prefeito eleito em 2013, são condizentes com o estatuto do partido, conforme pode ser observado na formação discursiva abaixo:

Se temos essa cidade que dispõe de recursos inferiores a demanda que está posta para qualquer administrador por mais exigente, por mais austero que ele seja, é verdade que é com esse instrumento que lhe damos, é com essa situação que convivemos, e é dessa forma que teremos que atuar, é com essas limitações que temos que resolver problemas, que encaminhar a solução de alguns, resolver definitivamente outros tantos, e sinceramente maneira muito franca, dizer ao povo sempre que não for possível resolver algo, com clareza, explicando muita paciência, com muito didatismo, com muita compreensão, com muito respeito, com muito espírito democrático, dizer sempre aquilo que não se pode fazer, porque sempre a

sociedade haverá de merecer de nós todo respeito, o mais aberto diálogo e mais absoluta consideração.

A carreira de parlamentar como a de diplomata, fez com que Arthur soubesse como se relacionar com as mais diversas autoridades, das mais diversas esferas de poder. Desde um líder sindical, um líder comunitário, como até mesmo um presidente da república, que atua com uma ideologia política divergente a dele.

Ao iniciar seu discurso de posse de 2013, na Câmara Municipal de Manaus, Arthur direciona um cumprimento formal a cada autoridade presente no recinto. Começando pelo presidente da Câmara, Arthur segue cumprimentando e estabelecendo relações das quais fazem ou farão parte de seu convívio enquanto prefeito, durante os próximos quatro anos de mandato.

Para efeito de ilustração, o recorte exibido abaixo é capaz de evidenciar de maneira arqueológica as possíveis relações de poder que poderão se estabelecer ao longo de seu discurso, dessa forma:

Excelentíssimo senhor Vereador Isaac Tayah, presidente da 15ª legislatura da Câmara Municipal de Manaus. Excelentíssimo senhor Doutor Wilson Duarte Alecrim, Secretário de Estado da Saúde neste momento, neste ato, representado o ilustre Governador do Estado, Doutor Omar Abdel Aziz. Sua excelência o senhor, Hissa Nagib Abrahão Filho, agora vice-prefeito, legítimo da cidade de Manaus. Sua excelência, a senhora Deputada Estadual Maria da Conceição Sampaio Moura, presidente em exercício da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. Sua excelência, o senhor Desembargador, Ari Jorge Moutinho da Costa, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Excelentíssimo senhor, Deputado Federal Pauderney Avelino, representante da Câmara Federal neste evento tão relevante para a cidade de Manaus. Excelentíssimo senhor Desembargador, Aristóteles Lima Thury, presidente em exercício do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Amazonas. Excelentíssimo senhor Desembargador Federal, Davi Alves de Melo Júnior, presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região. Sua excelência reverendíssima, Dom Luiz Soares Vieira, Arcebispo Metropolitano de Manaus. Sua excelência, senhor Doutor Francisco das Chagas Santiago Cruz, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas. Sua excelência o senhor conselheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Corregedor-Geral e presidente em exercício do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas. Sua excelência, o Major-brigadeiro do Ar, Marco Antônio Carvalho Peres, Comandante do 7º Comando Aéreo Regional. Sua Excelência, o senhor General, José Jaborandy, representando o Comando Militar da Amazônia. Sua excelência, o senhor Capitão, Paulo César Machado, Capitão dos Portos da Amazônia Ocidental representando o comando do 9º Distrito Naval. Ilustríssimo Reverendo, Pastor Jonatas Câmara, presidente da Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Amazonas. Sua excelência, o Senhor Doutor, Thomaz Afonso Queiroz Nogueira, Superintendente da Zona Franca de Manaus.

As relações com as autoridades que se mostram nos enunciados do discurso de posse de 2013 de Arthur, começam com o presidente da Câmara Municipal de Manaus, estende-se com o vice-prefeito eleito e segue com o Arcebispo Metropolitano de Manaus, além do presidente

da Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Amazonas e por último o Superintendente da Zona Franca de Manaus. É possível perceber que essas relações são funcionais para o propósito de governar uma cidade, pois elas, mesmo sendo de nível local, tem uma abrangência muito grande. O presidente da Câmara Municipal de Manaus, por exemplo, é capaz de articular com os vereadores para que atuem em prol do prefeito e ainda numa troca de favores, fazer com o prefeito aprove obras e serviços dentro de suas respectivas comunidades. Mesmo sendo uma obrigação do cargo de prefeito, esse método de barganha é comum na política. Aos olhos do povo, os vereadores são aqueles que intercedem por eles junto ao prefeito, e esse, por sua vez, atende aos pedidos dos vereadores.

Mas na prática, todo um jogo político toma forma e quem é capaz de ditar as regras tem a vantagem de conduzir a partida. Não necessariamente o prefeito dita as regras, mas ele, se for capaz, pode se tornar tanto um aliado como um adversário político formidável, vai depender dos interesses dos jogadores, poder arriscar perder a partida ou preparar o time para ganhar uma próxima. Muito vai depender do interesse de ambos e se também, haverá alguém habilidoso para ser o *middleman*, como são conhecidos os intermediários na política americana. O nosso *middleman*, por exemplo, poderia ser alguém do espectro ideológico partidário de centro, que possa atuar com facilidade e com a confiança entre os dois lados, desde que um deles não seja extremista – com os extremos a situação é sempre mais delicada – pois a possibilidade de interdição ou rarefação de negociações se torna bem mais provável do que se a liderança dos lados de direita ou esquerda – ou até mesmo os dois – não forem extremistas. O próprio prefeito pode ser o *middleman*, nesse caso, o próprio Arthur. Uma vez que ele procura estabelecer laços com todos os vereadores, sem distinção, conforme anuncia abaixo:

Eu me dirijo aos vereadores reeleitos aos vereadores que se elegeram para câmara municipal de Manaus, para dizer a eles que, eu entendo como Ullyses Guimarães entendia, como Tancredo Neves entendia, que o político de verdade, o homem público de verdade, devotado à causa pública, ele passa eventualmente pelo executivo, mas ele deve ser primordialmente, se ele é sério, primordialmente do Legislativo. E é falaciosa a ideia de que, o brilhante parlamentar fulano de tal e Carlos Lacerda desmentiu isso no Rio de Janeiro, a farta, o grande parlamentar fulano de tal haverá de não ser necessariamente um eficiente gestor público, como se, um medíocre parlamentar qualquer tivesse necessariamente que ser um bom administrador público, essa relação não é verdadeira, ela é falaciosa, alguém que saiba dialogar, e saiba respeitar as diferenças, que saiba respeitar diversidades, que saiba cumprir seus deveres traçando objetivos muito concretos e perseguindo esses objetivos até que eles estejam com a resposta dada à sociedade.

Para que seja possível evidenciar que tipo de poder essas relações resultam, antes, faz-se necessário ir em busca da verdade e do saber.

No discurso de posse de 2017, Arthur já tem uma relação com os vereadores que perdura desde o mandato anterior, mas reforça seu posicionamento quanto ao tratamento para com os novos vereadores, uma vez que, a cada nova eleição, novos vereadores são eleitos. Arthur ressalta a importância dos cargos de prefeito e vereador para o governo de uma cidade. Essa estratégia serve para fidelizar vereadores de qualquer partido, dando a eles poder para realizarem seus objetivos, e principalmente os de Arthur. Dessa forma, o poder de Arthur é reproduzido para ele mesmo. Palavras de encorajamento, sendo substantiadas por relatos de experiência, mostram que o prefeito reeleito tem o saber necessário para gerir:

Eu cuidando de todos os postos neste Estado, liderança de governo, senado da república, liderança de oposição, câmara dos deputados, uma trajetória comunga. Eu tive muita honra de exercer todos esses postos, passar todos esses cargos, mas aquele que mais me toca, que mais me comove, que mais me mexe, aquele que mais me provoca e aquele que mais me instiga, é precisamente este, o de dirigir a minha cidade e eu o faço pela terceira vez.

Tais palavras tem um efeito de verdade e que ainda não pode ser questionada pelos vereadores, pois não há saber suficiente por parte dos vereadores que possa refutar a verdade que Arthur expõe em seu discurso. Questionar a vontade de verdade nesse ponto, apenas iria reforçar a verdade que advém dos signos. Sobre a produção de verdade, Foucault (2006b) discorre:

Há efeitos de verdade que uma sociedade como a sociedade ocidental, e hoje se pode dizer a sociedade mundial, produz a cada instante. Produz-se verdade. essas produções de verdades não podem ser dissociadas do poder e dos mecanismos de poder, ao mesmo tempo porque esses mecanismos de poder tornam possíveis, induzem essas produções de verdades, e porque essas produções de verdade têm, elas próprias, efeitos de poder que nos unem, nos atam. São essas relações verdade/poder, saber/poder que me preocupam (p. 229).

A verdade, nesse ponto, mostra-se como sendo uma verdade produzida na discursividade política, isto é, uma verdade substantiada pela relação verdade/poder, em que ela só tem força pelos mecanismos de coerção que são evidenciados pelas relações entre o prefeito e as demais autoridades. Cabe ao prefeito, em sua relação com os vereadores, produzir uma verdade condizente com os seus conhecimentos sobre política. Nesse caso, Arthur é capaz de produzir verdade de acordo com o nível de autoridade em que o cargo dele encontra. Em outras palavras, a verdade produzida por Arthur em seu discurso, depende da força de coerção – enquanto prefeito legitimado – que ele pode exercer perante os vereadores. Vale ressaltar que a instituição é um desses mecanismos de coerção que legitimam o poder de Arthur enquanto

prefeito. O dispositivo analítico de poder, tem em seu conceito, para esta análise, a instituição Prefeitura de Manaus como alicerce para a validação do saber que advém do prefeito eleito e reeleito. No âmbito dos procedimentos de controle discursivos, a Prefeitura de Manaus, atua como sendo o alicerce que suporta a vontade de verdade no discurso de Arthur Virgílio Neto e essa própria vontade de verdade, também atua servindo de alicerce para discursividade política empregada e com isso, reforça a verdade que o prefeito que consolidar.

As práticas discursivas de Arthur Virgílio Neto, são especificamente o que dão origem ao seu saber. Em relação à gênese desse saber, é possível demonstrar, fazendo uso tanto do “Questionamento da vontade de verdade” quanto da “Restituição do caráter de acontecimentos do discurso”.

A saber, o papel de sujeito fundante, será atribuído a Arthur Virgílio Neto. Uma vez que ele, tem uma trajetória política com mais vitórias que derrotas – um veterano homem público – e conhece bem cada instituição onde atuou, inclusive a própria Prefeitura de Manaus, em um mandato anterior à 2013. A formação discursiva abaixo, referente ao discurso de posse de 2013, atesta esta atribuição:

[...]Jeu tenho a alma do parlamentar, eu passo pelo executivo volta e meia, fui ministro, chefe da secretaria geral da presidência da república, dirigi o meu partido por 3 anos, já é uma grande prefeitura, o PSDB nacional. Fui prefeito lá atrás, fui eleito Prefeito outra vez agora.

Há também nesse trecho correspondente ao discurso de posse de 2017, uma formação discursiva que reforça a escolha – do agora prefeito reeleito – de Arthur Virgílio Neto para a função de sujeito fundante:

Porque tenho muito respeito pela atividade parlamentar, muito. Vinte anos de envolvimento e meu vice-prefeito é um parlamentar que tem uma carreira semelhante no tempo, muito respeito [...] durante toda a minha longa permanência no parlamento, como deputado ou como senador, nenhum projeto meu que foi ao fim sem modificações, sem aperfeiçoamentos vindo de outros tempos, de outras mãos. Porque eu tenho uma enorme facilidade de lidar com o parlamento pelo respeito que tenho por ele, pelo acatamento que tenho por muitas das suas decisões, pela lição que tomei no governo que se encerra e que abre espaço para essa nova fase, este novo governo. A pioneira iniciativa das emendas parlamentares, numa época ingrata em que a mim eram negadas as emendas parlamentares pelo Governo Federal até então.

O primeiro passo em busca da verdade, é o questionamento da vontade de verdade, é definir quem é o sujeito fundante. Este, deve conhecer como a instituição funciona para poder questionar a vontade de verdade. Arthur Virgílio Neto, mostra-se exímio conhecedor da instituição e nas microrrelações de poder que ela exerce sobre a sociedade. Fica evidente que,

como prefeito reeleito, Arthur Virgílio Neto é capaz de produzir um discurso no qual os signos colocam em evidência uma verdade e que os significantes possam reforçar essa verdade. dessa forma, consolidando a verdade e exercendo poder.

O segundo passo a ser seguido é, a restituição do caráter do acontecimento do discurso. Funciona no âmbito da instituição Prefeitura de Manaus, a qual já foi definida como sendo o espaço para o sujeito e sua posição de fala. Esse passo, consiste em interpretar os signos que se fazem presentes dentro da instituição, ou melhor dizendo, todos os objetos que se encontram na Prefeitura de Manaus produzem um discurso. Esses discursos têm origem nos significados que remetem a uma verdade: que a verdade está nos significados dos objetos. Ainda nesse mesmo passo, vale ressaltar que, uma vez que existam discursos produzidos por esses objetos, há um campo discursivo – significantes – a serem interpretados. Partindo do feito que cada objeto gera um campo discursivo e a partir do momento em que um sujeito se encontra no âmbito da instituição, ele torna-se interlocutor desses discursos e passa compreender uma verdade que não só é mediada pelo objeto, mas pelo prefeito. Ao final dessa interpretação, os discursos têm seus significados restituídos à materialidade do objeto.

O terceiro passo, tratando também da análise discursiva, para evidenciar a verdade e o saber, é a suspensão da soberania do significante. Esse passo define o último parâmetro defendido por Foucault (1999): a mediação universal. Após a restituição dos significados dos signos, ao fim do segundo passo, a mediação empenha-se em manter a interpretação da verdade e do saber dentro do recorte, ou seja, as acepções de verdade e saber devem ser analisadas somente no que há de concreto nos discursos de posse de 2013 e 2017. Mesmo havendo uma discursividade acerca da gênese do saber e da verdade – todo o potencial de significado dos objetos da instituição – é necessário suspender a soberania do significante, dando sentido ao que há de consciente na discursividade apresentada nas formações discursivas enunciadas por Arthur Virgílio Neto. Com isso, a análise certifica um resultado imparcial e verídico, sem interpretação baseada em especulações ou projeções que possam vir a interditar o discurso por discordar da noção de autor e do ritual.

Portanto, ao evidenciar a verdade do discurso de Arthur Virgílio Neto – tanto no primeiro mandato em 2013 quanto no segundo em 2017 – questionando-se a vontade de verdade e a restituição do caráter de acontecimentos do discurso, temos a consolidação de uma verdade que atesta a gênese de um saber. Saber esse, que é o do próprio prefeito. Um saber que tange toda a discursividade política, um saber que engendra um poder que se exerce dentro e fora da instituição que dá suporte ao questionamento da vontade de verdade. Este é um saber que possibilita um efeito de verdade inegável àqueles com os quais se relaciona. O saber que

permeia o discurso de Arthur está evidenciado pelos relatos que o mesmo traz de suas experiências passadas. Um exímio articulador na arte política que envolve àqueles em sua volta e os fazem jogar o jogo político conforme suas regras. O saber da subjetividade do prefeito que resulta nesta análise, é o saber político.

Com a verdade e o saber já estabelecidos, agora trataremos de evidenciar as relações de poder, que estão presentes tanto nos sintagmas quanto no campo discursivo nos atos de posse de Arthur Virgílio Neto.

Um dos fatores que incidem poder sobre o sujeito é a instituição, pois a instituição, reflete a práticas não discursivas e por isso, exerce uma força de coerção. No que tange a instituição Prefeitura de Manaus, o prefeito, já em seu discurso, discorre sobre a forma de governar para obter resultados, e com isso, deixa clara a sua posição legítima de autoridade, caso os resultados não sejam satisfatórios. Discorre sobre o ato punitivo na forma de “trocar peças” caso necessário. A sua prática discursiva referente à punição daqueles sob seu comando, pode ser conferida neste recorte do discurso de 2013, na formação discursiva abaixo:

Não hesitaremos em trocar peças, se elas se revelarem incapazes de dar conta das exigências do Povo de Manaus, mas confiamos que escolhemos um secretariado de alto nível dentro de tudo aquilo que nos era permitido escolher e vamos sinalizar, desde logo, um governo forte, um governo democrático, governo doce, mas um governo enérgico, um governo que veio para dialogar o tempo inteiro, mas que veio com a definição inarredável de organizar a cidade de Manaus.

As relações que são estabelecidas na esfera estadual e na federal, tanto no discurso de posse de 2013 quanto no discurso de 2017, possuem uma força de coerção com maior amplitude, pois elas, abrangem: Deputados Estaduais, Secretarias Estaduais, Governo do Estado, Assembleia Legislativa do Estado, até os Tribunais Estaduais. Além, é claro, de contar com o apoio de comandos militares e religiosos da região. Todas essas relações, demonstram que o prefeito eleito, é capaz de se articular nas mais diversas esferas onde o poder pode ser exercido. Com o apoio de entidades religiosas, ele pode legitimar discursos para comunidades cristãs e conseguir estabelecer microrrelações de poder, pois envolve uma massa popular que se torna útil para os seus propósitos. Relações com as autoridades que presidem os Tribunais: de Contas, do Trabalho, de Justiça e Eleitoral, não permitem que se exerça uma força coercitiva sobre eles.

No caso da esfera federal, para poder exercer alguma força coercitiva por meio de seu discurso, o prefeito deve se encaixar nos requisitos de alguns controles discursivos, considerando o dito e o não-dito para compelir um efeito de verdade. Embora ele, Arthur

Virgílio Neto, enquanto prefeito, tenha sofrido com esses próprios procedimentos de controle. O prefeito teve seu discurso segregado, foi vítima dos procedimentos de rarefação. Isso quer dizer, que o discurso do prefeito, não tem acesso aos demais discursos de ordem estadual e federal. Em outras palavras, foi reprovado no “ritual”, pois não possui a qualificação necessária para ocupar uma posição de prestígio. A reprovação pelo conceito do “ritual” se dá exclusivamente nesse caso, por uma questão de circunstância, devido ao recorte da materialidade discursiva presente no *corpus*. Numa relação de nível inferior, a circunstância pode mudar e o discurso ser validado, gerando poder.

Uma vez reprovado no “ritual”, que é o primeiro filtro da rarefação, acaba-se sendo reprovado nos demais: sociedades de discurso, doutrina e apropriação social do discurso. Isto serve para justificar, porque não há uma relação de poder propriamente dita no primeiro mandato, embora algumas formações discursivas indiquem um relacionamento entre autoridades da esfera federal com a municipal. Nestas relações, Arthur não consegue utilizar os mecanismos que demarcam o poder, como: o efeito de verdade e o momento em que o poder se reproduz, mesmo contando com o apoio do Senado Federal, na pessoa de Eduardo Braga, conforme é possível evidenciar no trecho: *“Excelentíssimo senhor, Eduardo Braga que além de representar neste ato o Senado Federal tem sido um grande parceiro da cidade de Manaus.”*

No primeiro mandato, iniciado em primeiro de janeiro de 2013, com o Governo do Estado e os Deputados Estaduais, Arthur Virgílio Neto, consegue viabilizar obras e serviços de grande magnitude, o que satisfaz os interesses do Estado, assim como os da Prefeitura de Manaus, e com isso, fortalece a relação com os seus vereadores, pois, de certa forma, atende as solicitações de seus vereadores.

A parceria entre o Governo do Estado e a Prefeitura de Manaus estabelece uma relação de poder que serve ambas as partes. Uma relação fraterna, não como a dos vereadores e prefeito, mas dessa vez no sentido de irmandade. A discursividade que permeia essa relação, denota uma troca de favores, por esse motivo, os mecanismos de coerção que advém dos cargos de autoridade: Prefeito de Manaus e Governador do Estado do Amazonas, não são tão aparentes. A formação discursiva aponta para uma troca de saberes e uma verdade que se fortalece como uma troca de favores. Essa discursividade política é percebida pela escolha dos signos que o prefeito Arthur Virgílio Neto fez em seu discurso de 2013:

Atrito com ela, não pretendo nenhum, há um acordo muito avançado com o governador Omar Aziz com quem mantenho uma relação muito fraterna e que será fraterna também na ação conjunta de governo, está muito perto de nós chegarmos a um bom acordo com a empresa, verdadeira tarifa social. Ligação gratuita, paga por ela das novas casas que vão ser beneficiadas . Cronograma muito nítido do que vai

acontecer daqui a três meses, do que vai acontecer daqui a 6 meses, daqui há 1 ano. Estabelecimento bem claro do que vai investir a cada ano durante os quatro anos do nosso governo. Definição a favor do Povo de que não se pode cobrar 100% de taxa de esgoto, se não está fazendo esgoto para que o povo dele se beneficie, esses percentuais terão que ser revistos, essa é a posição do Governo do Estado é a posição da nova Prefeitura de Manaus e nós teremos a maior boa vontade de trabalhar com ela, há um contrato muito bem feito, muito bem amarrado, esse contrato por mim será cumprido, mas será cumprido se for cumprida a parte da empresa de colocar água nas torneiras dos Manauaras.

Nos ritos finais de seu discurso de posse de 2013, Arthur Virgílio Neto, reforça ainda mais a parceria com o Governo do Estado, na pessoa de Omar Aziz, a quem se declara um amigo pessoal. Esta formação discursiva, serve para evidenciar que há um efeito de sentido que anula a obrigatoriedade de se evidenciar o saber em função da verdade. Verdade essa que tem em seu campo discursivo, a amizade, a qual é evidenciada no recorte a seguir:

Faremos todas as parcerias, fraterna parceria com o Governador Omar Aziz de quem sou fraterno amigo pessoal. Parceria ativa com o Governo Federal, entendo que muito mais acertado do que o governo federal bater cabeça, dando isenções de nada resolve a economia brasileira de IPI que prejudica as pequenas prefeituras e atinge até as grandes prefeituras como é o caso de Manaus e tantas outras, e não resolve o problema do crescimento deste ano será abaixo de 1%, dizer com clareza e com lealdade ao Governo Federal com a lealdade de quem é ativo, coma lealdade de quem não aprendeu a bajular, que é muito mais interessante.

Em 2017, não há essa parceria com o Governador do Estado. Houve uma ruptura, por isso, não há sequer, uma citação ao Governador do Estado do Amazonas nos ritos iniciais e nem tampouco, alguma outra ao longo do discurso em que seja possível evidenciar por meio dos signos, uma possibilidade de relação de poder. Obedecendo aos requisitos da suspensão da soberania do significante: que simboliza a libertação das interpretações que possam vir a surgir do imaginário, devemos nos ater a materialidade do recorte discursivo, que por sua vez não evidencia nenhuma relação com o Governador do Estado. Essa ruptura da relação de poder fraternal entre Prefeitura e Estado, caracterizou-se não pelo cargo eletivo de governador, mas pelo sujeito, um amigo pessoal do prefeito.

A partir daí, as principais relações em que podem ser evidenciadas relações de poder, são oriundas das relações que se formaram principalmente em torno dos vereadores. Arthur consegue com esse discurso, um efeito de verdade, estabelecendo uma relação que vai além do poder que o seu cargo lhe proporciona, uma relação que transmite confiança surge com esse discurso, pois ele tem os saberes necessários para consolidar essa verdade em poder. Sobre como se dará essa relação, no discurso de 2013, Arthur retrata:

Esse alguém só ganhará no exercício de sua função executiva, se tiver, de preferência

uma boa passagem, uma passagem expressiva pelo legislativo, é isso o que eu digo ao vereadores todos, as vereadoras, que haverá sempre um tratamento muito fraterno de pai para a prefeitura que dirigirei e de parte da prefeitura que será codirigida pelo vereador ex-colega de vocês vice-prefeito Hissa Abraão. Nós sempre dialogaremos, em termos republicanos como agradecer o destino da câmara, em termos republicanos como é a nossa destinação, mas jamais haverá de nossa parte, nenhuma manifestação de insolência, de prepotência, jamais nenhuma manifestação de intolerância, de desrespeito a opositoristas que terão portas abertas para jogar conosco, jamais nada parecido com aquela ideia canesta, pequena mesquinha, de quem tem a chave do cofre do caso Executivo é mais importante do que quem exerce o Poder Legislativo, e aí eu aproveito para dizer, no respeito permanente que manteremos em relação ao judiciário, aproveito para dizer que, nós governaremos em consonância, com entrosamento absoluto com o Tribunal de Contas do Estado.

Nesse discurso de 2013, a forma que Arthur conduzirá o seu governo, perante os vereadores, será por meio de um poder que se caracteriza como sendo a de uma instituição familiar, ou seja, um poder patriarcal, no qual os vereadores passam a ter uma subjetividade institucional de irmãos, mesmo sendo opositores ideológicos entre si e o prefeito que se colocou como o pai dessa relação. Essa instituição familiar de poder patriarcal, atuará no âmbito de outra instituição, a prefeitura. Como o prefeito mesmo ressalta [...] haverá sempre um tratamento muito fraterno de pai para a prefeitura [...], em outras palavras, Arthur pede o respeito mútuo, em troca de uma relação com ele, para que possa ser proveitosa para ambos. O não-dito nesse ponto, refere-se a questão do poder e punição que o prefeito pode exercer, uma vez que essa relação já tem os parâmetros definidos e um acordo abstrato selado.

Aparentemente esta é uma estratégia de Arthur para que os vereadores tomem as ações que ele espera e que essas ações possam ser repetidas várias vezes. Dessa forma, ele sistematiza o comportamento, ou seja, Arthur cria uma relação na qual os seus próprios objetivos vão se concretizando junto com as dos vereadores. É uma relação de poder que pode se perpetuar durante todo o mandato, pois ainda existe uma força coercitiva proveniente do cargo de prefeito que também atua como uma força punitiva para aquele que não atingir os objetivos propostos. Althusser afirma que para manter sua dominação, a classe dominante gera mecanismos de perpetuação ou de reprodução das condições materiais, ideológicas e políticas de exploração. (BRANDÃO, 2006, p.23).

No discurso de posse de 2017, a formação discursiva abaixo, refere-se ao momento que o prefeito reeleito, cumprimenta as autoridades presentes. O mesmo rito se refaz, mas é um novo acontecimento, uma nova formação discursiva, que embora possa ser semelhante a anterior, numa ótica arqueológica, trata-se de um conjunto de implicações novas, conforme discursa o prefeito reeleito, Arthur Virgílio Neto:

Excelentíssimo senhor Vereador (inaudível) 16ª Legislatura da Câmara Municipal de Manaus. Excelentíssimo senhor, Eduardo Braga que além de representar neste ato o Senado Federal tem sido um grande parceiro da cidade de Manaus. Excelentíssimo senhor, Deputado Estadual Davi Antônio Almeida, representando a Assembleia Legislativa que preside o Estado do Amazonas. Excelentíssimo senhor, Desembargador Flávio Humberto Pascarelli Lopes, Presidente do Tribunal de Justiça do nosso Estado. Excelentíssimo senhor, Vice-Almirante Luís Antônio Rodrigues Hecht, Comandante do 9º Distrito Naval. Sua excelência reverendíssima, Dom Sérgio Eduardo Castriani, Arcebispo Metropolitano de Manaus. Excelentíssima senhora, Suzete Pereira dos Santos da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas. Senhor General de Brigada Franklimberg Freitas, representando o CMA - Comando Militar da Amazônia. Excelentíssimo senhor, juiz Francisco Nascimento Marques, membro da corte eleitoral que representa neste evento a luta do sindicalismo (inaudível) do Tribunal Regional Eleitoral. Excelentíssimo senhor, doutor Edmilson da Costa Barreto Júnior Procurador, chefe das unidades do Ministério Público Federal do Amazonas. Excelentíssima senhora, Desembargadora Eleonora Saunier Gonçalves, Presidente do TRT da 11ª Região. Excelentíssimo senhor conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas. Excelentíssimo senhor, doutor Carlos Alberto Sousa de Almeida Filho, Defensor Público Geral do Estado do Amazonas em exercício. Excelentíssimo senhor, Marco Aurélio de Lima Choy, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil seccional Amazonas. Excelentíssimo senhor, Marcelo de Sousa Pereira, Superintendente substituto da Zona Franca de Manaus. Sua reverendíssima, apóstolo Renê Augusto Terra Nova, queridíssimo amigo, Presidente da Igreja do Ministério Internacional da Restauração. Reverendíssimo pastor Moisés Melo, Vice-Presidente da Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Amazonas, um prezado amigo, companheiro de uma bela aventura que será governar Manaus nesta quadra. Deputado, ex-deputado hoje, Vice-Prefeito eleito, meu querido amigo, repito, Marcos Sérgio Rotta.

O dispositivo analítico de poder, serve de parâmetro para comparar as relações de poder entre os dois discursos de posse de Arthur. A formação discursiva acima, em seu recorte, não traz a ideia de uma relação patriarcal, outrora evidenciada entre o prefeito e os vereadores, nesse recorte, outra relação de poder é constituída. O que reforça a explicação de Foucault para táticas e procedimentos dentro do poder de disciplinar. Sobre o poder disciplinador, Foucault (1987, p. 143) diz que:

O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo.

Sobre os mecanismos que demarcam o poder: o efeito de verdade – já substanciado pela relação com o saber evidenciado – e o momento em que o poder se reproduz; a seguinte formação discursiva nos traz a ideia de adestramento, pois o prefeito reeleito utiliza-se das mesmas táticas e procedimentos com os novos e reeleitos vereadores. Este trecho, enfatiza que o poder patriarcal sobre os vereadores permanece e ainda uma outra relação de poder tem seu surgimento, um poder disciplinador:

Não há dois cargos, dois postos que sejam tão perto do povo quanto o de prefeito, em

segundo lugar, e em primeiro lugar, o de vereador. Eu não acredito em prefeito e nem em vereador que não vai a rua, não acredito em prefeito e nem governador que subsidiem o (inaudível), que não percebam que seus problemas são resolvidos enfrentando as ruas e não fugindo delas.

Em ambos os discursos há uma relação de poder entre o prefeito e os vereadores. Esta relação, ou relações – considerando existir pelos menos duas no segundo mandato – estão além dos signos, ou melhor dizendo, elas estão no não-dito do discurso. Ao se tratar o campo discursivo dessas relações, é possível chegar nas microrrelações de poder, desta vez entre os vereadores e o povo. O povo é composto por indivíduos que se tornam objeto de desejo dos governantes. Controlar o povo é essencial para controlar o poder. Principalmente por se tratar de uma massa muito poderosa, e que eventualmente num movimento, pode destituir um político do poder. O povo tem seu contato mais próximo com o poder público por meio dos vereadores. É nesse momento que microrrelações de poder tomam forma, conforme descreve o teórico:

“Adestra” as multidões confusas, móveis, inúteis de corpos e forças para uma multiplicidade de elementos individuais – pequenas células separadas, autonomias orgânicas, identidades e continuidades genéticas, segmentos combinatórios. A disciplina “fabrica” indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo objetos e como instrumentos de seu exercício (FOUCAULT, 1987, p. 143).

Das relações de poder evidenciadas em ambos os discursos, temos uma relação patriarcal, mesmo que o signo utilizador por Arthur Virgílio Neto, seja o “fraterno”, pois o verdadeiro sentido se dá no significante e não no significado, e ainda, temos o poder disciplinador. Em relação aos vereadores e o povo, há uma relação de poder característica de um poder pastoral, aquele em que o discurso arrebanha seguidores professando uma verdade e que atende aos desejos e necessidades do povo. Ainda sobre o pastoral, não há enunciação por parte dos vereadores, quem descreve essa relação de poder é o Arthur Virgílio Neto, porque é do conhecimento dele, que entre ele e o povo, estão os mediadores, estão os vereadores que exercem esse poder sobre o povo.

O poder patriarcal é evidenciado nos discursos de 2013 e 2017, embora no discurso de reeleição, esse poder está sendo continuado, sem ter um surgimento evidenciado por signos. Enquanto o poder disciplinador, surge somente no discurso de posse da reeleição. Essas três formas de poder, estão relacionadas exclusivamente aos vereadores.

5.2 Modos de subjetividade que possibilitam o surgimento do discurso aqui evidenciado - discurso de posse de 2013

Para chegarmos os modos de subjetividade de um sujeito, vamos inquirir os discursos de posse que constituem o *corpus*. O caminho a ser traçado será dividido em duas partes, uma para cada discurso, uma vez que estamos apurando a subjetividade em cada um deles.

Quanto aos discursos de posse, na averiguação dos signos, serão feitos os recortes necessários que caracterizem as práticas discursivas do sujeito Arthur Virgílio Neto, o prefeito.

A partir deste ponto, a sequência de sintagmas que revelarem possuir um teor discursivo, ou seja, se o campo dos significantes, revelar realmente que o recorte, refere-se as práticas do sujeito, poderemos analisar o campo das ideias por meio da genealogia do poder de Foucault. E com isso, revelar os modos de subjetividade.

Chegar a esse ponto, requer rever as táticas dispostas no capítulo teórico da pesquisa, para que fique claro o resultado da investigação.

O sujeito discursivo baseado nas acepções de Foucault, é a engrenagem que se encontra no centro do mecanismo que movimenta o discurso. O sujeito foucaultiano, só pode ser revelado quando se tem a análise do saber-poder e da verdade, porque estes são os fatores que o constituem. Foucault (2006a), defende que o sujeito é constituído **pelo que faz:** pela atividade que o sujeito exerce e se reconhece em suas práticas. **Como faz:** tratando dos valores éticos e morais inerentes as atividades, como a verdade. **O que sabe fazer:** considerando o saber e a discursividade em que essas práticas se realizam. Além de revelar como esses **modos de subjetividade se relacionam com o poder**. A nossa investigação, **busca chegar ao cerne** em que os modos de subjetividades se revelam.

Tendo em vista o resultado das análises da verdade e do saber-poder, iniciamos a investigação com base no discurso de posse de 2013, destacando a primeira formação discursiva:

Se temos essa cidade que dispõe de recursos inferiores a demanda que está posta para qualquer administrador por mais exigente, por mais austero que ele seja, é verdade que é com esse instrumento que lidamos, é com essa situação que convivemos, e é dessa forma que teremos que atuar, é com essas limitações que temos que resolver problemas, que encaminhar a solução de alguns, resolver definitivamente outros tantos, e sinceramente maneira muito franca, dizer ao povo sempre que não for possível resolver algo, com clareza, explicando muita paciência, com muito didatismo, com muita compreensão, com muito respeito, com muito espírito democrático, dizer sempre aquilo que não se pode fazer, porque sempre a sociedade haverá de merecer de nós todo respeito, o mais aberto diálogo e mais absoluta consideração.

Acima temos uma formação discursiva, em que os signos não retratam explicitamente, um conjunto de procedimentos ou atividades que sejam coerentes com as de um prefeito. Mas

transparece em sua camada discursiva, a ideia de que, o Arthur Virgílio Neto empossado em 2013, é um sujeito com vasta experiência na tratativa de conflitos. Pois, ele procura primeiro o diálogo ao invés da imposição de autoridade, como demonstrado abaixo:

Esse alguém só ganhará no exercício de sua função executiva, se tiver, de preferência uma boa passagem, uma passagem expressiva pelo legislativo[...] Nós sempre dialogaremos, em termos republicanos como agradecer o destino da câmara, em termos republicanos como é a nossa destinação, mas jamais haverá de nossa parte, nenhuma manifestação de insolência, de prepotência, jamais nenhuma manifestação de intolerância, de desrespeito a opositoristas que terão portas abertas para jogar conosco, jamais nada parecido com aquela ideia canesta, pequena mesquinha de quem tem a chave do cofre do caso executivo é mais importante do que quem exerce o poder legislativo, e aí eu aproveito para dizer, no respeito permanente que manteremos em relação ao judiciário, aproveito para dizer que, nós governaremos em consonância, com entrosamento absoluto com o Tribunal de Contas do Estado.

O prefeito eleito transmite em seu discurso, muita propriedade quando se trata de fazer o que é correto. O texto abaixo remete a ações futuras, mas ainda assim, estão dentro das formações discursivas que podem ser analisadas pelas arqueologia do saber de Foucault, isto é, estão descritas por meio dos signos e seus significados e por isso se enquadram no recorte da materialidade que preza a “suspensão da soberania do significante”:

Até antecipando, até consultando, até perguntando se o que se pretende fazer está certo, para não se fazer errado, que pretendemos administrar e governar ouvindo o Ministério Público, cujo as prerrogativas não queremos que sejam diminuídas em nenhum milímetro que o Ministério Público vem amadurecendo ano após ano e que vira uma instituição de cabelos grisalhos, se revela essencial para o combate a esse fenômeno terrível, desgraçado, da corrupção em nosso país. Governaremos com o Ministério Público, até porque não pretendemos driblá-lo, não pretendemos nada que não seja a porta frontal da ligação com a sociedade, do respeito às leis, da legalidade de nossos atos, na transparência das nossas ações de governo e na certeza, de que procedendo assim, no respeito ao Legislativo, no acatamento ao Judiciário, na audiência ao Tribunal de Contas do Estado, Na audiência ao Ministério Público, nós faremos o Governo eficaz democrático, Governo que respeitará dinheiro público, do primeiro ao último real, do primeiro ao último minuto do mandato.

A formação discursiva acima, dentro de sua discursividade, reflete práticas de uma subjetividade que visa obedecer às leis, as autoridades, sem querer abusar do poder ou tomá-lo para si. As práticas discursivas evidenciadas, constataam um zelo pelo poder público em qualquer esfera de atuação. Até o momento, começa a surgir uma subjetividade que se mostra íntegra para com o serviço público em geral. A formação discursiva abaixo, reforça esse argumento.

Manaus precisa que cada um respeite o direito do outro e Manaus precisa de quem a governe sem pensar na próxima eleição, de quem a governe imaginando de que tudo vai sair muito bem, haverá futuro político para o jovem e brilhante Hissa Abraão e

quem sabem em algum futuro político para o veterano homem público que eu sou. Mas a preocupação não é essa, a preocupação é fazer as concessões que a governabilidade exige dentro de padrões éticos, padrões corretos, padrões justos e não fugir de desgaste quando os desgastes exigirem de nós uma atitude a favor de Manaus.

Além da integridade que pode ser evidenciada, há também traços da personalidade do sujeito – traços que remetem aos modos de subjetivação que o impelem de suas atividades – que de certo modo, soma-se como sendo mais uma característica considerada positiva, no que tange o conceito de cidadão de bem. Essa característica destaca-se na formação discursiva abaixo, não só pela escolha dos signos empregados, como também dos significados e significantes que deles resultam.

Nós começaremos hoje. Hoje começaremos uma operação forte de limpeza da cidade, e amanhã teremos o início de 15 dias que serão velozes, intensos, envolvendo assinatura de decretos de importantes, envolvendo atitudes símbolos com coisinha para instalação do governo que funcionará lá também e em parte no Palácio Rio Branco para mostrar que nós temos um compromisso com a regeneração do centro. E um governo, que partirá logo, tem que tapar o buraco? Vamos tapar o buraco. Tem que fazer pequenas intervenções no trânsito, viárias? Vamos fazer as intervenções viárias, rápidas, tem que enfrentar a crise do lixo? Vamos enfrentar crise do lixo, com coragem com destemor, tem que tomar algumas atitudes? Eu até anuncio. Carreta não trafegará durante o dia em Manaus (inaudível com aplausos). e é falacioso outra vez se dizer que isso atrapalha empresas ou o desenvolvimento da economia porque não atrapalha. Vamos estabelecer um esquema racional, mas que signifique a manutenção do nosso compromisso como tornar mais fluido trânsito, mais racional à vida dos cidadãos desta cidade.

No recorte acima, os signos como: compromisso, enfrentar, coragem, destemor e racional, tem em seus significados uma característica positiva, altruísta. Em seu campo discursivo, cada signo desencadeia uma sequência de pensamentos que reforçam a subjetividade como sendo íntegra. O conjunto de ações que o prefeito expõe em seu discurso de posse de 2013, o coloca como sendo um sujeito que transmite verdade em seus dizeres, um sujeito que sabe o que fazer e como fazer.

Podemos, com clareza, com base nas formações discursivas já expostas, nomear a atividade do sujeito que acarreta no primeiro modo de subjetividade: como fazer (ou atividade do sujeito). Portanto, temos um “sujeito político”. Para endossar o primeiro resultado obtido, o sujeito se autodeclara um político experiente, conforme a formação discursiva abaixo.

Quando eu fui Prefeito há 20 anos atrás, havia um problema grave de transporte, hoje há um problema grave de trânsito e outro problema grave de transporte, e isso precisa ser encarado com muita técnica e ao mesmo tempo com muita determinação para chegarmos os acertos.[...] Vamos dialogar de maneira ativa quais empresas de ônibus, nada contra, eu jamais ganhei um só voto em eleição nenhuma minha, fazendo

propaganda contra tarifa, jamais é só ir aos anais de todas as minhas campanhas, jamais antes e agora depois de velho, jamais depois acontecerá isso.

Referente ao segundo modo de subjetividade: Como faz (ou modo como realiza as suas práticas), temos nas formações discursivas abaixo, os recortes necessários para evidenciar e corroborar o resultado. Vale ressaltar que, num viés analítico, a imparcialidade é de fundamental importância para legitimidade da análise e por conseguinte do resultado.

Aos meus secretários, eu recomendo austeridade, nós vamos ter que maximizar aplicação cada real, de cada centavo para que possamos economizar inclusive recursos para o verão, teremos um só verão antes da Copa.[...]Numa empresa privada não se deixa luz ligada quando se acaba uma reunião, na empresa pública alguém acha que deve deixar a luz ligada, nós vamos exigir que desligue a luz, que se desligue o ar-condicionado, se poupe na água, se poupe no gás, se poupe na passagem aérea, se poupe na diária, o hotel vai ser um hotel moderado. Só vai para o hotel quem for pernoitar em Brasília. Se basta um, não precisa ir dois, se foram necessários os dois, não irão três. Haverá austeridade, e esse sacrifício todo, ele para que nós possamos investir nas atividades fim, na melhoria da qualidade de vida do povo de Manaus.

O recorte acima, traz uma formação discursiva, em que a ideia do caráter do prefeito eleito é revelada na discursividade política. Consequentemente, questões de ordem ética e moral, prevalecem nesse campo de ideias. A forma como Arthur Virgílio Neto realiza suas práticas políticas, a maneira como ele trata os conflitos, nas decisões de ordem pessoal e coletivo, o jeito que transparece por meios dos signos e significantes, é o modo de subjetividade como ele reconhece a si próprio: um “sujeito honesto”.

E formação discursiva abaixo, sustenta o resultado, com base nos signos e também no teor discursivo que se forma no recorte.

[...] muitas vezes o administrador se depara entre escolher, optar entre o desagradável e o desastroso. O desagradável é tomar atitudes que às vezes contrariam interesses e dão àquele desgaste imediato, momentâneo que eu espere que passe. O desastroso é fingir que não está vendo o problema, o desastroso é a alienação, o desastroso é a covardia política, o desastroso é acumular mais problemas, o desastroso é fingir que não se está vendo uma cidade que está perdendo a luta contra sua própria história, uma cidade que comprometendo seu futuro, uma cidade que está comprometendo o futuro dos seus filhos.

Na investigação sobre as práticas discursivas, há indícios que comprovam tanto o saber como *espisteme* – previamente evidenciado como “saber político” – como o saber que advém das práticas em que o sujeito político, Arthur Virgílio Neto, se reconhece. Há também, de se considerar, nesse caso, a questão das práticas não discursivas. Em relação as práticas não

discursivas, vale ressaltar que, as mesmas se realizam em âmbito institucional, ou seja, na Prefeitura de Manaus. Isto é um outro modo de dizer que, as formações discursivas deverão apresentar em sua discursividade, as noções de: campo, posição, região, território e tempo, de modo que demonstre a constituição de um saber dentro de um domínio de discursividade.

As formações discursivas que são capazes de evidenciar o terceiro modo de subjetividade investigado, deve causar um efeito de verdade, conforme recorte abaixo.

Não temos e não teremos a pretensão de sermos infalíveis nas nossas ideias, não somos donos da verdade, estaremos muito abertos para ouvir, acredito na democracia, faremos um governo democrático, democrático de verdade.

Na formação discursiva acima, os sintagmas: “não somos donos da verdade” e “democrático de verdade”, além de terem um significado condizente com a proposta de investigação, tem em seu teor discursivo um efeito de verdade que se realiza com as evidências de um saber.

A proposta do prefeito em como articular, em relação à população, os problemas que poderão ser enfrentados em sua gestão, denotam uma experiência que transparece no saber que fora evidenciado nas relações de poder: o saber político.

Logo, “o que sabe fazer”, que é o terceiro modo de subjetividade, o qual podemos com nitidez, é evidenciá-lo como: “sujeito que domina a discursividade política”.

Este domínio da discursividade política, este saber político, pode ser analisado na formação discursiva abaixo.

Fugindo do diálogo com a população, recuar diante os problemas, aparecer somente nas horas melhores, é típico de políticos que a meu ver não deveriam mais ter lugar neste país, neste Estado, neste município, ao contrário, quanto mais nós tivermos a convicção de que há problemas graves a serem enfrentados, mais febril e fortemente nós (inaudível) problemas, se há uma crise num bairro, estaremos no bairro, se há reclamação, estaremos ouvindo reclamações, se há soluções que não podem ser dadas, diremos de frente que aquelas soluções não podem ser dadas.

O último modo de subjetividade a ser evidenciado, trata das relações de poder. Desta forma, o conjunto de práticas discursivas e não discursivas que evidenciaram os três primeiros modos de subjetividade, serão o alicerce para o aparecimento dessas relações de poder, ou seja, o conjunto de formações discursivas presentes na investigação genealógica das relações de poder.

Neste primeiro recorte, é possível evidenciar pela sequência de sintagmas das formações discursivas, uma discursividade que evidencia o surgimento de uma relação de poder, relacionada ao saber, a verdade e a subjetividade de Arthur Virgílio Neto. Para efeito de

esclarecimento, tanto o saber, a verdade e a subjetividade, já se encontram relacionados aos três modos de subjetividade evidenciados anteriormente.

Portanto, os sintagmas abaixo, são capazes de evidenciar o mesmo poder, outrora investigado pela genealogia do poder: um poder patriarcal.

- *político de verdade; o homem público de verdade; devotado à causa pública; alguém que saiba dialogar; saiba respeitar as diferenças; saiba respeitar diversidades; saiba cumprir seus deveres traçando objetivos muito concretos e perseguindo esses objetivos até que eles estejam com a resposta dada à sociedade;*
- *isso o que eu digo aos vereadores todos; haverá sempre um tratamento muito fraterno de pai para a prefeitura; parte da prefeitura que será co-dirigida pelo vereador ex-colega de vocês vice-prefeito Hissa Abraão.*

À vista disso, conclui-se a análise do discurso de posse de 2013, com a descrição dos resultados dos modos de subjetividade que possibilitaram o surgimento do discurso aqui evidenciado.

5.3 Modos de subjetividade que possibilitam o surgimento do discurso aqui evidenciado – discurso de posse de 2017

Para esta análise, partiremos das formações discursivas para evidenciar os quatro modos de subjetividade que Foucault sugerem em “A Hermenêutica do Sujeito”. Uma vez que os conceitos teóricos – do saber-poder, verdade, subjetividade e formação discursiva – assim como a abordagem investigativa – a genealogia do poder de Foucault – permanecem os mesmos. Entretanto, mesmo tendo características semelhantes às da análise do discurso anterior – o discurso de posse de 2013 – é importante deixar esclarecido que, um novo discurso é um novo acontecimento.

O discurso de posse, proferido por Arthur Virgílio Neto, prefeito reeleito, em 01 de janeiro do mesmo de 2017, tem a mesma natureza que o anterior. Por isso, é capaz de apresentar proposições que se assemelham, embora as personagens do discurso – autoridades políticas, militares e religiosas – possam ser constituídos por sujeitos diferentes, o que possibilita o aparecimento ou não, de novas relações.

O primeiro modo de subjetividade a ser investigado, está relacionado a atividade que o sujeito central do discurso realiza. É nessa atividade em que o próprio sujeito se reconhece, é “pelo que faz”, ou seja, os recortes necessários para evidenciar esse modo de subjetividade, devem estar relacionados as práticas, discursivas e não discursivas, exercidas por Arthur

Virgílio Neto. As práticas devem esclarecer as atividades, não sendo obrigatório a presença de signos cujo os significados apontem na mesma direção. As práticas são evidenciadas no campo discursivo. Sendo assim, a formação discursiva abaixo se enquadra nesses requisitos.

Porque tenho muito respeito pela atividade parlamentar, muito. Vinte anos de envolvimento e meu vice-prefeito é um parlamentar que tem uma carreira semelhante no tempo, muito respeito. Eu entendo que eu falava isso a um grupo de vereadores que o parlamento educa. O executivo de certa forma ele deseduca, ele precisa de um parlamento. E é fundamental que passe pelo executivo que tenha experiência no legislativo. Porque um projeto de lei que é aperfeiçoado por colegas daquele que apresentou (inaudível), é assim que é. Nenhuma ideia minha, nenhum projeto meu, durante toda a minha longa permanência no parlamento, como deputado ou como senador, nenhum projeto meu que foi ao fim sem modificações, sem aperfeiçoamentos vindo de outros tempos, de outras mãos. Porque eu tenho uma enorme facilidade de lidar com o parlamento pelo respeito que tenho por ele, pelo acatamento que tenho por muitas das suas decisões, pela lição que tomei no governo que se encerra e que abre espaço para essa nova fase, este novo governo.

O trecho “Porque tenho muito respeito pela atividade parlamentar, muito. Vinte anos de envolvimento e meu vice-prefeito é um parlamentar que tem uma carreira semelhante no tempo, muito respeito.”, imbui logo de início a ideia da experiência de gestão pública, da liderança. Uma experiência adquirida ao longo de vinte anos de vida pública, mas além disso, descendo para camada discursiva do recorte acima, ainda é possível detectar que essas práticas possivelmente estabelecem relações de poder em diversas esferas.

Assim como na análise anterior, por se tratar de um discurso de ordem política, pelo fato de ser o mesmo sujeito, que se reelegeu para o mesmo cargo e que mesmo que agora ele tenha vinculado as mesmas parcerias ou relações de poder diferentes, o resultado dificilmente seria outro. Mesmo com o resultado desse modo, sendo o mesmo, isto não quer dizer que a análise em si, não tenha a mesma importância e propriedade intelectual da anterior. Então, fica estabelecido, no discurso de posse de reeleição de Arthur Virgílio Neto, que o modo de subjetividade relacionada às atividades, é o: sujeito político.

Isto posto, cabe agora elencar uma formação discursiva que reforce este resultado.

Eu cuidando de todos os postos neste Estado, liderança de governo, senado da república, liderança de oposição, câmara dos deputados, uma trajetória comunga. Eu tive muita honra de exercer todos esses postos, passar todos esses cargos, mas aquele que mais me toca, que mais me comove, que mais me mexe, aquele que mais me provoca e aquele que mais me instiga, é precisamente este, o de dirigir a minha cidade e eu o faço pela terceira vez.

Ao investigar o discurso da jurisdição consecutiva de Arthur Virgílio Neto, em busca do surgimento – dentro da discursividade da materialidade do discurso – do segundo modo de

subjetividade: Como faz (ou modo como realiza as suas práticas), no discurso de reeleição, é notável que esse discurso, possui características que refletem a confiança em si mesmo, fruto da experiência adquirida. Diferentemente das formações discursivas do discurso de 2013, onde o mesmo alegava sempre ser honesto, ativo e austero. A diferença marcante nesse discurso em relação a esse modo de subjetividade, é justamente pelo fato de Arthur Virgílio Neto, já estar consolidado como um sujeito, cujos valores morais, éticos e universais não precisam mais serem postos à prova. Isto é, não é mais necessário dispendir um discurso alegando sempre a sua honestidade. Dessa vez, ele discursou dando ênfase à experiência adquirida e aos cargos eletivos pelos quais passou. Com isso, fica definido que o modo de subjetividade relacionado à conduta e ao qual ele próprio se reconhece, é: sujeito com vasta experiência política. os requisitos necessários para salientar questões que tenham a ver com a virtude, como a moral, a ética e valores universal dentro da discursividade política. Para endossar esse resultado, basta analisar a formação discursiva abaixo mediante as práticas evidenciadas.

Eu disputei treze eleições na minha vida, venci nove das treze e apenas uma com resultado não contestado, apenas um, as outras três, a torcida do Flamengo dizia que eu não tinha perdido e a torcida do Vasco dizia que eu tinha perdido, mas ganhei (inaudível) com ajuda de companheiros, com ajuda de lealdade, sobretudo mergulhando e procurando cada vez mais me manter perto do sentido pelo povo.

Uma das características que fazem possível evidenciar o terceiro modo de subjetivação é a experiência. Este modo, deve possuir como um fator, a verdade, ou melhor, um efeito de verdade que é legitimado pela própria experiência. Como já foi comprovado na materialidade discursiva e evidenciado o modo de subjetividade que se relaciona com a experiência, cabe agora, nas formações discursivas, buscar investigar as experiências e descobrir em qual – embora possa mais de um – campo do saber ela se enquadra. Isto feito, o modo de subjetividade pode ser evidenciado com clareza. A seguir, o recorte abaixo, traz em sua discursividade a ideia da relação experiência-saber a qual buscamos.

Eu digo também que (inaudível) eleições, então para quem disputou treze eleições, venceu nove, nove posses, é mais uma posse? Nunca é mais uma posse. Na de hoje, ela teve sim toques, toque muito surpresa para mim, um toque muito comovente, como receber a chave da cidade da mulher que eu amo.

Na formação discursiva apresentada acima, a experiência é comprovada. E denota com seus significantes, que essa experiência advém da discursividade política, a qual o prefeito reeleito mostra-se dominar. Isto posto, é possível comparar o resultado deste terceiro modo de

subjetivação com esse mesmo modo no discurso anterior. Pois, mesmo que os signos e seus significados não sejam semelhantes entre si e, ao passo que apontam para uma significação diferente nos dois discursos, ainda assim, é na discursividade que se comprova que o resultado é o mesmo, pois pertencem à mesma discursividade. Com isso, podemos dar o mesmo nome: modo de subjetividade do “sujeito que domina a discursividade política”.

Para ficar mais perceptível, a formação discursiva abaixo traz à tona essa discursividade.

Deputado Federal duas vezes, senador exercendo as funções de liderança que me couberam exercer, tendo passado pelo (inaudível), chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, e aqui eu estou, como se fosse a primeira vez. Porque o segredo do parlamentar em Manaus é fazer cada dia como se aquele dia fosse o primeiro e exercitar cada momento como se aquele momento fosse o último.

Com os três modos de subjetividades devidamente evidenciados, o último passo é relacioná-los com o poder. Não que haja essa obrigação por parte do analista, mas seguindo os conceitos investigativos da genealogia do poder, é fatal que tais modos exerçam uma força de coerção, não somente entre eles, mas para com o sujeito que profere o discurso.

Na investigação das relações de poder do discurso de posse de 2017, foi possível evidenciar um poder pastoral entre os vereadores e o povo. Este poder é caracterizado nas enunciações de Arthur Virgílio Neto, isso quer dizer que os vereadores não se manifestam como um sujeito do discurso. Desta forma, cabe a implicação de que a relação de poder pastoral, entre os vereadores e o povo, não se caracteriza como uma investigação necessária para determinar os modos de subjetividade.

Sendo assim, a investigação se dá por meio das práticas discursivas de Arthur Virgílio Neto, em que as relações de poder se manifestam. Conforme Foucault (1987), quando se disciplina uma massa – antes inútil do ponto de vista político – é possível determinar a “vontade” dela, fazendo com que ela seja produtiva para um determinado objetivo, nesse caso, a obtenção de votos. Esse adestramento, pode ser comprovado no discurso da reeleição em 2017, quando a técnica da “disciplina” é implementada na aproximação junto ao povo, como retratam os trechos:

- *Não há dois cargos, dois postos que sejam tão perto do povo quanto o de prefeito, em segundo lugar, e em primeiro lugar, o de vereador;*
- *Eu não acredito em prefeito e nem em vereador que não vai a rua, não acredito em prefeito e nem governador que subsidiem o (inaudível), que não percebam que seus problemas são resolvidos enfrentando as ruas e não fugindo delas.*

Na formação discursiva abaixo, referente aos trechos acima, é possível extrair o necessário para a comprovação da relação de poder, ao acessar a sua camada discursiva:

Não há dois cargos, dois postos que sejam tão perto do povo quanto o de prefeito, em segundo lugar, e em primeiro lugar, o de vereador. Eu não acredito em prefeito e nem em vereador que não vai a rua, não acredito em prefeito e nem governador que subsidiem o (inaudível), que não percebem que seus problemas são resolvidos enfrentando as ruas e não fugindo delas.

Com isso, podemos com clareza, enunciar que o modo de subjetividade, que trata de relacionar todos os modos ao poder, está caracterizado como um “poder disciplinador”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No mundo em vivemos, importantes decisões precisam ser tomadas todos os dias e a qualquer momento. Estas decisões geralmente são reflexo de nossas experiências, do nosso saber, da verdade que carregamos conosco e das relações de poder que circundam os acontecimentos. Estar ciente de cada decisão, estar consciente de seus efeitos e decidir de maneira estratégica sobre cada decisão, é fundamental para um sujeito que está incluso numa sociedade em que as verdades sofrem uma alteração com um dinamismo muito rápido.

O caminho percorrido até aqui, perpassa acontecimentos já consolidados num momento histórico. São discursos dos quais as vozes ainda ecoam e que, portanto, ainda podem ser analisados por uma ótica diferente, com princípios investigativos centrados numa estratégia dinâmica, capaz de se adaptar a qualquer época ou campo do saber.

As análises realizadas nesse trabalho, foram realizadas com os princípios investigativos propostos por Michel Foucault ao longo de sua vida, ao longo de sua bibliografia. Vários conceitos foucaultianos foram trabalhados para se chegar aos resultados obtidos. Por se tratar de um filósofo de formação e não de um teórico metodista, Michel Foucault nos fez entender e enxergar de maneira intelectual como se dá o discurso, como se dá a sua ordem. As abordagens que o filósofo utilizou para explicar os acontecimentos que estudou, muitas vezes parecem ser uma história contada, um relato, uma resenha histórica, mas que na verdade, há todo um construto trabalhado nas entrelinhas, no não-dito.

Foucault nos fez alcançar camadas interpretativas que inicialmente não eram possíveis. Nos proporcionou um deslocamento para alcançarmos a verdade que estava implícita em cada movimento, em cada formação de ideias, em cada formação discursiva. Causou um deslocamento de nossa zona de conforto, de quem estuda, de quem encontra as suas repostas nas devidas interpretações textuais sem a menor dificuldade.

Na *Ordem do discurso* (1999a), Foucault adverte para a criação de algo novo, não no sentido de inovação, mas no sentido de, não se repetir o que já está dito, do que já está interpretado. Para Foucault, analisar o discurso, é tentar entender as relações que não estão aparentes, é chegar ao cerne de uma problematização com princípios conceituais que beiram a ciência. É não fazer discurso sobre discurso, uma vez que o discurso já está feito. Uma das inquietações de Foucault reproduzida na fundamentação teórica e também no processo de análise, é justamente essa: fazer algo diferente, algo melhor ou não; apenas algo que seja uma produção intelectual autêntica.

As análises foram constituídas pelos discursos de posse de Arthur Virgílio Neto, um político, cujo a campanha o elegeu em 2013 e com o resultado do seu trabalho durante o mandato, pode se reeleger.

Para responder as seguintes perguntas de pesquisa: “Quais os modos de subjetividade que possibilitam o surgimento do discurso aqui evidenciado?” E, “Quais são as relações de poder estabelecidas pelo dispositivo analítico?” Foram percorridas etapas essenciais para se chegar ao entendimento do processo de análise como: levantamento da bibliografia, fundamentação teórica e procedimentos de análise.

As relações de poder foram evidenciadas por meio do dispositivo analítico, um conceito teórico sobre como abordar: a verdade, o saber e o sujeito e como estes conceitos se relacionam com o poder. No primeiro discurso, chegamos a conclusão de que o poder ali estabelecido é de característica patriarcal, pelo fato do tipo de relacionamento que fica evidente na tratativa entre a pessoa de Arthur Virgílio Neto e os vereadores. No segundo discurso, o poder que surgiu, foi o poder disciplinador, pois a tratativa entre o prefeito reeleito, Arthur Virgílio Neto, e os demais vereadores, passaram pelas táticas de adestramento disciplinar. O poder disciplinar dá continuidade ao poder patriarcal descrito no primeiro discurso, e embora ele não tenha surgido no segundo, as formações discursivas trazem à tona de que ele ainda persiste, por isso há duas relações de poder estabelecidas no segundo discurso.

Sobre a posição de fala, espaço e tempo, foi estudado a questão da instituição Prefeitura de Manaus e como ela exerce uma força coercitiva nas relações entre os eixos de estudo foucaultiano. A Prefeitura de Manaus, exerce práticas não-discursivas, que servem para influenciar a interpretação do discurso por meio de seus objetos e significados.

Os modos de subjetividades são características que compõem aspectos do sujeito, o que o tornam uma subjetividade específica. Para responder a segunda pergunta de análise, sobre esses modos de subjetividade, foi investigado as formações discursivas que residem no corpus, em busca das práticas do sujeito, em busca dos atos praticados por Arthur Virgílio Neto. As práticas discursivas, referem-se essencialmente ao sujeito, e acontecem na materialidade do discurso. Devem conter em seu campo discursivo, os conceitos teóricos dos eixos de estudos foucaultiano, como: o poder, o saber, a verdade, e como eles se relacionam, para que seja constituída uma subjetividade.

Os modos de subjetividades apontados por Foucault, na obra “A Hermenêutica do Sujeito”, serviram de parâmetro de análise para evidenciar as relações que permeiam o surgimento de uma subjetividade, do sujeito foucaultiano. Esses modos retratam a personalidade evidenciando o sujeito pelo o que ele faz, ou seja, sua principal atividade.

Nos dois discursos de posse, o que foi evidenciado no primeiro modo de subjetividade, foi o de “sujeito político”. Um dos fatores que influenciam esse resultado é de ordem discursiva, ou seja, os dois discursos pertencem a mesma ordem, a política. O que leva os sujeitos a praticarem atividades discursivas semelhantes no decorrer do discurso.

O segundo modo de subjetividade investigado, revelou no primeiro discurso, o que pode ser chamado de: “um sujeito honesto”. Já no discurso de 2017, as práticas discursivas remetem para um “sujeito com vasta experiência política”. O apelo no segundo discurso, foi para comprovar que com o mandato anterior, a experiência adquirida era um fator determinante em seu governo, destoando do primeiro discurso, onde caracteriza-se a mensagem de altives do prefeito.

O resultado evidenciado no terceiro modo de subjetividade, em ambos os discursos, foi: “sujeito que domina a discursividade política”. Muito desse resultado transparece com o remonte histórico da vida pública e dos cargos eletivos com os quais Arthur Virgílio Neto já lidou. Além de que, as práticas discursivas pertencem a formações de discursos da mesma ordem.

O quarto modo de subjetivação, evidencia que relação de poder, o sujeito que está sendo constituído, exerce sobre as demais personagens citadas no discurso. No discurso de posse de 2013, Arthur propõe uma relação afetiva, porém autoritária com os vereadores, caracterizando uma instituição familiar, onde o pai é quem manda e se alguém desobedecer é punido. Essa relação de poder foi evidenciada como sendo um: “poder patriarcal”.

No discurso de reeleição, há um outro acontecimento, o de permanência. Arthur permaneceu no poder e procurou uma forma de perpetuar essa relação de poder com os vereadores, a relação de poder patriarcal. Essa prática consistiu no adestramento e na disciplinarização dos vereadores para que fosse mantida a relação de poder evidenciada em 2013. Embora na transição para o segundo mandato (consecutivo), haja o poder patriarcal, é na prática discursiva de disciplinar que outra relação de poder é evidenciada: “poder disciplinador”. Vale ressaltar que o poder disciplinador foi evidenciado, mas o *modus operandi*, em grande parte refere-se ao poder patriarcal.

Tendo em vista a exposição dos resultados e sua devidas justificativas, fica claro que esta pesquisa investigativa, essa análise de discurso num viés foucaultiano, serviu para demonstrar como o pensamento de Michel Foucault é importante para o livre pensar. O “pensar fora da caixa”, termo popular que o sendo comum utilizar para distinguir àqueles com habilidade de enxergar os fatos por um ângulo fora do convencional.

A análise de discurso aqui realizada, cumpriu com os objetivos das duas perguntas de pesquisas escritas e agora evidencia a terceira pergunta que permeia no âmbito discursivo: O Arthur Virgílio Neto do primeiro discurso, é o mesmo Arthur Virgílio Neto do segundo discurso?

A resposta para esta pergunta é: não. A cada novo discurso, há um novo acontecimento. Esses acontecimentos acarretam práticas discursivas que possam vir a divergir uma das outras em algum momento, ou seja, no momento em que o prefeito se reelege, suas práticas discursivas mudam, há um outro objetivo no campo discursivo e só pode ser evidenciado ao fim das análises de ambos os discursos.

O ponto principal sobre as subjetividades que divergem uma da outra, embora possuam semelhança na maioria dos aspectos, é a mudança de atitude na força de coerção exercida para com os vereadores, isto é, a mudança da relação de poder patriarcal para o poder disciplinador. Este é o fator chave que mostra um prefeito engajado no poder público, que enfatiza sua condição de autoridade que outrora passava-se por “pai”. A relação de pai com os vereadores muda drasticamente para uma relação que além da punição, transforma os vereadores numa linha de produção para obtenção dos objetivos propostos na campanha de reeleição.

Ao final de tudo, tanto as relações de poder como os modos de subjetividades aqui expostos, serviram para legitimar a proposta inicial da pesquisa, suprir interesse pessoal no desenvolvimento em desdobramentos políticos e mostrar que o pensamento de Michel Foucault, pode sim ser acessível e que pode ser uma ferramenta útil para a sociedade sair da sujeição de interpretações dadas e já cristalizadas. Com isso, podendo servir de inspiração para qualquer indivíduo, de qualquer campo do saber, possa a vir causar uma ruptura na forma cartesiana de pensar e analisar fatos, desde os mais banais do cotidiano, como também os mais intrigantes e ideológicos que causam impacto na sociedade e na qualidade de vida da população.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos do Estado**: nota sobre aparelhos ideológicos do Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- ARISTÓTELES. **A Política**. 3 ed. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo. Martins Fontes, 2006.
- BOBBIO, Noberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Tradução Luis Guerreiro Pinto. 11. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.
- BRANDÃO, Helena. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. 2. reimpressão Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.
- CASTANHEIRA, Marcela Alves de Araújo França. **Processos de sujeição e dessujeição**: a constituição do sujeito em Michel Foucault. 2012. 98 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.
- CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. 1 ed. Tradução Ingrid M. Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. 2. ed. Tradução Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2013.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 2. ed. 9. reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- COSTA, Leonard. **Saussure**: entre o saber acadêmico e o científico. Fábio Luiz Lopes da Silva. 2015. 272 p. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- DANTAS, A. C.; LEITE, A. C. C. (2015). **A análise de discurso como abordagem metodológica nas Relações Internacionais**: a influência do Discurso de Segurança Humana na Política Externa Japonesa. Carta Internacional, 10(2), 163-180. <http://doi.org/10.21530/civ10n2.2015.161>
- DELEUZE, Gilles. **Empirismo e Subjetividade**: ensaio sobre a natureza humana segundo Hume.. Tradução de Luiz. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2001.
- DERRIDA, J. **Gramatologia**. Tradução Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Uma Trajetória Filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Trad. Antônio Carlos Maia e Vera Portocarrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- DUCROT, Oswald. **O Dizer e o Dito**. Campinas, SP: Pontes, 1987.
- EAGLETON, Terry. **Teoria da Literatura**: uma introdução. São Paulo: Martins Fontes 6 ed. 2006.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Tradução Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, 316p.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999a.

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**. 8 ed. Tradução Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1999b.

FOUCAULT, Michel. **A Hermenêutica do Sujeito**. 2 ed. Tradução Márcio Alves da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2006a.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos IV – Estratégia, Poder-Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. – 7. Ed.- Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura: na idade clássica**. 11 ed. Tradução José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 20 ed. Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 9 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2019. 432 p.

GADET, Françoise. HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. tradutores Bethania S. Mariani... [et al.] 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

HELLERN, Victor, NOTAKER, Henry, GAARDER, Jostein. **O Livro das religiões**. Tradução Isa Maria Lando. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KLEIN, Otávio. **A gênese do conceito dispositivo e sua utilização nos estudos midiáticos**. Estudos de Comunicação, n. 1, p. 215-231, 2007.

KOCH, Ingedore; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Texto e coerência**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Tradução Maurício Santana Dias. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. São Paulo: Pontes, 2008.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi [et.al]. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

PINTO, C. R. J. Elementos para uma análise de discurso político. **Revista Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 24, p.87-117, jan./jun. 2006.

**ANEXO A – DISCURSO DE POSSE DO PREFEITO ELEITO, ARTHUR
VIRGÍLIO NETO, NO ATO SOLENE DA POSSE NA CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS
MANAUS – AM, 01 DE JANEIRO DE 2013**

Excelentíssimo senhor Vereador Isaac Tayah, presidente da 15ª legislatura da Câmara Municipal de Manaus. Excelentíssimo senhor Doutor Wilson Duarte Alecrim, Secretário de Estado da Saúde neste momento, neste ato, representado o ilustre Governador do Estado, Doutor Omar Abdel Aziz. Sua excelência o senhor, Hissa Nagib Abraão Filho, agora vice-prefeito, legítimo da cidade de Manaus. Sua excelência, a senhora Deputada Estadual Maria da Conceição Sampaio Moura, presidente em exercício da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. Sua excelência, o senhor Desembargador, Ari Jorge Moutinho da Costa, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Excelentíssimo senhor, Deputado Federal Pauderney Avelino, representante da Câmara Federal neste evento tão relevante para a cidade de Manaus. Excelentíssimo senhor Desembargador, Aristóteles Lima Thury, presidente em exercício do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Amazonas. Excelentíssimo senhor Desembargador Federal, Davi Alves de Melo Júnior, presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região. Sua excelência reverendíssima Dom Luiz Soares Vieira, Arcebispo Metropolitano de Manaus. Sua excelência, senhor Doutor Francisco das Chagas Santiago Cruz, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas. Sua excelência o senhor conselheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Corregedor-Geral e presidente em exercício do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas. Sua excelência, o Major-brigadeiro do Ar, Marco Antônio Carvalho Peres, Comandante do 7º Comando Aéreo Regional. Sua Excelência, o senhor General, José Jaborandy, representando o Comando Militar da Amazônia. Sua excelência, o senhor Capitão, Paulo César Machado, Capitão dos Portos da Amazônia Ocidental representando o comando do 9º Distrito Naval. Ilustríssimo Reverendo, Pastor Jonatas Câmara, presidente da Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Amazonas. Sua excelência, o Senhor Doutor, Thomaz Afonso Queiroz Nogueira, Superintendente da Zona Franca de Manaus.

Senhoras e senhores, Hissa e eu temos uma responsabilidade muito expressiva pela frente, por outro lado, eu comentava isso com meu jovem vice-prefeito ainda pouco, levando-se em conta que há um grande desgaste do segmento político no país, em todo país, e que talvez dos 5.600 prefeitos que se elegeram nesta última tomada das urnas, talvez a maioria expressiva deles não tenha conseguido despertar nada além de uma sensação de rotina, de mesmice, sensação rotineira, isso é o que eu sinto, na distância que há entre o poder público e o povo. E portanto, a responsabilidade imensa que pesa sobre nossas costas, ela não deixa de ser uma

homenagem primeira que o povo do Amazonas, na parte que cabe a Manaus presta ao Hissa, presta a mim, presta as ideias que esposamos, defendemos, e continuaremos a defender ao longo do nosso exercício de governo.

Portanto, se temos uma cidade com problemas acumulados há décadas, se temos uma cidade que precisa recuperar sua identidade a partir da reconstrução, literalmente, da recomposição, da reconstrução do seu centro histórico, sem o que ela própria não recuperará a identidade que perdeu.

Se temos essa cidade que dispõe de recursos inferiores a demanda que está posta para qualquer administrador por mais exigente, por mais austero que ele seja, é verdade que é com esse instrumento que lidamos, é com essa situação que convivemos, e é dessa forma que teremos que atuar, é com essas limitações que temos que resolver problemas, que encaminhar a solução de alguns, resolver definitivamente outros tantos, e sinceramente maneira muito franca, dizer ao povo sempre que não for possível resolver algo, com clareza, explicando muita paciência, com muito didatismo, com muita compreensão, com muito respeito, com muito espírito democrático, dizer sempre aquilo que não se pode fazer, porque sempre a sociedade haverá de merecer de nós todo respeito, o mais aberto diálogo e mais absoluta consideração. Eu me dirijo aos vereadores reeleitos aos vereadores que se elegeram para câmara municipal de Manaus, para dizer a eles que, eu entendo como Ullysses Guimarães entendia, como Tancredo Neves entendia, que o político de verdade, o homem público de verdade, devotado à causa pública, ele passa eventualmente pelo executivo, mas ele deve ser primordialmente, se ele é sério, primordialmente do Legislativo. E é falaciosa a ideia de que, o brilhante parlamentar fulano de tal e Carlos Lacerda desmentiu isso no Rio de Janeiro, a farta, o grande parlamentar fulano de tal haverá de não ser necessariamente um eficiente gestor público, como se, um medíocre parlamentar qualquer tivesse necessariamente que ser um bom administrador público, essa relação não é verdadeira, ela é falaciosa, alguém que saiba dialogar, e saiba respeitar as diferenças, que saiba respeitar diversidades, que saiba cumprir seus deveres traçando objetivos muito concretos e perseguindo esses objetivos até que eles estejam com a resposta dada à sociedade.

Esse alguém só ganhará no exercício de sua função executiva, se tiver, de preferência uma boa passagem, uma passagem expressiva pelo legislativo, é isso o que eu digo ao vereadores todos, as vereadoras, que haverá sempre um tratamento muito fraterno de pai para a prefeitura que dirigirei e de parte da prefeitura que será co-dirigida pelo vereador ex-colega de vocês vice-prefeito Hissa Abraão.

Nós sempre dialogaremos, em termos republicanos como agradecer o destino da câmara,

em termos republicanos como é a nossa destinação, mas jamais haverá de nossa parte, nenhuma manifestação de insolência, de prepotência, jamais nenhuma manifestação de intolerância, de desrespeito a opositoristas que terão portas abertas para jogar conosco, jamais nada parecido com aquela ideia canhestra, pequena mesquinha, de quem tem a chave do cofre do caso Executivo é mais importante do que quem exerce o Poder Legislativo, e aí eu aproveito para dizer, no respeito permanente que manteremos em relação ao judiciário, aproveito para dizer que, nós governaremos em consonância, com entrosamento absoluto com o Tribunal de Contas do Estado. Até antecipando, até consultando, até perguntando se o que se pretende fazer está certo, para não se fazer errado, que pretendemos administrar e governar ouvindo o Ministério Público, cujo as prerrogativas não queremos que sejam diminuídas em nenhum milímetro que o Ministério Público vem amadurecendo ano após ano e que vira uma instituição de cabelos grisalhos, se revela essencial para o combate a esse fenômeno terrível, desgraçado, da corrupção em nosso país.

Governaremos com o Ministério Público, até porque não pretendemos driblá-lo, não pretendemos nada que não seja a porta frontal da ligação com a sociedade, do respeito às leis, da legalidade de nossos atos, na transparência das nossas ações de governo e na certeza, de que procedendo assim, no respeito ao Legislativo, no acatamento ao Judiciário, na audiência ao Tribunal de Contas do Estado, Na audiência ao Ministério Público, nós faremos o Governo eficaz democrático, Governo que respeitará dinheiro público, do primeiro ao último real, do primeiro ao último minuto do mandato.

Manaus tem problemas graves, e nós vamos mostrar para a cidade logo de início que certos gestos, certos símbolos, precisam ser expostos com clareza, por mim, pelo vice-prefeito, pelo nosso secretariado. O que iremos escolher, o que a nosso juízo parecia e parece o melhor para a cidade de Manaus neste momento. Não hesitaremos em trocar peças, se elas se revelarem incapazes de dar conta das exigências do povo de Manaus. Mas confiamos que escolhemos um secretariado de alto nível dentro de tudo aquilo que nos era permitido escolher e vamos sinalizar, desde logo, um governo forte, um governo democrático, governo doce, mas um governo enérgico, um governo que veio para dialogar o tempo inteiro, mas que veio com a definição inarredável de organizar a cidade de Manaus.

Uma cidade que precisa de ordem, alguns dizem que precisa de um choque de ordem, não sei se o termo é esse, mas se precisar de um choque de ordem, haverá um choque de ordem, precisa de organização, Manaus precisa que cada um respeite o direito do outro e Manaus precisa de quem a governe sem pensar na próxima eleição, de quem a governe imaginando de que tudo vai sair muito bem, haverá futuro político para o jovem e brilhante Hissa Abraão e

quem sabem em algum futuro político para o veterano homem público que eu sou, mas a preocupação não é essa, a preocupação é fazer as concessões que a governabilidade exige dentro de padrões éticos, padrões corretos, padrões justos e não fugir de desgaste quando os desgastes exigirem de nós uma atitude a favor de Manaus.

Os problemas serão enfrentados, nossa história será resgatada, nossa identidade será reposta, nossa cidade tomará um rumo, esse rumo será sem dúvida alguma demonstrado já deste mesmo momento, geralmente um prefeito toma posse no dia primeiro, dia 2 começa a trabalhar cedo se ele for um prefeito trabalhador. Nós começaremos hoje. Hoje começaremos uma operação forte de limpeza da cidade, e amanhã teremos o início de 15 dias que serão velozes, intensos, envolvendo assinatura de decretos de importantes, envolvendo atitudes símbolos com coisinha para instalação do Governo que funcionará lá também e em parte no Palácio Rio Branco, para mostrar que nós temos um compromisso com a regeneração do centro. E um governo, que partirá logo, tem que tapar o buraco? Vamos tapar o buraco. Tem que fazer pequenas intervenções no trânsito, viárias? Vamos fazer as intervenções viárias, rápidas. Tem que enfrentar a crise do lixo? Vamos enfrentar crise do lixo, com coragem, com destemor. Tem que tomar algumas atitudes? Eu até anuncio: carreta não tráfegará durante o dia em Manaus (inaudível com aplausos).

E é falacioso outra vez se dizer que isso atrapalha empresas o desenvolvimento da economia, porque não atrapalha. Vamos estabelecer um esquema racional, mas que signifique a manutenção do nosso compromisso como tornar mais fluido o trânsito, mais racional à vida dos cidadãos desta cidade. Nós vamos, portanto, mostrar com clareza um governo forte, governo presente, um governo que não vai sair das ruas em momento nenhum, governo que tem o compromisso de: durante as chuvas manter o prefeito nas ruas, o vice-prefeito nas ruas, os secretários ligados a qualquer coisa que tem a ver com chuva, com desabamento, com desastre natural nas ruas, assim que se sinta o sinal de qualquer perigo. Fugindo do diálogo com a população, recuar diante os problemas, aparecer somente nas horas melhores, é típico de políticos que a meu ver não deveriam mais ter lugar neste país, neste Estado, neste Município, ao contrário, quanto mais nós tivermos a convicção de que há problemas graves a serem enfrentados, mais febril e fortemente nós (inaudível) problemas, se há uma crise num bairro, estaremos no bairro, se há reclamação, estaremos ouvindo reclamações, se há soluções que não podem ser dadas, diremos de frente que aquelas soluções não podem ser dadas. A empresa de águas, por exemplo, ela tem um compromisso de colocar água nas torneiras da Zona Norte e Zona Leste Manaus. E ela recebeu já de nós gestão antes dela se tornar uma gestão legalmente constituída, recebeu de nós uma determinação, que ela mude sua sede para a Zona Leste de

Manaus, afinal de contas, no Vieiralves não falta água. E nem falta água em tantos lugares da zona mais privilegiada de Manaus. Eu quero a empresa de águas funcionando lá onde ela vai ouvir todos os dias a reclamação do povo, para que ela cumpra o dever que ela tem no contrato que lhe é, regamente remuneratório, ela se remunera regamente do contrato que recebe. Ela, portanto, vai ter que mudar sua sede para Zona Leste de Manaus, uma exigência clara do prefeito que coloca.

Atrito com ela, não pretendo nenhum. Há um acordo muito avançado com o Governador Omar Aziz, com quem mantenho uma relação muito fraterna e que será fraterna também na ação conjunta de governo, está muito perto de nós chegarmos a um bom acordo com a empresa, verdadeira tarifa social. Ligação gratuita, paga por ela das novas casas que vão ser beneficiadas. Cronograma muito nítido do que vai acontecer daqui a três meses, do que vai acontecer daqui a 6 meses, daqui há 1 ano. Estabelecimento bem claro do que vai investir a cada ano durante os quatro anos do nosso governo. Definição a favor do Povo de que não se pode cobrar 100% de taxa de esgoto, se não está fazendo esgoto para que o povo dele se beneficie, esses percentuais terão que ser revistos, essa é a posição do Governo do Estado é a posição da nova Prefeitura de Manaus e nós teremos a maior boa vontade de trabalhar com ela. Há um contrato muito bem feito, muito bem amarrado. Esse contrato por mim será cumprido, mas será cumprido se for cumprida a parte da empresa de colocar água nas torneiras dos manauaras. Isso é inarredável, temos um diálogo muito sincero com todos os seguimentos de economia desta terra.

Convidaremos o Presidente da Associação Comercial do Amazonas, o Presidente do Clube de Diretores Lojistas do Estado do Amazonas, para nos acompanhar amanhã, amanhã dia 2, na hora mais crônica e mais crítica do despejo que não pode continuar de lixo no centro da cidade. Levaremos as principais lideranças de camelôs conosco para que todos vejamos e todos vejam, que como está não dá para continuar, que como está não dá para prosseguir, vai ser preciso que nós cumpramos a palavra e vamos cumprir, de construir os mini shoppings para acomodar de maneira decente socialmente justa os camelôs que querem sair das ruas, os camelôs explorados por estrangeiros, os camelôs explorados por agiotas, camelôs explorados por pessoas que revelam muito pouca sensibilidade em relação à miséria daquela gente, a pobreza social daquela gente, mas sabem eles, que sendo um desejo deles um dever nosso, nos obstruiremos as ruas de Manaus para dar uma nova face ao centro de Manaus. Foi por isso, aliás, que criamos a Secretaria Especial do Centro, entregando a um jovem e brilhante engenheiro civil, entende o centro, que ama o centro. E que haverá de dar o seu rumo, haverá de nos orientar na direção que precisar ser colocada, mas chamo também a responsabilidade os

Lojistas, não se jogue lixo desse jeito, reciclar o lixo na loja, poupar dinheiro público, dinheiro que deve ser transformado em creche, deve ser transformado em escola para mulher, para adolescente que teve o neném e que precisa ter uma creche acoplada a essa escola, para que ela possa continuar estudando se ela foi abandonada pelo seu companheiro.

Vamos dialogar de maneira ativa quais empresas de ônibus, nada contra, eu jamais ganhei um só voto em eleição nenhuma minha, fazendo propaganda contra tarifa, jamais é só ir aos anais de todas as minhas campanhas, jamais antes e agora depois de velho, jamais depois acontecerá isso. Então, se sobe o preço de tudo, um dia sobe o preço de tarifa, mas eu exijo uma recomposição da relação, eu exijo que se estabeleça o que vai ser o sistema, eu exijo que se diga com clareza, um interlocutor para o outro, o que se quer para Manaus de modo que a gente chegue a uma solução que seja perto do ótimo para o transporte coletivo e para o trânsito da cidade. Eu exijo responsabilidade de parte a parte, se eu não faço demagogia e não vou lidar com demagogo, eu quero que eles saibam tranquilamente que eles têm um dever a cumprir e vão cumprir com os seus deveres.

Aos meus secretários, eu recomendo austeridade, nós vamos ter que maximizar aplicação cada real, de cada centavo para que possamos economizar inclusive recursos para o verão, teremos um só verão antes da Copa. Estamos criando uma unidade gestora entregue a um jovem de muito valor também, unidade gestora curta, pequena, enxuta, mas só teremos um verão até a Copa, ele deverá ser muito bem aproveitado. Então a nossa ordem, a nossa palavra de ordem é: não desperdiçar. é poupar no custeio de maneira avarenta, de maneira pão-dura, poupar no custeio, pare se ter dinheiro para investimentos.

Pretendemos já neste ano acrescentar 200 milhões de reais a mais, pelo menos na capacidade de investimento do município e vamos cortar na carne, por isso diminuimos secretarias, por isso diminuimos subsecretarias, por isso nós diminuimos uma porção de órgãos, alguns órgãos da gestão indireta, por isso nós vamos economizar na água, na luz.

Numa empresa privada não se deixa luz ligada quando se acaba uma reunião, na empresa pública alguém acha que deve deixar a luz ligada, nós vamos exigir que desligue a luz, que se desligue o ar-condicionado, se poupe na água, se poupe no gás, se poupe na passagem aérea, se poupe na diária, o hotel vai ser um hotel moderado. Só vai para o hotel quem for pernoitar em Brasília. Se basta um, não precisa ir dois, se foram necessários os dois, não irão três. Haverá austeridade, e esse sacrifício todo, ele para que nós possamos investir nas atividades fim, na melhoria da qualidade de vida do povo de Manaus.

Eu tenho certeza que é isso que as pessoas querem, é o tipo da certeza que essa é a expectativa que deve ser alimentada. Eu tenho certeza se nós todos nós chamamos a

responsabilidade, se todo entendermos, pois eu vou falar de uma coisa que é bem trivial, que não dá para se dizer que a cidade está uma desorganização no centro, estacionando-se de fila tríplice na Avenida Djalma Batista, não dá, vamos advertir e vamos depois multar, e depois rebocar os carros quando não tiver mais jeito e nós não vamos permitir que meia dúzia de pessoas atrapalhem o tráfego dos ônibus que transportam milhões de pessoas para um lado e para o outro da cidade, ao longo de um mês, ao longo de uma semana, ao longo de um dia.

Nós vamos ter, portanto, um governo que terá toda doçura social para resolver problemas dos mais carentes, que não abre mão de resolver a questão da água, para quem precisa de água, mas que não hesitará em aplicar o que exige a postura pública do sentido de fazer Uma administração corajosa, que diga a que viemos e que diga à todos que nós temos o mais absoluto desejo de obtermos a aprovação popular sempre. Esperamos obtê-la mas não a custa de demagogia, não à custa de propaganda enganosa, não à custa de manipulação da cabeça de quem quer que seja, não à custa de falta de atitude, não à custa de empurrar problemas com barriga, não à custa de fugir de decisões que nos levam àquele conceito de administração que diz que: em administração numa gestão, muitas vezes o administrador se depara entre escolher, optar entre o desagradável e o desastroso. O desagradável é tomar atitudes que às vezes contrariam interesses e dão àquele desgaste imediato, momentâneo que eu espere que passe. O desastroso é fingir que não está vendo o problema, o desastroso é a alienação, o desastroso é a covardia política, o desastroso é acumular mais problemas, o desastroso é fingir que não se está vendo uma cidade que está perdendo a luta contra sua própria história, uma cidade que comprometendo seu futuro, uma cidade que está comprometendo o futuro dos seus filhos. Temos compromisso com a saúde, com elevar o nosso conceito do IDEB, temos compromisso, com restaurar vias, criar novas vias, fazer o trânsito fluir , temos compromisso em estabelecer um transporte moderno como o BRT, que foi preciso a presidente Dilma, acertadamente, retirou Do PAC da Copa e jogou para o PAC da mobilidade porque não daria mesmo para ficar pronto até a Copa e o governador fará o monotrilha, nós integraremos os dois sistemas. Agora o fato, nós não vamos ficar parados esperando o BRT sair. Trabalharemos todas as medidas possíveis para aliviar esse drama que virou o trânsito de Manaus.

Quando eu fui Prefeito há 20 anos atrás, havia um problema grave de transporte, hoje há um problema grave de trânsito e outro problema grave de transporte, e isso precisa ser encarado com muita técnica e ao mesmo tempo com muita determinação para chegarmos os acertos. Eu digo portanto a vocês, quando enuncio o que seriam as linhas gerais do nosso governo, a necessidade que nós vamos ter de apoio de maioria expressiva dos vereadores e eu digo, a quem dispuser de fazer oposição à nós, que haverá momentos de encontro, as críticas

serão bem vindas, são respeitadas e sei que serão respeitadas, as críticas construtivas e corretas nos levarão a reconhecer os nossos erros e a retrocedermos nós e aquilo que possamos estar elaborando.

Vamos considerar os vereadores como parceiros porque eu tenho a alma do parlamentar, eu passo pelo executivo volta e meia, fui ministro, chefe da secretaria geral da presidência da república, dirigi o meu partido por 3 anos, já é uma grande prefeitura, o PSDB nacional. Fui prefeito lá atrás, fui eleito Prefeito outra vez agora. Eu tenho a alma do parlamentar, eu sei compreender o que é um parlamentar. Eu sei compreender o que é prestigiar de um parlamentar. Eu sei compreender o que é se tratar com decência a uma posição, Vereador Valdemir. Eu sei o que é se compreender o que é tratar com respeito a diversidade de opiniões e haverá trânsito muito livre. Eu estarei de ouvidos bem abertos, para estar, para ouvir e discutir com os vereadores as suas ideias que serão certamente ideias, muitas delas preciosas para nos indicar um caminho de aperfeiçoamento a ideias que são as nossas do Governo.

Não temos e não teremos a pretensão de sermos infalíveis nas nossas ideias, não somos donos da verdade, estaremos muito abertos para ouvir, acredito na democracia, faremos um governo democrático, democrático de verdade. Eu gostaria de ao encerrar, agradecendo a presença de todos, neste dia tão impróprio para posses, não sei por que, a tradição brasileiro o mantém, neste dia que não permite que nenhum amigo seu, da vida pública, venha ver a sua conquista porque é um dia, quando é o Presidente da República poucos chefes de estado podem vir neste dia, primeiro de janeiro, feriado, início do ano.

Agradeço, portanto, a todo esse vigor cívico que demonstraram, os que aqui compareceram, se a chuva parou, pode ser que tenha muita gente lá fora também, terei muito prazer em falar para pessoas lá fora. Mas ressaltar algumas coisas, ressaltar que, nós fizemos uma transição muito diferente da anterior, a anterior era uma luta incrível, entre o interventor e o prefeito eleito, ora estava um, ora estava o outro e no meio, o prefeito eleito de Manaus, no caso, eu sem poder fazer transição, sem poder (obrigado, daí água a quem tem sede), mas sem poder recolher nenhum dado.

Eu lembrava Doutor Alecrim, foi meu assessor durante 4 anos, de meu secretário, eu sou privilegiado, (inaudível) 4 anos de governo que nós não tínhamos dado nenhum da prefeitura, além de menos experiência, não tínhamos dado nenhum da prefeitura. Recebemos as chaves do vice-prefeito, meu querido amigo, Aristides Queiroz, na Avenida Djalma Batista, nós estávamos fazendo lá um comício de agradecimento ao povo e nos empossando, foi na rua, e a partir daí entramos sem precisar de um chaveiro, senão teríamos que chamar um chaveiro para abrir as portas do Palácio da Liberdade do Paço Municipal. Dessa vez fizemos uma

esmerada, no mais possível, uma esmerada realista transição, que foi garimpar nomes isso me impressionou muito, nomes que não só não queriam os cargos que seriam da livre exposição, da livre determinação do prefeito, de nomeá-los, queriam participar sim de uma transição que levasse um governo consistente nomes (inaudível) corretos, competentes, cada um na sua área, e devo ressaltar não houve, no geral, não houve má vontade por parte do governo do prefeito Amazonino Mendes, não houve.

Recolhemos informações tivemos Portas Abertas e ressalto aqui também. meu governo não será governo de ficar encontrando à toa, verdades eu direi, mas ficar encontrando à toa defeitos em governos que passaram, como se eu fosse um Inventor de Manaus, eu não sou inventor de Manaus, tampouco, fiquem muito tranquilo os vereadores, em momentos de dificuldades não vou fugir das minhas próprias responsabilidades empurrando para os vereadores, culpas, "ah" eles não trabalham, eles não resolvem, como se isso aí me desculpasse perante a minha própria consciência de dificuldades que porventura eu não esteja conseguindo superar, não empurrarei responsabilidades para quem quer que seja, mas eu queria dizer que a transição foi bem feita.

Nós estamos entrando com bastante segurança, e com cem dias planejados, com os primeiros 15 dias planejados, o primeiro ano com coisas muito expressivas já agendadas, dá para se dizer por exemplo com segurança que no dia 24 de outubro nós reabriremos o mercadão Adolpho Lisboa, dia 24 outubro aniversário de Manaus. E essa transição com pessoas tão sábias, com pessoas tão corretas. Ela precisa ser homenageada por mim agora, na figura do seu presidente, do seu líder, que por razões que eu compreendo, não pode participar do governo, mas que por razões que eu compreendo muito bem se dedicou de corpo e alma a um governo que ele sabe que é dele, o economista Rodemarck Castello Branco.

Agradecer aos companheiros de sempre, aos que lutaram, aos que não se elegeram, aos que se elegeram, agradecer a compreensão que temos tido de adversários, agradecer aos militantes de tantos partidos que se uniram para nos apoiar, agradecer aos candidatos que no segundo turno entenderam que deveriam participar duma eleição talvez menos preocupados com a ideia de trazer ou não trazer votos para uma campanha que se anunciava vitoriosa, mas sim nos trazer algo fundamental que era uma colaboração essencial para governabilidade que está posta aí, eu tenho absoluta confiança que a câmara não nos negará governabilidade e nem que a oposição na câmara teria interesse, conhecendo como conheço alguns dos seus membros, em trabalhar contra algo que é bom para Manaus, e o nosso êxito é o êxito de Manaus. O eventual fracasso nosso seria o fracasso da cidade, o eventual fracasso nosso e ele não haverá, ele seria uma desilusão muito grande para o povo está que lá fora, dois terços da população nos

elegeram, um terço da população ficou contra nós na eleição mas não está contra nós na hora da expectativa por um bom governo, por um governo realizador.

Quero agradecer à minha família, aos meus filhos, todos eles presentes aqui, aliás. De baixo para cima, Ana Carolina, aí vem o Juliano, depois vem a Nicole e finalmente o deputado Arthur Bisneto. Agradecer ao desvelo da minha esposa, Gorete Garcia Ribeiro que é secretária, será secretária sem remuneração de ação social do Estado, colocando sua sensibilidade a favor dos mais carentes deste município.

Agradecer essa figura de luta que é Amanda Campelo Abrahão, querida amiga e esposa do Hissa Abrahão. Agradecer ao Hissa pela parceria, pela parceria que foi do começo ao fim, parceria que significou o seu esforço nas ruas e significou por mais que possa parecer estranho (inaudível), em muitos momentos o bom aconselhamento, incondizente com a idade dele, talvez para alguns, mas que eu aprendi a ouvir, tanto que eu não fiz nenhum debate levando "marketeiro" qualquer, em todos os meus debates ia comigo o meu vice-prefeito Hissa Abrahão. E contra tantas opiniões, o Hissa nunca administrou na parte pública, como é que vai dar para ele logo a secretaria de infraestrutura? Eu digo: pois é, tá feita a aposta. Está feita a aposta. Eu não sou de jogar, eu não vou a Las Vegas para jogar, eu não sou de jogar, eu não gosto de jogar. Por mim, os cassinos faliriam todos no mundo inteiro. Mas eu fiz essa aposta com clareza, assim como eu apostei no Rafael Assayag, apostei no Bernardo Monteiro de Paula. Aposto no Hissa, por ter energia, tem ao dele uma equipe técnica liderada pelo engenheiro Orlando que construiu metade da cidade de Manaus e tem uma equipe séria ao seu lado, tem uma equipe preparada tecnicamente ao seu lado, inteligente como é, daqui a pouquinho estará ele idôneo doutor em todos os assuntos que digam respeito à secretaria de infraestrutura, meu prezado Deputado Luiz Fernando. Portanto, eu faço os agradecimentos todos e sobretudo a, aos que estão lá fora, aos que acreditaram que era possível, uma figura que tinha passado pela prefeitura de Manaus a 20 anos atrás, retornar Manaus, para governá-la. Eu não pensava jamais nisso, eu dizia para todos que isso era uma piada de mau gosto, eu tinha meus planos todos voltados para a atuação nacional que eu construí, sempre ajudando o Amazonas, sempre defendendo a Zona Franca.

Zona Franca será defendida sim, de maneira clara, com garra, por mim, no conselho de administração da Suframa e na frente nacional de prefeitos, nós vamos conseguir força política para dizer ao país, que este modelo por mais que apresentem com otimismo resultados que aparecem bons, este modelo está numa encruzilhada, está numa contramão, este modelo precisa ser protegido porque como está, em poucos anos nos veremos uma crise e passaremos pelos coronéis eletrônicos e eu estou aqui no teatro Amazonas que presenciou a irresponsabilidade

dos coronéis da borracha. Não quero que a minha geração, seja geração dos coronéis eletrônicos, aqueles que viram a Zona Franca só sobrar e não tomaram as atitudes necessárias para preservar este Polo. É preciso mais realismo, eu sei que tem muita gente que trabalha com boa cabeça a economia do Amazonas para dizer que eu não estou dizendo nada que seja excludente da verdade, nada que não seja absoluta expressão da verdade. Esses números desse presente, passado, que são bons, nada tem a ver com o presente futuro que é sombrio para uma empresa que perde a cada momento peso tecnológico, peso de competitividade.

Nossa estrutura está arruinada, isto tudo vai ser dito, tudo vai ser muito claro. Faremos todas as parcerias, fraterna parceria com o Governador Omar Aziz de quem sou fraterno amigo pessoal. Parceria ativa com o Governo Federal, entendo que muito mais acertado do que o governo federal bater cabeça, dando isenções de nada resolve a economia brasileira de IPI que prejudica as pequenas prefeituras e atinge até as grandes prefeituras como é o caso de Manaus e tantas outras, e não resolve o problema do crescimento deste ano será abaixo de 1%, dizer com clareza e com lealdade ao Governo Federal com a lealdade de quem é ativo, com lealdade de quem não aprendeu a bajular, que é muito mais interessante.

A presidente Dilma aceitar e colaborar com os projetos dos prefeitos e governadores que possam a partir desses projetos movimentar economia, isso sim faria a economia crescer, isso sim, e não essa mágica falsa superada da isenção de IPI, que só beneficia o ABC Paulista que fica fabricando carros entulhando a nossa cidade, colocando o Brasil na contramão porque nós estamos vendo essas cidades europeias buscando a ciclovias, buscando a ciclofaixa, buscando alternativas de combustíveis e nós aqui entendendo que civilização é colocar 3.000 carros por mês em Manaus quando não é.

Nós temos que perceber com clareza, quais são os caminhos que vão levar o crescimento do país porque, eu mais do que nunca, e sou de um partido que é adversário da presidente Dilma, mas como é que eu vou torcer pelo fracasso dela se eu sou Prefeito? Se o fracasso dela vai levar a redução de arrecadação na minha cidade. Eu tenho que ser realista, e tem que ser claro e tem que ser ativo. Porque não vou ser mais um a (inaudível), quando eu sentir que tem alguma coisa errada em relação à Zona Franca, eu vou dizer com clareza. E sentindo que tem eloquidades, tinha aquele feitiço dos juros, os juros baixando a economia cresce, e eu dizia: puxa vida! Gerou inflação, inflação tá alta. É perigoso uma economia estabilizada ter juros acima de 5% durante vários anos, é o que está acontecendo com o Brasil. E o crescimento pífio, sempre acima de 3, 2, agora abaixo de 1. Não resolveu, o feitiço dos juros, os juros estão mais baixos do que nunca, e o que aconteceu? A economia cresceu? Não cresceu. Economia andou para frente? Não andou, me dá uma sensação de bem-estar pelo plano pleno emprego, resquício

e rescaldo, do período de bonança vivido pelos oito anos do presidente Lula, em função da benignidade do quadro econômico internacional. Já não é assim, em que daqui a pouco vai apontar pontos críticos. Eu quero ser alguém que diga com honestidade: presidente, eu não quero o fracasso do seu governo. Quando chegar na eleição, é outra história. Mas eu não quero o fracasso do seu governo porque o fracasso do seu governo vai atingir a arrecadação da minha cidade, vai atingir a arrecadação do meu estado, vai prejudicar o meu estado, o meu povo, a minha gente. Então tudo que eu disser não é aconselhamento que eu não me sinto ninguém para aconselhar uma figura tão importante, tão ilustre, no cenário mundial, inclusive, mas manifestar minha opinião sim, com altivez, com clareza e não é ofensa nenhuma, não é falta de respeito nenhum. Falta de respeito, talvez, seja o silêncio daqueles que se dobram o tempo inteiro. Nós teremos uma prefeitura ativa, teremos algo que eu me propus e eu dizia nos palanques. Tudo que eu falei em palanque era coisa séria. Eu dizia: Manaus precisa de quem tape buraco, eu vou tapar buraco. Manaus precisa de quem cuide de escola, vamos cuidar de escolas. Manaus cuide de quem remove, aí está o Hissa, Manaus precisa de quem cuide de saúde, aqui estamos nós. Manaus precisa de quem governe a cidade tomando atitude de que a cidade exige.

Muito bem, mas eu me propus na campanha uma coisa a mais, assenti que num certo vazio que eu vejo, me propus a ser o líder desta cidade. E o líder tem que falar não só para dentro, não só falar para dentro do seu governo, tem que falar para dentro, para fora do seu governo e para dentro da sociedade do Amazonas. Um líder de verdade tem que falar para o Brasil, um líder de verdade tem que fazer com que o Brasil compreenda a importância da sétima mais importante capital do país, isso não vai ficar barato. Então Saibam, não me preocupa essa história e vou encerrar mesmo, não me preocupa essa história de: ah, a oposição não vai ter verba, vai ter verba sim. Não se pune o povo de uma democracia. Numa ditadura se pune o povo e quando tinha uma ditadura que punia o povo, eu enfrentei a ditadura e digo isso sem nenhum desrespeito aos militares que hoje tanto colaboram para a consolidação da democracia deste país, apenas houve uma época em que era necessário enfrentar o regime autoritário. Enfrentei o regime autoritário, pagando as minhas penas e os meus preços. Na democracia, como não ter a coragem necessária para dizer as verdades que vem no coração da gente, que passam pelo cérebro da gente? Então fomos dizendo-as todas, fomos dizendo-as todas. Sem que signifique nenhuma quebra de hierarquia, mas signifique sim, a necessidade que nós vemos de que em Manaus se afirme e Manaus vai se afirmar. E Manaus vai se afirmar resgatando meus queridos e queridas vereadores e vereadoras, resgatando o prestígio do Poder Legislativo ao nosso lado, resgatando o Poder Público neste município ao nosso lado, resgatando a crença da Sociedade Civil no Poder Público ao nosso lado, resgatando da ideia de que essa cidade Manaus

tem futuro sim ao nosso lado. Manaus tem futuro e nós empenharemos toda nossa vida na luta pelo futuro de Manaus, muito obrigado.

**ANEXO B – DISCURSO DE POSSE DO PREFEITO REELEITO, ARTHUR VIRGÍLIO NETO, NO ATO SOLENE DA POSSE NA CÂMARA DOS VEREADORES DE MANAUS
MANAUS – AM, 01 DE JANEIRO DE 2017**

Excelentíssimo senhor Vereador (inaudível) 16ª Legislatura da Câmara Municipal de Manaus. Excelentíssimo senhor, Eduardo Braga que além de representar neste ato o Senado Federal tem sido um grande parceiro da cidade de Manaus. Excelentíssimo senhor, Deputado Estadual Davi Antônio Almeida, representando a Assembleia Legislativa que preside o Estado do Amazonas. Excelentíssimo senhor Desembargador Flávio Humberto Pascarelli Lopes, Presidente do Tribunal de Justiça do nosso Estado. Excelentíssimo senhor Vice-Almirante Luís Antônio Rodrigues Hecht, Comandante do 9º Distrito Naval. Sua excelência reverendíssima Dom Sérgio Eduardo Castriani, Arcebispo Metropolitano de Manaus. Excelentíssima senhora, Suzete Pereira dos Santos da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas. Senhor General de Brigada Franklimberg Freitas, representando o CMA - Comando Militar da Amazônia. Excelentíssimo senhor, juiz Francisco Nascimento Marques, membro da corte eleitoral que representa neste evento a luta do sindicalismo (inaudível) do Tribunal Regional Eleitoral. Excelentíssimo senhor, doutor Edmilson da Costa Barreto Júnior Procurador, chefe das unidades do Ministério Público Federal do Amazonas. Excelentíssima senhora, desembargadora Eleonora Saunier Gonçalves, Presidente do TRT da 11ª Região. Excelentíssimo senhor conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas. Excelentíssimo senhor, doutor Carlos Alberto Sousa de Almeida Filho, Defensor Público Geral do Estado do Amazonas em exercício. Excelentíssimo senhor, Marco Aurélio de Lima Choy, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil seccional Amazonas. Excelentíssimo senhor, Marcelo de Sousa Pereira, Superintendente substituto da Zona Franca de Manaus. Sua reverendíssima, apóstolo Renê Augusto Terra Nova, queridíssimo amigo, Presidente da Igreja do Ministério Internacional da Restauração. Reverendíssimo pastor Moisés Melo, Vice-Presidente da Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Amazonas, um prezado amigo, companheiro de uma bela aventura que será governar Manaus nesta quadra. Deputado, ex-deputado hoje, Vice-Prefeito eleito, meu querido amigo, repito, Marcos Sérgio Rotta.

Senhoras e senhores, eu, é com muita honra nessa formalidade constitucional, que faz a Câmara Municipal passar o poder formalmente para as mãos do prefeito eleito e vice-prefeito eleito da cidade de Manaus. Porque tenho muito respeito pela atividade parlamentar, muito.

Vinte anos de envolvimento e meu vice-prefeito é um parlamentar que tem uma carreira semelhante no tempo, muito respeito. Eu entendo que eu falava isso a um grupo de vereadores que o parlamento educa. O executivo de certa forma ele deseduca, ele precisa de um parlamento. E é fundamental que passe pelo executivo que tenha experiência no legislativo. Porque um projeto de lei que é aperfeiçoado por colegas daquele que apresentou (inaudível), é assim que é. Nenhuma ideia minha, nenhum projeto meu, durante toda a minha longa permanência no parlamento, como deputado ou como senador, nenhum projeto meu que foi ao fim sem modificações, sem aperfeiçoamentos vindo de outros tempos, de outras mãos. Porque eu tenho uma enorme facilidade de lidar com o parlamento pelo respeito que tenho por ele, pelo acatamento que tenho por muitas das suas decisões, pela lição que tomei no governo que se encerra e que abre espaço para essa nova fase, este novo governo.

A pioneira iniciativa das emendas parlamentares, numa época ingrata em que a mim eram negadas as emendas parlamentares pelo Governo Federal até então. E nós tivemos em Manaus sendo cumpridas à risca, independente, independentemente de coação partidárias (inaudível) o que é legítimo no seu governo, o que é legítimo também. O rigoroso cumprimento das emendas parlamentares, marcas da prefeitura para obras escolhidas como prioridades e cada vereador, escolhida pelos vereadores para alterar a realidade das comunidades que eles representam e que representam com muito amor. Não há dois cargos, dois postos que sejam tão perto do povo quanto o de prefeito, em segundo lugar, e em primeiro lugar, o de vereador. Eu não acredito em prefeito e nem em vereador que não vai a rua, não acredito em prefeito e nem governador que subsidiem o (inaudível), que não percebam que seus problemas são resolvidos enfrentando as ruas e não fugindo delas. Eu cuidando de todos os postos neste Estado, liderança de governo, senado da república, liderança de oposição, câmara dos deputados, uma trajetória comunga. Eu tive muita honra de exercer todos esses postos, passar todos esses cargos, mas aquele que mais me toca, que mais me comove, que mais me mexe, aquele que mais me provoca e aquele que mais me instiga, é precisamente este, o de dirigir a minha cidade e eu o faço pela terceira vez. Eu ontem me perguntava se seria algum momento corriqueiro e nunca é corriqueiro ou se seria um momento de emoção, de comoção. Eu disputei treze eleições na minha vida, venci nove das treze e apenas uma com resultado não contestado, apenas um, as outras três, a torcida do Flamengo dizia que eu não tinha perdido e a torcida do Vasco dizia que eu tinha perdido, mas ganhei (inaudível) com ajuda de companheiros, com ajuda de lealdade, sobretudo mergulhando e procurando cada vez mais me manter perto do sentido pelo povo.

Desta vez e com sopro de renovação que veio dessa grande figura que terá um papel importantíssimo em nossa gestão, que é o deputado Marcos Rotta, inclusive eu o chamo ainda

assim, mas é o Vice-prefeito Marcos Rotta que liderará o esforço para sair agora com o marco zero do TRT, que tem que ser a grande obra desse nosso Governo ao longo de quatro anos, maior obra para se fazer num estalar de dedos sem tentáculos caindo para lá e para cá. Isso é muito fácil com computação gráfica de televisão, não é fácil quando a gente pensa na realidade fria. Onde buscar os recursos? Como fazer o projeto ser emitido? Nós estamos todos preparados e contamos muito com o Senador Eduardo Braga para tocar nesses projetos conosco. Portanto, muito obrigado os que fizeram ao todo e acredito que ninguém vai se negar a ajudar a cidade de Manaus.

E chegamos ao outro time (inaudível) parceria federal, mas nós temos muitos planos mais. Eu falava na Câmara e antes de falarmos nossos planos de maneira rápida, eu gostaria de parabenizar cada vereador de qualquer (inaudível), de qualquer orientação ideológica, de qualquer procedência eleitoral, egressos de qualquer chapa, qualquer coligação que tenha participado desta eleição. Para lhes dizer algumas coisas, para evitar dizer aos senhores e senhoras as mesmas coisas. Em primeiro lugar parabenizar cada um pela valorosa vitória que cada um obteve. Em São Paulo, cidade com (inaudível) mil trezentos e poucos candidatos a vereador se apresentaram. Em Manaus, com apenas dois milhões e cem, dois milhões e duzentos mil habitantes, mil quatrocentos e muitos candidatos a vereador se apresentaram, ou seja, é uma eleição difícil, uma eleição de caso a caso, uma eleição da efetiva sensibilidade comunitária, uma eleição que leva você a representar ou não representar com fidedignidade algum setor da sociedade, esse é o segredo do sucesso é o segredo do fracasso, daquele que se propõe a ser vereador, que é um posto extremamente importante, tanto no que São Paulo e com todo respeito pela cidade (inaudível) que meu pai presidiu, que meu filho já integrou mas a gente sabe que a Câmara Municipal pulsa mais. A maioria dos deputados estaduais tem uma representação muito forte no interior, a maioria dos vereadores na totalidade deles é oriunda da capital, eles estudam os bairros, eles estudam os sentimentos aqui dentro. Então porquê São Paulo? Eu diria que a caixa de (inaudível) mais fortes termina sendo a Câmara de Vereadores.

A Câmara que já fez tantos senadores, já fez o Senador Jefferson Peres, já fez o Senador Fábio Lucena, já fez a Senadora Vanessa Grazziotin, já fez deputados federais, Sabino Castelo Branco, Carlos Souza, Beth Azize, inesquecível (inaudível). Eu respeito muito, portanto, o mandato de cada um. Não importa quantos votos teve fulano ou beltrano (inaudível). Cada um vai mostrar o que é capaz, nem sempre é tribuna, as vezes é tribuna, muitas vezes é comissão, muitas é vezes um assunto específico, eu trato com profundo respeito pelo parlamento, seja o parlamento nacional que eu empreguei com muita honra, com muita alegria, com muita felicidade, com muito amor, seja o parlamento estadual, seja o parlamento municipal que ora,

que eu possa a mim e ao Marcos Rotta para dirigirmos legítima e constitucionalmente (inaudível) por quatro anos.

Eu digo também que (inaudível) eleições, então para quem disputou treze eleições, venceu nove, nove posses, é mais uma posse? Nunca é mais uma posse. Na de hoje, ela teve sim toques, toque muito surpresa para mim, um toque muito comovente, como receber a chave da cidade da mulher que eu amo. Nunca se deve abrir mão de sonho e de amor, nunca. Eu não acredito em quem não sonha e não acredito em não ama, não acredito. Quem não sonha não tem forças para realizar as coisas. Quem não ama, não tem forças para sonhar. É muito tocante para mim (inaudível). Mas eu tenho muito agradecimento ao povo de Manaus por essa carreira vitoriosa que me deu. Segundo parlamentar mais votado na capital (inaudível). Deputado Federal duas vezes, senador exercendo as funções de liderança que me couberam exercer, tendo passado pelo (inaudível), chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, e aqui eu estou, como se fosse a primeira vez. Porque o segredo do parlamentar em Manaus é fazer cada dia como se aquele dia fosse o primeiro e exercitar cada momento como se aquele momento fosse o último.

Manaus exige intensidade, Manaus exige labor, Manaus exige coragem, Manaus exige persistência. Nós temos diretrizes muito claras, Marcos Rotta e Eu para esse quadriênio. O ciclo do nosso quadriênio se divide em vários ciclos, é quase que o horóscopo inteiro. São as parcerias, como privadas, e nós temos que ir buscá-las para abordar capitais que não estão disponíveis nos cofres da Prefeitura. São as concessões onerosas, são as medidas compensatórias pagas por empresas (inaudível) que nos tem ajudado a fazer obras nos momentos de mais aguda crise nesse país. E nós aproveitamos o que agora é uma realidade (inaudível) emendas parlamentares. Era um exercício de petição, senadores, deputados (inaudível). Eu ficava até com preguiça de chegar ao parlamentar e pedir, mas eu pedia (inaudível) como dever do meu ofício. As emendas parlamentares são muito rudes, eu tinha recebido já recursos, assim eu pedi, na área da saúde muito recentemente, dinheiro para fazermos uma belíssima reforma, você vai gostar, você vai senhor Governador, (inaudível) uma reforma na Maternidade Moura Tapajós e também uma reforma nas estruturas físicas do SAMU.

Nós temos, e novamente eu que pergunto ao senhor Senador Eduardo Braga: nós temos os recursos agora para fazermos recapeamento, repaginação, para nós fazermos tudo o que é necessário fazer? Se para transformar num cartão de visitas engaja num caos, que são as ruas e (inaudível). Este acordo que foi aceito pelo presidente, pelo presidente Temer e que passou pelo crivo da sua equipe econômica. Ministro do planejamento, Ministro Meirelles.

Nós pretendemos ir aos bancos e desde já, com muita pressa, aos bancos de financiamentos internacionais (inaudível). Pretendemos ir aos bancos brasileiros nos momentos do financiamento, o BNDS, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, o Basa. Nós pretendemos aproveitar toda e qualquer hipótese de trazer recursos para Manaus, para se somar a esse recurso, é uma prefeitura que tem a altivez de dizer nos momentos mais difíceis de crise ou até de cerco, que ela sofreu cerco, a prefeitura se manteve independente, jamais atrasou um milímetro de segundo no pagamento de seus servidores públicos, o Brasil inteiro não conseguia cumprir essa obrigação de comezinha, é até vergonhoso alguém não cumprir uma obrigação que é comezinha de se pagar servidor público, e mais, em quatro anos de reajuste para servidores públicos, nós investimos um bilhão e quase seiscentos milhões de reais. Nós queremos buscar todas as possibilidades, o lema, de Marcos Rotta e meu, é buscar recursos onde eles existem e trazer esses recursos para onde eles são necessários. A Câmara será fundamental nisso.

Eu não acredito em projeto de valor nenhum, não acredito em projeto otracista qualquer se não houver um entrosamento muito forte e político entre o poder municipal e o poder, poder legislativo e municipal e o poder executivo.

Eu tenho uma sensação muito clara e que faz parte do meu temperamento, (inaudível) que seja assim, eu lamento, mas também não sou fiscal dos sentimentos das pessoas, alguém que sente em buscar os sentimentos. Por uma eleição (inaudível) vem sendo disputada, o placar final foi até largo, mas o placar largo, ele não explica o sacrifício, as lutas, os sofrimentos, tudo se passa, o processo é desgastante, toda missão majoritária ela tende a ser torturante, ela tende a ser massacrante, ela tende a ser exigente, (inaudível). Elizabeth e eu concordamos muito(inaudível), e simplesmente conseguimos uma unidade que é uma unidade que nos uniu, nossas (inaudível) são as mesmas (inaudível). Nós pensamos as mesmas coisas sobre as coisas do mundo, (inaudível) o perdão, a anistia, o esquecimento são partes fundamentais do exercício de se governar. Ela própria terá a função social (inaudível) para nós (inaudível) podermos dar um grande retorno na vida das pessoas que precisam e que esperam pelo poder público (inaudível). Mas na verdade é que eu ela temos um vício muito em comum. Decretamos, artigo primeiro: não termo inimigos na política comum, nenhum. Se alguém quiser ser é por conta própria, aí é, supostamente dizer: olha, você vai ter que obrigar alguém a ser teu amiguinho. Eu não estou falando nem em amizade, estou falando em respeitar o adversário e o adversário respeitar quem é objeto da sua oposição. Eu respeito profundamente todos e é isso que eu sou.

Eu lutei com garra, lutei como eu pude, dei tudo que tinha, Marcos Rotta deu tudo que tinha, eu dei tudo que ele tinha, Elizabeth deu tudo que tinha, nós lutamos como podíamos.

Com nossas garras por nossos companheiros. Mas passou, passou e é realmente uma página virada.

Eu não procuro saber em quem fulano votou e em quem beltrano votou. Eu quero saber se tem mérito para nos ajudar a governar, eu quero saber se tem mérito para nos fazer tocar Manaus para frente, quero saber se tem mérito, se tem preparo, se tem uma deixa para participar de um projeto estratégico e pode entrar essa pessoa vindo de onde vier. Ela é bem-vinda ao nosso esforço, de cada vez de maneira mais enfática regenerar esta cidade, uma cidade que passou por momentos de desconstrução que precisa agora definitivamente entrar num ciclo virtuoso.

E nós iniciamos, isso foi corroborado pelo pensamento popular que se manifestou arrolando 56% dos votos nas urnas do segundo turno. Mas página virada, completamente virada (inaudível). O que importa para mim é que Manaus seja beneficiada, o que importa para mim é que Manaus seja respeitada, o que importa para mim é que Manaus seja muito amada. Então que Manaus seja muito bem governada desta vez, por mim, pelo Rotta, pelas nossas equipes. Vamos trabalhar com muito afinco. O trabalho se manifestará de maneira muito forte, muito clara, mas o que eu tenho que fazer aí é ponderar as dúvidas ao povo de Manaus. Eu sempre acredito que alguém pode falar: o Arthur não deveria ser prefeito. É normal, porque tem gente votou em mim, tem gente que não votou em mim. Meu sonho é que um dia todos votem, mas a gente não pode imaginar. A gente sempre sonha, né! A gente sempre sonha coisa boa, senão é pesadelo. Mas o fato é que a pessoa que se espanta, a adversária mais (inaudível) minha, ela pode fazer de mim qualquer opinião politicamente negativa e tem lá quem faça opinião positiva, é aquele que concorda com as minhas ideias fundamentais. Mas em uma coisa eu creio que, eu permiti que seja uma coisa unânime, uma aceitação unânime. É todos concordarem que este prefeito, pela terceira vez empossado neste teatro para dirigir a cidade de Manaus.

Este prefeito, eleito e reeleito agora, desta vez em sua segunda jurisdição consecutiva, numa em que tanta, tanto do sentido de mudança, de até uma mudança meio difusa, não saber quem para quem, nem para onde, nem com quem, mas varria do sentimento de mudança e o meu amigo, o prefeito de São Paulo, o Dória, ganhou por não ser político. Agora, ele estava escrito no partido político, ele disputou duramente uma convenção, ele disputou os votos, ele vai governar Manaus (inaudível). Ele é político, como eu sou político, não tem como ele não ser político (inaudível).

A política brasileira no lugar que está hoje ela complica a economia brasileira. Como ela está hoje com (inaudível), ela complica a retomada do crescimento desse país, isso é fundamental para a vida nossa, inclusive nossa, manauaras e amazonenses, brasileiros de

qualquer (inaudível) que moram aqui. Mas (inaudível) é a política com honra, com nome limpo, com seriedade, com garra, com pegada e se eu permitir com alguma coisa de todos, é que acreditam na verdade, como a verdade (inaudível) no meu coração.

Pela terceira vez prefeito, poderia ser a primeira, poderia ser a segunda, poderia ser quinta. Pela terceira vez prefeito, eu digo aqui o que já disse as outras duas vezes: que eu amo profundamente a cidade de Manaus.